



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**DESENVOLVIMENTO RURAL POR MEIO DA COMERCIALIZAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO CHÃO.**

EDUARDO FIGUEIREDO

**Araras
2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

DESENVOLVIMENTO RURAL POR MEIO DA COMERCIALIZAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO CHÃO.

EDUARDO FIGUEIREDO

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
à obtenção do título de MESTRE EM
AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Figueiredo , Eduardo

DESENVOLVIMENTO RURAL POR MEIO DA
COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM
ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO CHÃO / Eduardo Figueiredo
. -- 2020.

132 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus
Araras, Araras

Orientador: Adriana Estela Sanjuan Montebello

Banca examinadora: Christiano França da Cunha, Marta Cristina Marjotta
Maistro, Adriana Estela Sanjuan Montebello, Anastácia Fontanetti, Armando
Wilson Tafner Junior

Bibliografia

1. Desenvolvimento Rural. 2. Economia Solidária. 3. Canais de
Comercialização. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III.
Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Maria Helena Sachi do Amaral – CRB/8

7083

FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Eduardo Figueiredo, realizada em 21/02/2020:



Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello
UFSCar



Profa. Dra. Marta Cristina Marjotta Maistro
UFSCar



Prof. Dr. Christiano França da Cunha
UNICAMP

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço ao Instituto Chão pelo acolhimento, paciência e estímulo nas primeiras conversas e entrevistas.

Aos agricultores de Iperó SP e Cristina MG que me receberam com muita dedicação, hospitalidade e gentileza, nas entrevistas e no tempo disponibilizado para a pesquisa.

Agradeço a orientação da Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello, pela objetividade, aplicação, estímulo, interesse e incentivo para a produção deste trabalho.

E agradeço ao Prof. Dr. Luiz Antônio Cabello Norder pelos conselhos, conversas e orientações no estágio docente e na produção da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Christiano França da Cunha por aceitar o convite e contribuir de forma significativa na qualificação e defesa com apontamentos pertinentes e valiosos. A Profa. Dra. Marta Cristina Marjotta-Maistro pelas ideias, considerações e apoio no decorrer da pesquisa. E a Profa. Dra. Janice Rodrigues Placeres Borges pelas contribuições nas etapas da qualificação da dissertação.

A UFSCar campus de Araras e ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela oportunidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Pela bolsa recebida do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE TABELA	09
ÍNDICE DE FIGURAS	10
RESUMO.....	12
ABSTRACT	14
1. INTRODUÇÃO	16
1.2 Revisão de Literatura	20
1.3 Objetivos	22
1.3.1 Objetivo Geral	22
1.3.2 Objetivos Específicos	22
1.4 Justificativa e Caracterização da área de estudo	23
1.5 Material e Métodos.....	24
1.6 Estruturas da Dissertação	27
Referências Bibliográficas.....	29
2 ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COM AGRICULTORES FAMILIARES: O CASO DO INSTITUTO CHÃO	31
2.1 INTRODUÇÃO	31
2.2 ÁREAS DE ESTUDO	35
2.3 REFERENCIAL TEORICO	35
2.4 METODOLOGIA E FONTE DE DADOS	42
2.5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
2.6 CONSIDERAÇÕES.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
3 O INSTITUTO CHÃO, A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR E ASPECTOS AMBIENTAIS E AGROECOLÓGICOS: trabalho e qualidade do meio, as relações sociais e o alimento em si	55
3.1 INTRODUÇÃO	55
3.2 A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADEPRODUTIVA PARA OS AGRICULTORES E OS SISTEMAS SUSTENTÁVEIS DE PLANTIO.....	57
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	58
3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	61
3.4.1 Diversificação da Produção dos Agricultores Familiares em relação ao Instituto Chão	61

3.4.2 Atividades que trouxeram maior lucratividade dos agricultores de Iperó (SP) e Cristina (MG).....	62
3.4.3 A variedade de produtos que passaram a serem produzidos com a comercialização dos agricultores de Iperó (SP) e Cristina (MG).....	62
3.4.4 Estabelecimentos que os Agricultores de Iperó (SP) e Cristina (MG) comercializam além do Instituto Chão.....	63
3.4.5 As mudanças e adaptações nas técnicas produtivas que foram realizadas pelos agricultores de Iperó (SP) e Cristina (MG).....	64
3.4.6 Comercialização Solidária e o Desenvolvimento Social e Econômico ...	66
3.4.7 Aspectos Ambientais e Agroecológicos.....	67
3.4.8 Agroecologia e a Agricultura Familiar.....	69
3.4.9 SAF e a Diversidade Produtiva	70
3.4.10 Considerações	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
4 O PERFIL SOCIOECONÔMICO E A MELHORIA DE RENDA DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES DO INSTITUTO CHÃO	78
4.1 INTRODUÇÃO	78
4.2 OS PROGRAMAS DE COMERCIALIZAÇÃO, AS FEIRAS LIVRES E ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES.....	80
4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	82
4.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	83
4.4.1 Gênero e idade dos agricultores familiares que comercializam com o Instituto Chão	83
4.4.2 Característica do agricultor quanto à cor\etnia	85
4.4.3 Local de moradia e experiência como agricultor familiar.....	86
4.4.4 Escolaridade dos agricultores familiares de Iperó (SP) e Cristina (MG). 86	
4.4.5 O estado civil dos agricultores familiares de Iperó (SP) e Cristina (MG) 87	
4.4.6 Benefício social dos agricultores familiares de Iperó (SP) e Cristina (MG) 88	
4.4.7 Renda familiar dos agricultores familiares de Iperó (SP) e Cristina (MG). 89	
4.4.8 Mão de obra familiar.....	91
4.4.9 A avaliação dos preços pagos pelo Instituto Chão aos agricultores familiares.....	92

4.4.10 Funcionamento das formas de comercialização entre os agricultores familiares de Iperó (SP) e Cristina (MG)	92
4.4.11 O investimento gerado pela comercialização entre os agricultores e o Instituto Chão	94
4.4.12 A melhoria da renda através da comercialização com o Instituto Chão	94
4.4.13 Considerações	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
APENDICE I- FORMULÁRIO PARA OS GESTORES DO INSTITUTO CHÃO	116
APENDICE II- FORMULÁRIO PARA OS AGRICULTORES.....	119
APENDICE III- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – AGRICULTORES (Resolução 466\12).....	126
APENDICE IV- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO– GESTOR (Resolução 466\12).....	129
APENDICE V- CARTA DE AUTORIZAÇÃO.....	132

ÍNDICE DE TABELAS

	Página
Tabela 1 Produtos que passaram a ser produzidos em relação aos agricultores com o Instituto Chão	63
Tabela 2 Resposta as abordagens se houve diversificação da produção e quais adaptações foram necessárias.....	65
Tabela 3 Resposta as abordagens sobre a comercialização solidária e um maior desenvolvimento social e econômico	66
Tabela 4 Resposta as abordagens sobre a Agroecologia e sua importância para os Agricultores	69
Tabela 5 Quantidade de agricultores familiares por tipo de investimento com a renda provinda do Instituto Chão	94
Tabela 6 Resposta ás abordagens sobre as mudanças na renda familiar através da comercialização com o Instituto Chão	95

ÍNDICE DE FIGURAS

Página

Figura 1 Grafo em árvore com aprofundamento dos estudos em vínculo regional, com desmembramento do ramo práticas de beneficiamento, distribuição e comercialização.....	44
Figura 2 Painel de informação e conscientização dos clientes	45
Figura 3 Mercearia e espaço de convivência	46
Figura 4 Painel da previsão de custos mensais	47
Figura 5 Espaço de venda dos produtos orgânicos do Instituto Chão	48
Figura 6 Localização geográfica do município de Cristina MG.....	60
Figura 7 Localização geográfica do município de Iperó SP	60
Figura 8 Diversificação da produção pela comercialização entre agricultores e Instituto Chão	61
Figura 9 Atividades com maior fonte de renda dos agricultores familiares dos municípios de Iperó SP e Cristina MG	62
Figura 10 A comercialização dos agricultores de Iperó SP e Cristina MG	64
Figura 11 Aspectos ambientais e agroecológicos	68
Figura 12 Imagens do SAF no plantio do agricultor	70
Figura 13 Produção de cebolinha orgânica	71
Figura 14 Produção de melancia na agricultura familiar	72
Figura 15 Produção de almeirão da agricultura familiar	72
Figura 16 Produção de couve da agricultura familiar	73
Figura 17 Produção de alho poro na agricultura familiar	73
Figura 18 Gênero dos agricultores familiares dos municípios de Iperó SP e Cristina MG entre os meses de outubro de 2019 a novembro de 2019	84
Figura 19 Representação por faixa de idade entre os agricultores familiares dos municípios de Iperó SP e Cristina MG entre os meses de outubro de 2019 a novembro de 2019	85
Figura 20 Característica do agricultor familiar quanto à cor\etnia dos municípios de Iperó SP e Cristina MG entre os meses de outubro de 2019 a novembro de 2019	86

Figura 21 Escolaridade dos agricultores familiares dos municípios de Iperó SP e Cristina MG	87
Figura 22 Estado Civil dos agricultores familiares dos municípios de Iperó SP e Cristina MG	88
Figura 23 Benefício Social dos agricultores familiares dos municípios de Iperó SP e Cristina MG.....	89
Figura 24 Renda familiar dos agricultores familiares dos municípios de Iperó SP e Cristina MG, antes e depois da comercialização com o Instituto Chão	90
Figura 25 Mão de obra familiar dos agricultores dos municípios de Iperó SP e Cristina MG	91
Figura 26 Avaliação dos preços pagos pelo Instituto Chão aos agricultores familiares dos municípios de Iperó SP e Cristina MG	92
Figura 27 Formas de comercialização dos agricultores familiares dos municípios de Iperó SP e Cristina MG	93

DESENVOLVIMENTO RURAL POR MEIO DA COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO CHÃO.

Autor: EDUARDO FIGUEIREDO

Orientador: Prof. DRA. ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO

RESUMO

O objetivo geral desta dissertação foi analisar o desenvolvimento rural com base em estratégias de espaços urbanos, utilizando um estudo de caso entre o Instituto Chão e os agricultores de Iperó (SP) e Cristina (MG), a fim de identificar seus processos de comercialização e beneficiamento na agricultura familiar. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o município de Iperó SP tem a população estimada em 28.300 pessoas, sendo que 38% estão na zona rural. Já Cristina- MG tem a população estimada em 10.242 pessoas, sendo que 42% estão na zona rural. O método de pesquisa utilizado foi à quantitativa e qualitativa. Utilizou-se 25 formulários com questões abertas e fechadas, os quais foram preenchidos pelo pesquisador. A dissertação está organizada em formato de artigos, assim constituída em introdução geral, três capítulos e considerações gerais. O segundo capítulo foi intitulado como: "Organização e Práticas de Economia Solidária Com Agricultores Familiares: O Caso do Instituto Chão." Neste segundo capítulo, observou-se que a rede de comercialização entre o Instituto Chão e os Agricultores Familiares contribui para o fortalecimento da própria cadeia produtiva e verificou-se um incentivo à diversificação produtiva, melhores condições de trabalho, ampliação do equilíbrio ambiental e maior autonomia econômica do produtor rural. O terceiro capítulo foi intitulado como: "O Instituto Chão, a Diversificação da Produção Familiar e Aspectos Ambientais e Agroecológicos: trabalho e qualidade do meio, as relações sociais e o alimento em si". Neste terceiro capítulo, evidencia-se que os agricultores apresentaram uma significativa variedade produtiva, melhoria na qualidade do meio e nos aspectos ambientais e agroecológicos. Percebe-se que a comercialização entre o Instituto e os agricultores possibilitou a criação de 11 novos cultivos que passaram a ser produzidos e vendidos no mercado orgânico. Em relação aos

aspectos ambientais e agroecológicos, observou-se que 60% dos agricultores praticam o consórcio de atividades agrícolas, 55% controlam as pragas e doenças da plantação com produtos naturais, 35% usam adubação verde, 75% fazem o controle das ervas daninhas capinas naturais, 100% usam esterços de animais e restos de plantas e 85% conhecem o termo Agroecologia. O quarto capítulo foi intitulado como: “O Perfil Socioeconômico e a melhoria de renda dos agricultores participantes do Instituto Chão.” Foi observado que dentre os agricultores pesquisados, 65% são do gênero masculino e 35% do gênero feminino, 40% estão entre 36 a 49 anos, 35% mais de 50 anos e 25% de 18 a 35 anos. Dos 20 agricultores que participaram da pesquisa, 50% se declararam brancos, 40% negros, 5% pardos e 5% outro. Constatou-se que 55% têm ensino médio completo, 20% ensino superior completo, 15% o fundamental incompleto e 10% o fundamental completo. Após a comercialização com o Instituto, o presente estudo identificou que a renda dos agricultores teve um aumento significativo de 45% (considerando a faixa entre 2 a 3 salários mínimos) e aumento de 30% (considerando a faixa entre 3 a 4 salários mínimos). Os presentes artigos mostraram que os benefícios decorrentes da comercialização com o Instituto são: o aumento da diversidade dos cultivos, melhoria na renda, investimento na propriedade, maior autonomia e produção de alimentos que tenham as técnicas e métodos da agricultura orgânica.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Agroecologia; Economia Solidária; Canais de Comercialização.

RURAL DEVELOPMENT THROUGH THE COMMERCIALIZATION OF FAMILY FARMING: A CASE STUDY AT INSTITUTO CHÃO.

Autor: EDUARDO FIGUEIREDO

Orientador: Prof. DRA. ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO

SUMMARY

The general objective of this dissertation was to analyze rural development based on urban space strategies, using a case study between Instituto Chão and farmers from Iperó (SP) and Cristina (MG), in order to identify their commercialization processes and processing in family farming. According to data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, the municipality of Iperó SP has an estimated population of 28,300 people, 38% of whom are in rural areas. Cristina-MG, on the other hand, has an estimated population of 10,242 people, of which 42% are in rural areas. The research method used was quantitative and qualitative. 25 forms were used with open and closed questions, which were filled out by the researcher. The dissertation is organized in the form of articles, thus constituted in general introduction, three chapters and general considerations. The second chapter was entitled: "Organization and Practices of Solidarity Economy With Family Farmers: The Case of Instituto Chão." In this second chapter, it was observed that the marketing network between Instituto Chão and Family Farmers contributes to the strengthening of the production chain itself and there was an incentive to productive diversification, better working conditions, expansion of the environmental balance and greater autonomy of the rural producer. The third chapter was entitled: "The Chão Institute, the Diversification of Family Production and Environmental and Agroecological Aspects: work and quality of the environment, social relations and food itself". In this third chapter, it is evident that the farmers presented a significant productive variety, improvement in the quality of the environment and in the environmental and agroecological aspects. It can be seen that the commercialization between the Institute and the

farmers made it possible to create 11 new crops that started to be produced and sold in the organic market.

In relation to environmental and agroecological aspects, it was observed that 60% of farmers practice the consortium of agricultural activities, 55% control plantation pests and diseases with natural products, 35% use green manure, 75% control weeds natural weeding, 100% use animal manure and plant remains and 85% know the term Agroecology. The fourth chapter was entitled: "The Socioeconomic Profile and the income improvement of farmers participating in Instituto Chão." It was observed that among the surveyed farmers, 65% are male and 35% female, 40% are between 36 and 49 years old, 35% over 50 years old and 25% between 18 and 35 years old. Of the 20 farmers who participated in the survey, 50% declared themselves white, 40% black, 5% brown and 5% other. It was found that 55% have completed high school, 20% complete higher education, 15% incomplete elementary school and 10% complete elementary school. After commercialization with the Institute, the present study identified that the farmers' income had a significant increase of 45% (considering the range between 2 to 3 minimum wages) and an increase of 30% (considering the range between 3 to 4 minimum wages) . The present articles showed that the benefits resulting from commercialization with the Institute are: increased diversity of crops, improved income, investment in property, greater autonomy and production of foods that have the techniques and methods of organic agriculture.

Keywords: Rural development; Agroecology; Solidarityeconomy; Fair andSolidary Trade; Marketing Channels.

1. Introdução

Entre as análises possíveis acerca da agricultura familiar no Brasil, é possível apontar que o crescimento rural (FARIAS, 1991) pode revitalizar a produção do meio rural com as vendas para os espaços urbanos, no entanto ainda existem entraves a essa consolidação, sendo fundamental que a população rural esteja dotada de meios que lhe permitam tirar proveito do dinamismo que as cidades tendem a propagar ao seu redor (RODRIGUES, 1998).

A importância da agricultura familiar e sua contribuição sobre o consumo consciente e responsável ganha importância nas discussões sobre a produção agrícola de qualidade; a manutenção dos canais de comercialização de proximidade; preservação ambiental e fortalecimento de solidariedade entre campo e cidade.

Além disso, a agricultura familiar que “além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético” (OLALDE, s, d, p. 02\03).

O fortalecimento da agricultura familiar, segundo Pierri (2016), está intrinsecamente ligado às feiras livres, pois elas possibilitam ao pequeno produtor agregar valor aos produtos, colocá-los de forma regular no mercado alcançando não apenas geração de renda, mas um pagamento mais justo pela sua produção, uma vez que há o encurtamento da cadeia comercial, importantes para dinamizar a economia local.

O conceito do Dossiê Estatístico elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (1996), define a Agricultura Familiar a partir de três características centrais: a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos

por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e, c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA, 1996, P.59)

Segundo PECQUEUR (2006), os agricultores modificam a natureza de sua relação com o território quando participam de forma ativa da criação da produção e venda da qual eles esperam um retorno positivo. Nessa perspectiva, o espaço deixa de ser apenas o suporte das funções abstratas para se tornar um espaço ativo. As práticas do comércio justo e solidário devem estabelecer relações entre produtores e consumidores baseados na equidade, parceria, confiança e interesses compartilhados. Assim, ao derivarem da natureza associada e cooperativa do trabalho e das características participativas dos empreendimentos, ocorre uma ampliação em escala da agricultura familiar e canais de comercialização fortalecendo as relações de produtor e consumidor.

ROMAN (2011) destaca que esse tipo de comércio em que as famílias estão assimilando experiências que eliminem pelo menos parte dos intermediários no processo de comercialização ou que possibilite uma maior agregação de valor ao produto dentro da unidade de produção, permite remunerar melhor o produtor e também permite aos consumidores adquirirem seus produtos de maior qualidade e com melhor preço, possibilitando o fortalecimento das relações entre produtor e consumidor, além de aumentar o conhecimento dos modelos de produção e contribuir para o desenvolvimento local.

Através de mobilização de assentamentos, cooperativas e redes de distribuição que agem de forma local é possível programar ações e práticas para um desenvolvimento rural, que visam tirar da marginalização grupos que antes não tinham possibilidades de se incorporarem aos processos produtivos.

VILLA REAL e SCHNEIDER (2011) destacam os aspectos relacionados à agricultura familiar e as suas possibilidades em espaços urbanos de beneficiamento do produtor rural até o comprador, a distribuição e a

comercialização. Os autores apontam os benefícios da comercialização da agricultura familiar com o desenvolvimento rural, a transferência de renda entre cooperativas, assentamentos rurais com os agricultores, a aproximação entre os produtores de alimentos com os consumidores. No que tange à produção, diversifica a pauta de produtos, há aumento da produção de alimentos para o consumo, preservando os recursos naturais. Para Madaleno (2002), a promoção da agricultura no meio urbano tem contribuído para tornar as cidades mais produtivas e autossuficientes, isto aliado ao apelo ambiental que esta atividade apresenta, resgatando a comunhão do ser humano com a biodiversidade natural e a agricultura, mesmo em tempo parcial. Neste sentido, conforme descreve PAYES (1993), os modelos agroecológicos de produção podem ser a opção para este desenvolvimento, na medida em que, em razão do custo, não utilizem o pacote agroquímico.

Contudo, mesmo que algumas mudanças possam ser verificadas na agricultura familiar como resultados apresentados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF é fundamental conhecer e discutir a agricultura familiar nos espaços urbanos, suas possibilidades, os limites da verticalização, e de estratégias agroindustriais autônomas por parte da produção familiar. Além disso, é fundamental conhecer e discutir o comércio justo e solidário como possibilidade de fortalecimento da agricultura familiar. Segundo Mascarenhas (2007), o comércio justo é um canal necessário aos agricultores familiares pelo seu objetivo de fortalecimento do elo mais fraco das cadeias produtivas em diferentes segmentos de mercado, buscando relações comerciais justas desde o produtor até o consumidor final. França (2003) complementa este conceito e destaca que o comércio ético e solidário no Brasil possibilita uma maior autonomia aos trabalhadores assalariados, aos produtores e aos agricultores familiares em desvantagem ou marginalizados pelo sistema convencional de comércio.

O Instituto Chão é um exemplo de venda de produtos da agricultura familiar em espaços urbanos e tem como foco o comércio justo e solidário. Com sede na Rua Harmonia, 123 - Vila Madalena, São Paulo – SP, o Instituto tem como objetivo a valorização econômica e social dos agricultores.

Segundo ALVEZ (2016), o Instituto Chão atende as novas necessidades de produtos e serviços que são criadas por alguns consumidores

com conhecimento do consumo sustentável e agroecologia. O autor destaca que:

O Instituto vende seus produtos pelo mesmo valor que compra, e sua renda advém de contribuições de seus clientes “auxiliares na distribuição de renda” que através de doações espontâneas e voluntárias de 30% ou 35% sobre o que compram contribuem com a permanência do projeto, buscando conscientizar todos os que compram e que contribuem para que esse valor possa possibilitar que outras famílias de baixa renda possam comprar também esses produtos. Assim, postando um valor justo tanto para o produtor rural quanto pelos que compram, há uma maior valorização do produtor rural (ALVEZ, 2016, p.4).

Portanto, o Instituto está presente em toda a cadeia produtiva (trata-se, portanto, de uma sucessão de operações (ou de estágios técnicos de produção e de distribuição) integrada, realizada por diversas unidades interligadas como uma corrente, desde a extração e manuseio da matéria-prima até a distribuição do produto. O Instituto Chão compra seus produtos desde assentamentos rurais, quilombola, produtores rurais urbanos e cooperativas. Entre eles, os que já possuem certificados e em fase de transição agroecológica.

O Instituto Chão, segundo Versolato (2018) pode ser considerado uma central de distribuição de alimentos (considerado o maior do Brasil) vendendo pelo mesmo valor, sendo um espaço social coletivo, tendo como prioridade a distribuição de renda e valorização dos produtos dos agricultores familiares, assentamentos, cooperativas, comunidades. A finalidade do Instituto não é movimentar seus produtos para o lucro e sim ampliar a distribuição para todos e valorizar o produtor rural. Desta maneira, incentiva um maior consumo de alimentos orgânicos em relação ao alimento convencional, demonstrando que é possível baratear esses produtos e torná-los mais acessíveis (tendo um preço justo e apoiando a agricultura familiar).

Desta forma a dissertação, buscou analisar aspectos econômicos, sociais e ambientais dessa relação dos agricultores familiares da cidade de Iperó (SP) e Cristina (MG) com uma Associação sem fins lucrativos (Instituto Chão), apontando os benefícios e características das relações de trabalho e comercialização mais justa e sustentável. Assim, diante da escassez de trabalhos sobre comercialização entre agricultores familiares com associações e relações de escolha do preço final do produto, a presente pesquisa busca

explorar os benefícios e as relações de comércio e trabalho desses locais com o Instituto Chão em São Paulo.

A partir dessas considerações foi levantado o seguinte questionamento: Quais as inovações que o Instituto Chão traz aos produtores em assentamentos ou cooperativas, nas suas práticas de beneficiamento, distribuição e comercialização? Assim, esta dissertação se propõe a analisar através do comércio justo entre as cooperativas e assentamentos que comercializam diretamente com o Instituto Chão, as possibilidades de comercialização, diversificação produtiva e renda entre o Instituto Chão, Vendedores e Consumidores buscando a valorização do produtor rural.

1.2. Revisão de Literatura

Para direcionar a pesquisa, foram analisados trabalhos que garantam subsídios para discussão dos canais de comercialização que estabeleçam parcerias, renda participativa, inclusão de melhorias na vida dos agricultores familiares, cooperativas e diversidade do que é produzido.

Estudos realizados sobre desenvolvimento rural, espaços urbanos, economia solidária e canais de comercialização abrangem diversos tipos de publicações, como artigos, capítulos de livros, dissertações e teses. A pesquisa foi fundamentada em formulários aos agricultores, cooperados e gestores do Instituto Chão e dos que participam nessa rede de comercialização e beneficiamento.

O número de trabalhos na literatura analisando os canais de comercialização e do comércio justo vem crescendo rapidamente. A maior parte dos estudos limita-se aos espaços de interação social e um modelo de economia solidária que permita relações de comércio mais justo. O presente trabalho busca descrever como as interações entre agricultores e ONGs podem construir e transformar sua própria produção e diversificação, assim incentivando novas relações sociais e criação de novas organizações. Entretanto para fins de desta revisão foram considerados os trabalhos mais recentes de SCHNEIDER (2016), GAIGER (2015), CAPORAL (2011), e CORREA (2018). Observou-se de forma geral que estes estudos têm objetivos

e metodologias semelhantes, no entanto, cada um analisa estes canais de comercialização em regiões diferentes com suas particularidades e demanda específica de cada local.

SCHNEIDER (2016) analisou em seu estudo os mercados de proximidade que são espaços de interação social e que envolvem distintos atores, com foco principal nos agricultores familiares e nas suas organizações sociais. Destacou também o reconhecimento da dinâmica diferenciada desses novos mercados, nos debates, nas discussões na academia e nas políticas públicas. O comércio justo e solidário, de acordo com o autor, vem como uma proposta ao comércio convencional e internacional, que auxilia uma relação socioeconômica com equidade, participação ativa do produtor e comprador, além de contribuir para um valor aquisitivo de interesses compartilhados, que sejam mais justos para grupos marginalizados.

Segundo GAIGER (2015), os empreendimentos econômicos solidários assumem a condição de “sociedades de pessoas”, não de capital. Eles se constroem nessa condição de forma voluntária, agregando pessoas que atuam coletivamente no campo econômico, em resposta às necessidades e aspirações em comum, como o direito ao trabalho e a renda.

Assim, o comércio justo deve ser distribuído coletivamente, se possível no desenvolvimento local, gerando empregos, melhorias e diversificação do que é produzido. CAPORAL (2011) reitera que o agrupamento social da agricultura familiar, menos capitalizada, permeia a diversificação do sistema produtivo, reduzindo os riscos econômicos e ambientais das propriedades.

Nessa perspectiva sobre comércio justo e solidário, CORREA (2018) argumenta que este modelo de economia solidária representa um movimento de resistência popular e operária contra o desemprego e a exclusão social. Portanto, o comércio justo e solidário, pode ser considerado como um movimento social que visa promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria de vida dos pequenos agricultores.

Portanto, existe uma diversificação dos autores envolvidos, priorizando os agricultores familiares e suas relações de produção e comercialização caracterizando novos papéis nessa dinâmica que possibilitam maior autonomia para os produtores. Diferentemente desse pressuposto, GAIGER (2015) em seu estudo de caso, esclarece que essas relações dinâmicas assumem uma

definição de circuito virtuoso, pois estabelece acordos de confiança e cooperativismo. Consoante a estas ideias, CAPORAL (2011) destaca que o comércio mais justo direciona uma maior diversidade produtiva aos agricultores familiares, postulando uma grande contribuição aos autores destacados quando sugerem que o desenvolvimento rural está preestabelecido em relações comerciais mais justas e solidárias. CORREA (2018) relata que uma relação mais justa e equitativa consolida e contribui com a permanência e sobrevivência desses trabalhadores rurais, portanto, estabelecendo uma grande contribuição para a literatura de forma geral e da importância de um desenvolvimento rural que fortaleça os agricultores e os espaços urbanos que compram e comercializam seus produtos.

Assim, este trabalho busca analisar essas relações comerciais entre agricultores e o Instituto Chão e como esses processos de cooperação e confiança estabelecem novas transformações sociais e estratégias de diversificação, bem como estabelecem o fortalecimento de redes de cooperação.

1.3. Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Apresentar e analisar o desenvolvimento rural da agricultura familiar com base em redes de comercialização por meio de um estudo de caso no Instituto Chão em São Paulo.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar o funcionamento do Instituto Chão com seus fornecedores dos assentamentos rurais e cooperativos de agricultura familiar;
- Apresentar e analisar o perfil socioeconômico dos agricultores participantes do Projeto do Instituto Chão;
- Discutir quais as inovações que o Instituto Chão traz aos produtores em assentamentos ou cooperativas, nas suas práticas de beneficiamento, distribuição e comercialização e que servem de modelo para outras iniciativas;

- Verificar se com a participação dos agricultores neste Instituto houve diversificação da produção familiar;
- Avaliar se a participação neste Instituto contribui para a melhoria na renda familiar devido à venda de seus produtos por uma comercialização mais justa;
- Verificar como funciona, através dos agricultores, a preocupação com os meios de produção sustentáveis (agroecológica e\ ou orgânicos) das unidades de produção agrícola onde os produtores comercializam com o Instituto.

1.4. Justificativa, caracterização da área de estudo.

Com o intuito de analisar diretamente os agricultores familiares que comercializam com o Instituto Chão, as duas cidades que detém essa relação são Iperó (SP) e Cristina (MG).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) de Iperó, no ano de 2017, foi de R\$ 331 544,424 mil. Em 2017, o salário médio mensal era de 2,3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16,3%. A população estimada foi em 37.133 habitantes. A densidade demográfica chega aos 166,20 ha/km². A taxa de escolarização de 6 a 14 anos chega aos 98,9%. O PIB per capita de Iperó chega a R\$ 16.164,47, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,719.

Em relação à Cristina (MG), de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB), no ano de 2017, foi de R\$ 69.799,57 mil. Em 2017, o salário médio mensal era de 1,6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14,0%. A população foi estimada em 10.212 habitantes. A densidade demográfica chega aos 32,79hab/ km². A taxa de escolarização de 6 a 14 anos chega aos 97%. O PIB per capita de Cristina chega a R\$ 17.330,57 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,668.

A região de Iperó SP, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE(2017), apresenta grandes quantidades em hectares de lavouras, pastagens e matas ou florestas. A grande parte das terras é do

próprio agricultor ou concessionário (assentado ou aguardando a titulação definitiva). Dos estabelecimentos agropecuários, 122 agricultores são do sexo masculino e 37 feminino. Em relação à escolaridade dos agricultores 45 deles fizeram até o antigo primário, 38 o 1º Grau, 28 o 2º Grau e 20 agricultores fizeram o superior completo. No quesito da idade do produtor, o dado mais relevante é que 56 dos estabelecimentos estão na faixa etária dos 45 a 55 anos, sobre a raça ou cor são 91 estabelecimentos de agricultores brancos e 19 de agricultores negros. Sobre a assistência técnica, 114 estabelecimentos não recebem qualquer auxílio técnico e somente 45 recebem algum auxílio, na questão da adubação, 101 estabelecimentos fizeram adubação e 59 não fizeram. Em relação aos agrotóxicos, 109 estabelecimentos não utilizam e 51 estabelecimentos utilizam. Além disso, os dados do Censo identificaram que em relação aos empréstimos, 145 estabelecimentos não obtiveram financiamento e somente 15 estabelecimentos obtiveram esse recurso.

A região de Cristina MG, também, segundo informações do último Censo Agropecuário de 2017, relata que a cidade tem grandes quantidades em hectares em lavouras, pastagens, matas ou florestas e sistemas agroflorestais. As maiores partes das terras são do próprio proprietário, arrendatário e comodatário. Em relação ao sexo do produtor, no total são 671 agricultores, 618 dos agricultores são do sexo masculino e 53 dos agricultores são do sexo feminino. Sobre a escolaridade dos agricultores, 269 agricultores detêm o antigo primário, 60 agricultores têm o 1º Grau, 77 agricultores têm o 2º Grau e 60 tem o ensino superior completo. Na questão da faixa etária dos agricultores, o dado que mais se destaca é que 171 agricultores estão na faixa dos 45 aos 55 anos, sobre a raça e a cor 628 se declaram brancos e 19 pretos. Sobre a assistência técnica, 334 agricultores receberam (44,78%) e 337 não receberam assistência técnica (50,22%). No quesito da adubação, 410 fizeram (61,10%) e 262 não fizeram (38,9%). Em relação aos agrotóxicos e o seu uso, 411 agricultores não utilizaram (61,25%) e 261 utilizaram (38,75%). Além disso, 559 agricultores não obtiveram financiamento (83,3%) e 113 agricultores obtiveram esse recurso (16,7%).

1.5 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia da presente dissertação deve considerar as suas abordagens, métodos e formas de definição do objeto\realidade\fenômeno que se busca conhecer.

Portanto, “escolhidos os métodos, as técnicas a serem utilizadas serão selecionadas de acordo com o objetivo da pesquisa” (Andrade, 2009, p. 132).

Nesta dissertação será desenvolvido um estudo de caso no Instituto Chão em São Paulo. Tal abordagem tem sido sugerida por Yin (2001). O estudo de caso consiste na investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do contexto da vida real.

Inicialmente será realizada uma revisão bibliográfica dos dados secundários explorando a questão do desenvolvimento rural e rede de atores, economia solidária, comércio justo e canais de comercialização. Foi encontrado material para analisar as questões centrais da pesquisa, e, assim, possibilitando uma base teórica para a proposta de investigar o desenvolvimento rural com os espaços urbanos e suas finalidades de beneficiamento, distribuição e comercialização entre as redes de comércio e os agricultores familiares e cooperados. A segunda etapa corresponde ao levantamento de campo dos dados primários com o uso de formulários semiestruturados que serão aplicados aos gestores do Instituto Chão e aos agricultores familiares e cooperados que comercializam diretamente com o Instituto. Os formulários estão divididos em blocos: Parte 1. Funcionamento do Instituto Chão; Parte 2. Perfil Socioeconômico dos Agricultores e Cooperados; Parte 3. Diversificação da Produção Familiar; Parte 4. Como funcionam as práticas de beneficiamento, distribuição e comercialização; Parte 5. Renda Familiar e Parte 6. Aspectos Ambientais e Agroecológicos. Os dados coletados dos capítulos-artigos estão subdivididos da seguinte forma: primeiro capítulo utiliza a Parte 1 e Parte 4 dos formulários, segundo capítulo utiliza a Parte 3 e a Parte 6, e o terceiro capítulo utiliza a Parte 2 e a Parte 5 dos formulários. Assim, por meio da análise das informações coletados buscou-se captar o funcionamento do Instituto Chão, quem são os atores, suas estratégias de comercialização e cooperativismo.

Segundo LAKATOS (2011), o estudo de caso se baseia como tentativa de buscar um subgrupo que seja típico, em relação à população como um todo,

sendo que a partir dessa seleção deste subgrupo, as informações disponíveis são representativas para o universo deste trabalho.

A seleção da amostra dessa pesquisa foi realizada utilizando a técnica bola de neve que utiliza a cadeia de referências. A grande vantagem desse método é o fato dos entrevistados serem recrutados a partir da relação pessoal das pessoas dispostas a indicar contatos, o que pode emprestar confiabilidade ao entrevistador, como afirma BECKER (1993, p.155). Serão ouvidos informantes de diferentes assentamentos e cooperados que comercializam com o Instituto, aproximadamente 20 participantes, apesar de haver uma predefinição da amostra, segundo o critério da bola de neve, outros componentes serão incluídos na pesquisa devido às descobertas no campo, de acordo com a metodologia de Flick (2004, p.79).

Para a realização dos objetivos serão feitas entrevistas pessoais que, de acordo com Gil (1999), reportam respostas mais seguras, devido a eventuais dúvida e incertezas por parte do entrevistado que podem ser esclarecidas no instante da aplicação. Os funcionários do Instituto Chão são totalizam 23, os quais compram e revendem produtos rurais de assentamentos, cooperativas, feiras, instituições e supermercados.

A intenção dessa pesquisa através dos formulários é sistematizar e problematizar as indagações do projeto, levando-o desde a agricultura familiar, a participação da sociedade civil, a comercialização, as experiências da agroecologia. É um método de investigação no qual o profissional tem um grande envolvimento nas suas diferentes etapas: a) a recolha das informações, b) processamento de ideias, c) análise de dados e determinação de soluções, d) processo de julgamento e avaliação (YIN, 1994)

Além disso, por meio dos formulários, busca-se conhecimento sobre os sujeitos da agricultura familiar, a produção diversificada, a utilização de defensivos naturais, as iniciativas da sociedade civil, políticas públicas, melhoria da renda, a qualidade do ambiente, qualidade do trabalho, das relações sociais e do alimento em si.

A construção do formulário teve como eixos norteadores os seguintes tópicos: Funcionamento do Instituto Chão, Diversificação da Produção Familiar, os Aspectos Ambientais e Agroecológicos e como funcionam as práticas de

beneficiamento, distribuição e comercialização e o Perfil Socioeconômico dos Agricultores e Cooperados e a Renda Familiar.

1.6. Estrutura da Dissertação

A dissertação está organizada na forma de mais três capítulos, além dessa introdução geral, que retrata os objetivos específicos referenciados.

O Segundo Capítulo intitulado “ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COM AGRICULTORES FAMILIARES: O CASO DO INSTITUTO CHÃO” destaca os aspectos da Economia Solidária, Desenvolvimento Rural, Comércio Justo e Canais de Comercialização. Neste capítulo buscou analisar se o Instituto Chão e agricultores familiares promovem uma diversificação produtiva e uma melhoria de renda no processo de compra e venda de produtos agrícolas com a definição do valor pelo próprio agricultor. Além disso, este capítulo teve como finalidade: a) conhecer e analisar o funcionamento do Instituto Chão com seus fornecedores dos assentamentos rurais e cooperativos de agricultura familiar; b) as relações de trabalho e a economia solidária; e; c) novas formas de comercialização com os agricultores familiares e se servem de modelos para outras iniciativas. Assim, é possível verificar se houve um incentivo à diversificação produtiva, melhores condições de trabalho, ampliação do equilíbrio ambiental e maior autonomia econômica do produtor rural.

O Terceiro Capítulo intitulado “O INSTITUTO CHÃO: A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR E SISTEMAS DE PRODUÇÃO E ASPECTOS AMBIENTAIS E AGROECOLÓGICOS; TRABALHO E QUALIDADE DO MEIO, AS RELAÇÕES SOCIAIS E O ALIMENTO EM SI” verificam e analisam: a) a diversificação produtiva através da participação do Instituto em relação aos agricultores familiares; b) como funciona, por meio dos agricultores, a preocupação com os meios de produção sustentáveis (agroecológica e\ ou orgânicos) das unidades de produção agrícola onde os produtores comercializam com o Instituto; c) a qualidade do ambiente, qualidade do trabalho, das relações sociais e do alimento em si.

O Quarto Capítulo intitulado “O PERFIL SOCIOECONÔMICO E A MELHORIA DE RENDA DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES DO INSTITUTO CHÃO” aborda os aspectos econômicos e sociais dos agricultores

familiares que comercializam com o Instituto Chão. Para isso foi realizado uma análise sobre o perfil socioeconômico dos agricultores participantes do Projeto do Instituto Chão e também foi verificado se a participação dos agricultores, após a comercialização com o Instituto, permitiu contribuir para o processo de desenvolvimento rural, para a inclusão da mão de obra familiar e para a melhoria de renda.

Referências Bibliográficas

ALVES, M, O. **Instituto Chão: Modelo de Negócio Sustentável e Percepção do Consumidor**. 16º Congresso Nacional de Iniciação Científica. Conic Semesp, 2016.

ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009

BECKER, C., ANJOS, F. S. dos e CALDAS, N. V. **Políticas Públicas estruturantes e segurança alimentar: o caso do PAA**. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2009. Porto Alegre SOBER, 2009.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

CAPORAL, F. R. **Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. In: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de (Org.). *Princípios e perspectivas da Agroecologia*. Paraná: IFPR, 2011. p. 123-63.

CORREA, L. O. R. **Economia popular, solidária e autogestão: o papel da educação de adultos neste novo cenário**. Porto Alegre: p.19. Disponível em: http://www.ufgrs.br/faced/pesquisa/niepeeja/pefjat/economia_solidaria_popular. p. Acesso em: dez. 2018

FARIA V. **Cinquenta anos de urbanização no Brasil- Tendências e Perspectivas**. *Novos Estudos* nº 29, 1991. 98-119.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GAIGER, L. I. **A economia solidária na contramarcha da pobreza**. *Revista Sociologia Problemas e Práticas*. N. 79, PP. 43-63, Lisboa, 2015

GIL, A. C. **Metodologia e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 1999.

IBGE- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário 2017. Brasília, 2017. Disponível em: Acesso em: 28 jan. 2019.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

- LAKATOS, E. V. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MADALENO, I. M. **A Cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002. 193 p.
- MASCARENHAS, G. C. C. **O movimento do comércio justo e solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado**. 2007. 387 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/CPDA), Rio de Janeiro, 2007.
- PAYES, M.A. **Sistemas de produção predominantes na região de Trati-Paraná: Um estudo de tipologia e diferenciação de produtos rurais**. Londrina: Fundação Instituto Agrônômicos do Paraná (IAPAR), 1993.
- PECQUEUR, B. **A guinada territorial da economia global**. Eisforia, Florianópolis, v. 4, p. 81-103, dez. 2006.
- PIERRI, M. C. Q. M; VALENTE, A. L. E. F. **A Feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. Desenvolvimento Rural, Territorial e regional**. 2009. UNB, BRASÍLIA - DF - BRASIL. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf>. Acesso em 21 nov. 2016.
- RODRIGUES, D, A. **Os novos investimentos no Brasil- Aspectos setoriais e regionais**. - Revista do BNDES, n. 9, 1998.
- ROMAN, C. **Agricultura local, circuitos curto: os territórios da Aquitânia se envolvem: um guia para a ação 2011**. Bordeaux: Réseau Rural em Aquitaine, 2011. Disponível em: <http://aquitaine-pqa.fr/IMG/pdf/PQA_Guide_circuits_courts_2011_BD-1-2.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2012.
- SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2016, p. 88-125.
- VERSOLATO, R. **Entrevista concedida pelo gestor do Instituto Chão**, São Paulo, 2018.
- YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

2. Organização e Práticas de Economia Solidária com Agricultores

Familiares: O Caso do Instituto Chão.

2.1 Introdução

A partir da década de 1990, vários estudos, entre os quais Singer (2002) e Souza (2018) consideram que a economia solidária tem como objetivo a geração de renda. Esses empreendimentos econômicos têm suas relações sociais e funcionamento associados aos princípios de autogestão, confiança, solidariedade, cooperativismo e transparência.

O Brasil registrou, no início da década de 1990, forte recessão, arrocho salarial e crise institucional; com isso, as iniciativas que impulsionavam o desenvolvimento através de relações comerciais de solidariedade, renda e emprego foram introduzidos pela sociedade civil e por políticas públicas. A economia solidária constitui-se de trabalho e renda na produção, com o incentivo à cooperação, solidariedade e outra relação entre o trabalhador e o seu trabalho. Com isso, a agricultura familiar passou a estabelecer novas relações com essa nova economia que procurava fortalecer sua produção, oferecer incentivos para a diversidade do plantio, relações de serviços, trabalhos e saberes para a inclusão social (AZAMBUJA, 2009).

Nesse sentido, o empreendimento de economia solidária aponta para a produção de uma cultura relacionada ao trabalho e à promoção humana. As feiras geram espaços de encontro entre quem compra e quem vende mais do que um contato humanizado entre produtores e consumidores; através desse relacionamento, os consumidores podem conhecer a origem do produto, as relações de trabalho, transporte e qualidade do alimento, entre outros aspectos. Contudo, essa rede solidária destaca-se em cadeias em torno de uma transformação social, a troca entre grupos mais próximos, assim possibilitando novas parcerias e possibilidades, que anteriormente se baseavam em contratos e lucro. Portanto, a economia solidária permite a criação de outra dinâmica entre agricultura e a natureza, que busca a preservação do meio ambiente, e um desenvolvimento que se encaixe com a agricultura familiar que produz alimentos sem agrotóxicos. Dessa forma, existe um múltiplo compromisso de criação de trabalho, geração de renda, solidariedade e saúde para todos. Na literatura são encontradas referências

como Singer e Souza (2000); Gaiger (2006); Veronese (2009) que analisaram em seus estudos a economia solidária na agricultura familiar, o que acenava para maior viabilidade econômica, promoção social e relações de confiança.

Neste sentido, o Fórum de Economia Solidária (2013) declarou que a produção de assentamentos rurais e agricultores familiares deveriam ser comercializados em feiras agroecológicas e não somente com base na produção em larga escala com o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. Assim, o agricultor familiar começa a considerar o seu plantio de acordo com práticas ecológicas que não agredem o meio ambiente, particularmente através da utilização de sementes crioulas e da diversificação da sua produção, pois há incentivos para cultivos de diversos legumes, hortaliças, frutas e sementes; e relações de trabalho mais equitativas. A inserção desses agricultores no mercado constitui-se em relações sociais, políticas e culturais oriundas de normas, regras e valores, como cita Ploeg (1992), Abramovay (1992) e Wilkinson (2010). A entrada em circuitos mercantis solidários pode ser benéfica e trazer autonomia para os agricultores familiares. Portanto, o canal de comercialização dá-se em iniciativas que buscam os pressupostos de cooperação, autonomia e soberania alimentar, havendo maior aproximação entre os que produzem, comercializam e compram, segundo; Renting, Marsden e Banks (2003); Brunori, Rossi e Malandrini (2010); Star (2010).

Ademais, as redes de comercialização que priorizam os agricultores familiares preconizam maior equilíbrio em suas trocas mercantis e as relações do comércio justo. Portanto, como comenta Souza (2008), existe um reconhecimento do trabalho do agricultor quando o consumidor compreende que existe um pagamento justo de seus produtos devido às qualidades especiais, como a certificação, a forma como é produzido e transportado e suas relações de trabalho. O consumidor percebe que existe uma lógica comercial desde o cultivo, a produção, a distribuição, a comercialização, o desenvolvimento sustentável e a venda que numa rede de atores interdependentes; valoriza-se a cooperação, as relações de confiança e a construção de um novo paradigma para as relações sociais de consumo, o que inclui os modelos agroecológicos, as relações de trabalho mais justas, e as modalidades de comercialização que almejam, por um lado, mobilizar consumidores mais conscientes que busquem alimentos com maior qualidade

e, por outro, agricultores que protagonizem uma redução nas desigualdades sociais e que estejam empenhados em obter renda suficiente para sua permanência no campo. Busca-se assim maior viabilidade econômica e social para os agricultores familiares (CAPORAL e COSTABEBER 2009; GLIESSMAN, 2007; ALTIERI, 2010; ROSEMERYER, 2010; PETERSEN, 2013).

Deste modo, a experiência de novos empreendimentos econômicos solidários encontra-se em trabalhos como o de Midori (2009); Santos (2012) e Trocas Verdes (2019) que destacam as trocas verdes em que há voluntários que organizam um site de vendas de produtos orgânicos provenientes dos produtores locais abastecendo a sede da rede de consumo responsável que funciona toda a terça-feira com produtos da agricultura familiar e orgânica, no seguinte endereço: Rua Eurico V. de Carvalho, 221, Praça da Capela, Campinas, SP. Assim, para o seu funcionamento há uma taxa de 10% sobre o valor pago ao agricultor, para o pagamento dos voluntários, que incluem seis pessoas que se organizam através da autogestão, como uma cooperativa de compras que gerenciam o site e o espaço físico da venda dos produtos. Portanto, nessa experiência de economia solidária há o estabelecimento de uma relação direta do agricultor regional com os seus consumidores, através de uma plataforma virtual de associados, além de o espaço físico ser concedido de forma gratuita para essas vendas.

O Instituto Chão destaca-se por ser uma central de distribuição de alimentos (considerado o maior do Brasil) vendendo pelo mesmo valor, sendo um espaço social coletivo, tendo como prioridade a distribuição de renda e valorização dos produtos de agricultores familiares, assentamentos, cooperativas e comunidades. Assim, há certa diversidade nos processos de gestão em economia solidária, como exemplo contrastante o trocas verdes, e o objetivo da pesquisa é especificar o caso de gestão de economia solidária. O Instituto estabelece como finalidade o fortalecimento da cadeia produtiva e assegura a valorização econômica e social dos agricultores, além de um espaço físico de venda para a produção dos agricultores que adotam práticas de comercialização a partir dos conceitos da economia solidária. Isso se relaciona com o que Schneider (2015) cita como as feiras livres e economia solidária, que possibilitaram maior abertura para o escoamento da agricultura

familiar. Desta maneira, tal prática permite um maior consumo de alimentos orgânicos em relação ao alimento convencional, demonstrando que é possível baratear esses produtos e torná-los mais acessíveis (tendo um preço justo e apoiando a agricultura familiar).

Além disso, o Instituto vende os produtos pelo mesmo valor que compra — e os custos operacionais advêm de contribuições de clientes que, através de doações voluntárias de 35% sobre o valor do que compram, contribuem para a permanência e gestão do projeto. Desta forma, incentiva o comércio justo tanto para o fornecedor quanto para os que compram, há maior valorização e apoio aos produtores. O Instituto Chão possibilita a criação de uma rede de comercialização e integração para a agricultura familiar, portanto, relaciona com o que Abramovay (2009) denomina de instituições que permitem ações de cooperativas capazes de contribuir para o tecido social de certa localidade.

Essa rede de comercialização entre agricultores familiares e o Instituto que revende produtos em uma feira constrói lógicas de negociações que beneficiam a ambos, pois, tanto a economia solidária quanto a agroecologia coincidem na necessidade de enfatizar a soberania alimentar dos povos e redução do custo da produção rural.

Além disso, as práticas agroecológicas que não utilizam pacotes agroquímicos promovem o aumento da diversidade produtiva. Contudo, o produto destaca-se pela formação do preço de venda, que é um fator determinante para a sobrevivência do agricultor. Deste modo, cria-se uma nova lógica de comercialização que proporciona autonomia, relações de troca mais equitativas, princípios de respeito ao meio ambiente, qualidade dos alimentos e preocupação com a saúde dos que trabalham e os que compram.

A relação entre o Instituto Chão, que elabora estratégias de comercialização para agricultura familiar, é citada em alguns estudos (ALVEZ, 2016; MIRA, 2018) que analisam o comércio justo de alimentos através de parceria entre agricultores e a associação para o consumo mais consciente. No entanto, não pesquisam as melhorias socioeconômicas que o Instituto gera para os agricultores familiares.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir os aspectos da economia solidária, desenvolvimento rural, comércio justo e canais de comercialização em espaços urbanos com base no estudo de caso do Instituto

Chão em São Paulo. Além disso, tem como finalidade analisar o funcionamento deste Instituto, sua organização e formas de interação com os agricultores.

2.2 Área de Estudo

O Instituto Chão tem como endereço a Rua Harmonia, 123 - Vila Madalena, São Paulo - SP, 05451-000 e possui três frentes de trabalho: mudas de planta, alimentação e escultura de cerâmica. O seu principal objetivo é a valorização econômica e social dos agricultores. Em sua organização são contabilizados 23 funcionários (sendo todos polivalentes: trabalhando desde a limpeza até a parte fiscal e financeira). Os produtos são comprados direto do produtor como exemplo as Redes Ecovida. O funcionamento da Rede é horizontal e descentralizado e está baseado na organização das famílias produtoras em grupos informais, associações ou cooperativas. Estas organizações se articulam com associações ou cooperativas de consumidores, ONGs e outras instituições e forma um Núcleo Regional, circunscrito a determinada área geográfica. Cada Núcleo tem uma coordenação com uma gestão. A soma dos diferentes núcleos (nos estados do RS, SC e PR) forma a Rede Ecovida de Agroecologia. A Rede também possui uma coordenação composta por representantes dos estados que além da função administrativa, também possui uma função deliberativa. Diariamente é vendida na feira uma tonelada de produtos e mais uma tonelada na mercearia. Deste modo, o debate sobre “o meu comer saudável” preocupa-se com todo sistema que contamina os alimentos, e a nova postura e escoamento em maior escala dos produtos orgânicos auxilia nessa discussão. O Projeto é social, tem vínculo de parceria e apoio aos produtores rurais.

2.3 Referenciais Teóricos

O Desenvolvimento Rural.

O Desenvolvimento Rural está associado ao conceito do processo de desenvolvimento que possibilite um maior aumento de produtividade, portanto ampliando sua rede de trocas comerciais e frequentemente como abordam Bagnasco, (2001); Putnam, (2002); Urani, (2004) uma relação que leva

melhoria na qualidade de vida dos produtores, prevalecendo fortes vínculos de cooperação e confiança nas transações mercantis.

Portanto, o conceito de rural, conforme Abramovay (2000), demonstra que:

a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. É em torno desse valor – e não somente de suas atividades econômicas setoriais – que se procuram aqui as características mais gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas (ABRAMOVAY, 2000. P.26).

Assim, o “Desenvolvimento Rural é entendido como uma ação previamente articulada que induz mudanças em um determinado ambiente social” (NAVARRO, 2019, p. 3). Nessa perspectiva, o desenvolvimento rural traz alterações para os agentes envolvidos na sua produção e venda, modificando suas relações econômicas, sociais e ambientais.

Como ressalta Mior (2007), a agroindústria familiar é uma forma de organização onde a família rural produz, processa ou transforma parte de sua produção agrícola, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Portanto, criando um vínculo muito importante do que é produzido com seus fornecedores.

O debate sobre desenvolvimento rural é cada vez mais associado à identificação de características territoriais capazes de conformar um objeto de atuação na busca de um processo de desenvolvimento rural (VEIGA, SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2003).

O desenvolvimento rural por meio de espaços urbanos através de instituições sem fins lucrativos como é o caso do Instituto Chão promove uma estratégia de ações intermunicipais, destinados ao escoamento de produtos de agricultores familiar e cooperativo, possibilitando cadeias produtivas com maior diversidade produtiva.

Para Veiga (2010), o desenvolvimento está vinculado ao tipo de vida que as pessoas vivem e o que elas escolhem para fazer, aproveitando as oportunidades que aparecem, com a opção de escolha de possibilidades de compra. E atrelando com que Ramos (2001) descreve como desenvolvimento

rural sustentável, a melhoria da qualidade da vida das populações rurais e cuidados com a preservação ambiental.

Com a preocupação de uma agricultura que combina ideias ambientais e sociais, que priorize a sustentabilidade social e ambiental do sistema de produção, tem-se a agroecologia. Além da importância da produção e diversificação do que é produzida no meio rural, a preocupação com o meio ambiente, saúde humana, preservação do solo e relações trabalhistas mais solidárias faz com que a agroecologia seja muito discutida, teorizada e praticada pelos agricultores familiares. Segundo Altieri (2001), a agroecologia é entendida como uma forma de se produzir a partir de um referencial técnico-produtivo caracterizado pela autonomia dos agricultores, ou seja, pela valorização e utilização dos recursos disponíveis no local e técnicas que permitem melhor aproveitamento dos solos, aumento da produção devido aos processos naturais de proteção contra pragas, não utilizando pesticidas e venenos tóxicos.

Portanto, seguindo as premissas destes autores, o desenvolvimento rural parte de um processo sistêmico de crescimento da economia, entretanto, com maior equidade, igualdade e transferência de renda para os envolvidos. Através de ações e propostas que ofereçam oportunidades e autonomia para os agentes sociais.

Sachs (2008) sustenta o argumento que a capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais são fundamentais para que possam ampliar a geração e agregação de valor. Surgindo, assim, formas de reduzir custos e promover economias locais.

Muitos trabalhos de Veiga (2010) demonstram que os territórios mais beneficiados ao processo de inovação seriam aqueles em que as economias locais são capazes de gerar demandas com valor agregado para produtos e serviços, estimulados para o crescimento de empreendedorismo.

Bem como o direcionamento das compras para a agricultura familiar através dessas ações tem como intuito incentivar o agricultor a aumentar a quantidade, diversidade e qualidade dos seus produtos. Além disso, tendo a garantia de renda e trabalho, o que permite uma autonomia e investimentos estruturais nas suas propriedades.

Schejtman e Berdegú (2004) definem o desenvolvimento rural como um processo de transformação produtiva e institucional cujo fim é reduzir a pobreza e a vulnerabilidade dos agricultores. Ademais, o rural não se trata apenas do âmbito produtivo, abrange também questões sociais, ambientais e vínculos rurais e urbanos.

Portanto, as decisões sobre o desenvolvimento rural implicam mudanças tanto no rural quanto no urbano. No rural, o impacto direto é no nível de renda, na disposição de serviços básicos, como no acesso às políticas públicas. No urbano, o impacto é indireto, a falta de desenvolvimento rural pode significar a fragilidade em suprir os centros urbanos de uma boa alimentação.

Nesse sentido, Ploeg (2008) e Wilkinson (2008) apostam na criação de novos espaços que a agricultura familiar possa ocupar. Isto é, espaços não-agrícolas e mercados de qualidade, fugindo da produção de *commodities* cuja demanda é norteadada pelo menor preço. Estes mercados oferecem possibilidade de venda e promoção social e econômica para pequenos agricultores, antes desfavorecidos para vender seus produtos e obter renda suficiente e aumentar sua diversidade de produção.

Por meio de novas interações entre redes de autores distintos criam-se tecnologias sociais que são ações transformadoras desenvolvidas na interação entre populações que agregam soluções para a inclusão social, apresentando novos paradigmas de desenvolvimento.

A relação entre novos atores vem proporcionando amplos debates no desenvolvimento rural como destacam Niederle e Wesz (2009) nas suas múltiplas formas de produção, diversidade social, econômica e cultural que participam.

Entre essas formas de interação e produção existem uma ligação entre essas pessoas por meio das relações sociais, que desenvolvem na comunidade, também nos consumidores, agentes e organizadores urbanos. Isso tem revelado que esses novos postos de trabalho privilegiam a qualidade da vida, preservação ambiental e a valorização do ser humano (PINHEIRO; PAES de PAULA, 2016)

Outros trabalhos como de Lunedo (2018) citam que as redes têm o objetivo de articular representante de diversos setores locais, integrando forças

para a promoção do desenvolvimento regional e no planejamento de uma agenda em comum.

Conforme a discussão de Pinheiro (2016) e Lunedo (2018), as redes de atores convergem para mecanismos sociais e econômicos de confiança e cooperação, compartilhando informações e procedimentos que possibilitam um desenvolvimento entre as partes envolvidas.

O desenvolvimento rural representa uma ampla relação de raízes culturais, sociais, ambientais e configurações políticas, portanto, tendo uma forte ligação com a agroecologia que trouxe métodos e técnicas que valorizam a produção do pequeno produtor rural, além de fortalecer redes de comercialização em espaços urbanos que possibilitam um maior valor agregado aos seus produtos.

Economia Solidária

Segundo Singer (2012) e Brasil (2016), a economia solidária se apresenta sob formas de cooperativas populares, associações de pequenos agricultores, grupos informais e redes de cooperação, atuando em diversos setores produtivos: agricultura familiar, organização de finanças e comércio justo e solidário.

França (2007) e Cruz (2011) dissertam que a Economia Solidária engloba iniciativas de natureza associativa que envolva moradores em determinado território que buscam soluções de problemas públicos concretos relacionados às atividades socioeconômicas. O movimento da economia solidária vem crescendo nos últimos 20 anos no Brasil em busca de auxiliar boas alternativas para inserir grupos de pessoas desfavorecidas com o objetivo de promover mudanças sociais.

Essas trocas, geralmente, estão enraizadas, segundo SABOURIN (2009, p.57): “as prestações e relações econômicas dependem de estruturas de reciprocidade e compartilhamento mais ou menos instituídas que, quando são equilibradas e participativas, dão origem à produção de valores materiais de uso ou de serviços, bem como valores afetivos e éticos”

Nesse contexto, a economia solidária acrescenta uma excelente ferramenta para iniciativas que atuam como intermediárias em promover ações e práticas que levem benefícios e adesão de grupos antes reduzidos a nichos

de mercados que limitavam sua renda e investimento autônomo em melhorias estruturais em suas redes de produção. Assim, promovendo uma gestão de empreendimento da economia solidária que trabalha com agricultura familiar, num formato horizontal, ou seja, democrático e com a participação possível de todos os membros transmitirem suas opiniões, e, portanto, favorecendo uma economia com mercado em que são valorizados outros princípios e valores mais justos, solidários e cooperativos. Trata-se de procedimentos de autogestão, autonomia e gestão democrática (MANCE, 2005). Sendo assim:

A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. O termo foi cunhado na década de 1990, quando por iniciativas de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças (GAIGER, 2015, p.162).

A economia solidária deve ser analisada como um instrumento de desenvolvimento e não estar associada somente às políticas assistenciais. Por isso, é necessária uma participação dos agentes sociais, atuando nas ações e iniciativas dos empreendimentos econômicos solidários.

Vieira (2005) declara que a economia solidária emergiu para preencher vazios econômicos e sociais que a indústria e o sistema econômico vigente produziram. Assim, compreende-se que o incentivo a diversificação da produtividade é importante para o produtor, além de basear sua produção no que tem maior aceitação do consumidor.

Importante destacar que o bom desempenho da cadeia de produção depende da capacidade de oferecer respostas às demandas dos clientes, na qualidade de produtos e serviços, inovação dos produtos, efetividade dos custos, serviços e entregas (RODRIGUES; SANTIN, 2004).

A economia solidária contribui e promove alternativas aos padrões dominantes, buscando possibilidades e atuações compatíveis com práticas tradicionais da agricultura familiar, empreendimentos solidários e aliadas à valores fundamentais da sociedade.

Canais de Comercialização e Comércio Justo

Coelho (2011) define o comércio justo como um movimento social que visa promover formas de desenvolvimento e de consumo sustentável e que melhoraram a qualidade de vida dos pequenos produtores através da atividade comercial.

Nicholls e Opal (2005) compreendem o comércio justo como um mecanismo de regulação do mercado que almeja a melhoria de vida dos pequenos agricultores nos países em desenvolvimento, além de contribuir para uma maior diversidade produtiva.

Complementado os autores supracitados, França (2003) conceitua o comércio ético e solidário no Brasil como uma forma de dar poder aos trabalhadores assalariados, aos produtores e aos agricultores familiares que se encontram em desvantagens no mercado convencional. Assim, pressupõe-se uma remuneração mais justa, respeito à diversidade cultural e histórica e reconhecimento das comunidades tradicionais.

De acordo com uma base bem construída de valores em comum, se ganha uma imagem societária da organização e de seus vínculos comerciais, levando uma aproximação entre produtores e apoiadores. Além disso, leva-se em consideração o preço final dos produtos como fator de melhor remuneração aos produtores criando um fator determinante da permanência da atividade rural.

Essa rede de comércio que é formada por cooperativas, organizações não governamentais e instituições sem fins lucrativos enfatizam os valores sociais e morais, como proteção ambiental, a igualdade de gênero, a equidade social e valorização social e econômica dos produtores.

Partindo dessa perspectiva, a agricultura orgânica adentra nesse contexto de desenvolvimento e canais de comercialização mais justos pela sua diversidade e como estratégia para produtores familiares (CAUMO; STADUTO, 2014).

Segundo Wilkinson (2002), mercados de proximidade podem ser vistos, fundamentalmente, como o prolongamento de relações familiares, ou, diretamente, com consumidores ou com canais de comercialização.

Acessar canais de comercialização por meio de organizações com maior volume pode ser a principal estratégia para a agricultura familiar. “As cooperativas e redes de distribuição de alimentos tem uma dinâmica que distingue da agroindústria privada na medida em que está enraizada nos recursos de uma região específica e sua razão de ser e a valorização dos seus membros” (WILKINSON, 2008, p.39).

Os diversos mercados alternativos da agricultura familiar começam a se expandir e criar consumidores interessados em uma nova abordagem de comercialização mais justa e igualitária. Estes mercados possibilitam a diversificação de culturas e a obtenção de melhoria da renda do produtor que tem uma pequena propriedade e pouco capital para investimento. Além disso, constroem-se pontes de beneficiamento e escoamento desses produtos que passam a ter um local adequado e que amplie as possibilidades de venda e renda.

Os temas de desenvolvimento rural, rede de atores, espaços urbanos, agroecologia, economia solidária e comércio justo se interligam e demonstraram ser essenciais para apresentar suporte teórico para análise dos dados e respostas aos questionamentos a serem esclarecidos pelos objetivos.

2.4 Metodologia e Fonte de Dados

Nessa primeira etapa do trabalho, elaborou-se uma revisão de literatura, utilizando as bases de dados Scielo, portal de periódicos da Capes e Google Livros, seguindo o critério de informações recentes e com relevância na área de estudo. Adotaram-se como palavras-chave: Desenvolvimento Rural; Agroecologia; Economia Solidária; Comércio Justo; Canais de Comercialização.

A segunda etapa do trabalho constitui-se a partir da aplicação de dois questionários semiestruturados: parte 1. Funcionamento do Instituto Chão e parte 4. Como funcionam as práticas de beneficiamento, distribuição e comercialização com os associados do Instituto Chão. Dessa maneira, após cinco visitas ao Instituto Chão e conversando com os associados adotou-se a

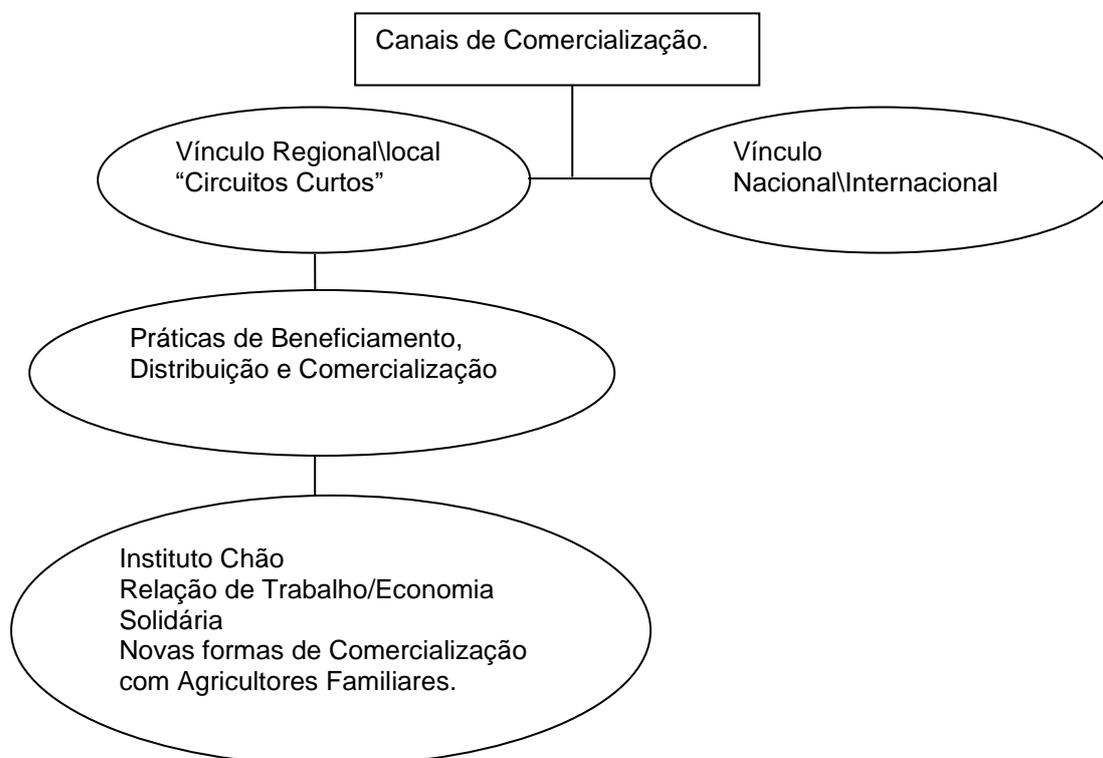
perspectiva de entrevistar e utilizar dois questionários com os três fundadores da feira livre, os informantes chaves, pois os mesmos conhecem o projeto inicial e as mudanças que decorreram nesse período de existência do Instituto. Portanto, o método de estudo de caso foi escolhido, devido a ser um instrumento relevante para análises contemporâneas, além de permitir estudos de empreendimentos e organizações (YIN, 2001). Sendo assim, os resultados e as discussões desse trabalho são apresentados através da análise dos formulários que buscaram caracterizar o funcionamento do Instituto Chão, distribuição e comercialização com os agricultores familiares. Os formulários foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos bem como os termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para a análise detalhada e mais aprofundada sobre o caso foi utilizado um conjunto em árvore, como base o grafo construído por Oliveira et. al. (2017) que detalhe o Instituto Chão e sua relação com os agricultores familiares. De acordo com Calvacante e Silva (2009), grafos são estruturas muito usadas para representar a existência ou não de relações entre elementos de dado conjunto. Assim, redes de comunicação, fluxos em rede de transporte, mapas geográficos e relações binárias em geral podem ser representadas por grafos. Nesse método de análise, várias questões de interesse podem ser investigadas.

2.5 Resultados e Discussão

Com o grafo em árvore, que apresenta a organização e as práticas de beneficiamento, produção e comercialização do Instituto com os agricultores familiares, foi possível desenvolver e compreender como ocorre e desenvolve essa relação entre esses atores. Partiu-se de três modalidades: a) o funcionamento do Instituto Chão; b) as relações de trabalho e a economia solidária; e c) novas formas de comercialização com os agricultores familiares (Figura 1).

Figura 1. Grafo em árvore com aprofundamento dos estudos em Vínculo Regional, com desmembramento do ramo práticas de beneficiamento, distribuição e comercialização.

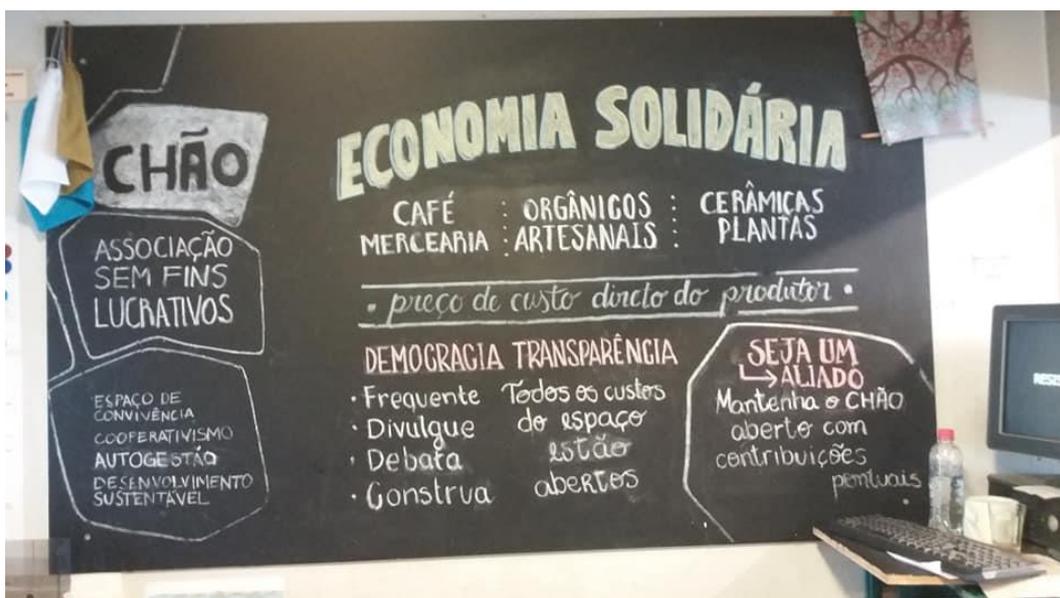


Fonte: adaptado de OLIVEIRA (2016).

a) O funcionamento do Instituto Chão tem sua lógica definida a partir de princípios como o de soberania alimentar, centralidade das pessoas e do fortalecimento da cadeia produtiva, que favoreça os pequenos produtores (ASSOCIADO 1, 2019). Essas parcerias de confiança e cooperação sobre transações comerciais são analisadas em diversos estudos (BAGNASCO, 2001 e WANDERLEY, 2002). Os agricultores são historicamente mal remunerados quando comercializam com grandes varejistas, que trabalham com a padronização de formato e cor de vegetais: qualquer variação se torna um motivo para descarte do produto; o que sobra é de responsabilidade do agricultor buscar e dar conta das perdas. Ademais, estudos de Thies e Conterato (2017) analisam que as inserções dos agricultores familiares em redes de comercialização mais justa, como cooperativas ou feiras livres levam maior autonomia aos pequenos produtores, diferentemente da relação

econômica com os grandes varejistas. Dessa forma, com uma rede de apoio e com uma política de parceria entre o Instituto e os Agricultores, é possível construir maior autonomia, escoamento de produtos e relação comercial mais justa e solidária. O painel, Figura 2, demonstra a organização do Instituto Chão como uma associação sem fins lucrativos, com preço de custo direto do produtor e a conscientização de uma parceria dos consumidores com o Instituto.

Figura 2: Painel de informação e conscientização dos clientes.



Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

b) as relações de trabalho e a economia solidária: a interação entre o Instituto Chão e os Agricultores tem como prática central a construção de vínculos de trabalho mais justos, sendo realizadas visitas periódicas nas propriedades para averiguar as condições do emprego, além da observação com as condições socioeconômicas de seus fornecedores (ASSOCIADO 2, 2019). Como pontuam diversos autores (SINGER, 2002; ABRAMOVAY, 2009; CHAYNANOV, 2017), as relações de trabalho corroboram para ações mais diretas e colaborativas, nas quais os trabalhadores participam das decisões em assembléias. A construção de relações horizontais entre o fornecedor e o revendedor, que participa desde o início da feira e insere as frutas e legumes nas prateleiras e caixas, permite maior participação social no funcionamento e na dinâmica da feira, aumenta o contato com os que frequentam, permitindo maior assimilação das relações sociais de confiança e amplia a interação entre

os atores da produção, distribuição e comercialização conforme pode ser observado na Figura 3.

Figura 3: Mercearia e espaço de convivência.



Fonte: Arquivo Pessoal

c) novas formas de comercialização com os agricultores familiares: o produto não tem padronização. Se houver algum problema no período da colheita e o produto sofrer variações no formato e cor, o mesmo não é descartado. A produção é realizada através de práticas, redesenho do sistema de produção de forma a não agredir o meio ambiente, e os agricultores plantam diversas frutas e hortaliças, aproveitando o terreno em várias épocas. Contudo, a pesquisa propôs-se até o momento a entrevistar os associados do Instituto Chão que tem contato permanente com os agricultores familiares, que relataram nas suas trocas comerciais os seus procedimentos e métodos de trabalho. Dessa maneira, esse processo causa um aumento significativo e diversificado da produção, os agricultores familiares não usam venenos, sementes transgênicas e adubos químicos. O produto com procedência e qualidade asseguradas é vendido e repassado para os consumidores. A política de preços exclui o desconto financeiro, que são acordos e regras específicas, como pagamento no prazo ou fidelidade. Os preços cobrados pelos produtos vendidos no Instituto são estabelecidos pelo agricultor. Existe o acompanhamento do que é produzido, e as perdas são negociadas, havendo relações de confiança e prioridade nas compras de assentamentos rurais. (ASSOCIADO 3, 2019). Assim, esse modelo de comercialização gerou grande

variabilidade e diversidade dos produtos que usam as técnicas agroecológicas, além de proporcionar rendimento para os agricultores e relações mais equânimes entre fornecedor e revendedor. Sendo assim, o projeto do Instituto tem em sua dinâmica outra forma de interação solidária, havendo transparência de todos os custos operacionais, que são expostos em quadro colocado no Instituto. Assim, constitui um ambiente mais diverso e plural (Figura 4).

Figura 4: Painel da Previsão de Custos Mensais.



Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

A diversidade produtiva define-se pela prática de cultivo das sementes crioulas que geralmente são produzidas por indígenas, quilombolas e agricultores familiares. Essas variedades estão ameaçadas pelo crescimento em larga escala dos latifundiários que usam sementes transgênicas, como exemplo, soja e milho. De acordo com o depoimento do ASSOCIADO 3 (2019), constata-se uma grande variedade de horticultura nas produções devido à conscientização dos agricultores familiares pela introdução de práticas agroecológicas no cultivo, que amplia, no seu território, a plantação de uma grande variedade de legumes, frutas e verduras. Assim, a feira gera um espaço vital para o escoamento dessa produção, além de permitir uma reconexão do

rural ao urbano, e ainda contribuir para melhorias socioeconômicas dos agricultores. Portanto, o agricultor familiar realiza o cultivo de uma grande diversidade produtiva e não fica restrito apenas a um único plantio (Figura 5).

Figura 5: Espaço de venda dos produtos orgânicos do Instituto Chão.



Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

2.6 Considerações Finais

Pelo presente trabalho é possível verificar que a rede de comercialização entre o Instituto Chão e os agricultores familiares contribuiu para o fortalecimento da própria cadeia produtiva. O produto comprado dos agricultores e revendido pelo Instituto na feira é negociado com a retirada dos descontos. Além disso, os preços são estipulados pelos produtores permitindo que os fornecedores possam adentrar no mercado, antes restrito às exigências dos grandes varejistas. Esse comércio também estimula ações apropriadas para a pequena produção familiar, desenvolve métodos que respeita o meio ambiente e as relações de trabalho mais solidárias. Portanto, contribuiu para que os agricultores que sobrevivem da agricultura possam ter renda para investir na propriedade.

Deste modo, o trabalho compreende-se como uma importante ação empreendedora através de uma feira que proporciona aos agricultores familiares a venda dos seus produtos. Sendo assim, o Instituto Chão descreve-

se como um local que fortalece a agricultura familiar, devido à prioridade da compra de produtos do MST (exemplo: Arroz), e nas suas relações comerciais com os agricultores utilizando os princípios da Economia Solidária. Desta forma, para os agricultores familiares evidenciam-se práticas de beneficiamento, fortalecimento da cadeia produtiva e relações de trabalho mais justas e equânimes. Com isso, a relação entre agricultores familiares e o Instituto é percebida pelas interações com a prática de comércio justo, além da valorização do produtor rural, geração de renda para o agricultor e possibilidade de investimento na sua propriedade, trazendo maior autonomia e ampliação do que será cultivado.

Ademais, o trabalho permite novas indagações sobre o tema, pois são relações comerciais ainda em construção e experimentação. Assim, o Instituto é uma associação que sobrevive de doações, que não estipula preços dos produtos, que não aplica descontos financeiros, partindo de relações de confiança e geração de renda para os agricultores. Os limites da pesquisa se aplicam a quantidade de entrevistados e ao propósito da temática atual, que são as informações dos associados que trabalham no Instituto. Assim, o presente capítulo estimula estudos por meio de entrevistas com os agricultores familiares, abordando a questão da melhoria da renda, a qualidade do ambiente, qualidade do trabalho, das relações sociais e do alimento em si. Tais tópicos são abordados nos capítulos 3 e 4 da presente dissertação.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. **A agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista Nera. n.16.p. 22-32, 2010.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3a ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS; 2001.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro. Texto para Discussão do IPEA, n. 702, 2000

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALVES, M, O. Instituto Chão: **Modelo de Negócio Sustentável e Percepção do Consumidor**. 16º Congresso Nacional de Iniciação Científica. ConicSemesp, 2016.

ASSOCIADO. **Entrevista 1** [maio.2019]. Entrevistador: Eduardo Figueiredo. São Paulo, 2019. 1 arquivo. Mp3 (60 minutos)

AZAMBUJA, L. R. **Os Valores da Economia Solidária**. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 21, p. 282-317, jun. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 fev. 2020.

BAGNASCO, A. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001. 374 p.

BERDEGUÉ, J. A., FUENTEALBA, R. Latin America: **The state of smallholders in agriculture**. In: IFAD Conference on New Directions for Smallholder Agriculture. Roma, 24-25 jan. 2011.

BRUNORI, G; ROSSI, A; MALANDRIN, V. **Co-producing Transition: Innovation Processes in Farms Adhering to Solidarity-base Purchase Groups (GAS) in Toscana, Italy**. International Journal of Sociology of Agriculture and Food, Cardiff, p.28-53, 2010.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e Tradução de Regina Vargas. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 296 p.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. **Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica.** Revista Brasileira de Agroecologia, v.1, n.1, p.87-90, 2009.

CARPENTER, O. RIECHMANN, J. **Pensar latransición: enseñanzas y estrategias econômico-ecológicas.** SEMIMONOGRÁFICO. PENSAR LA TRANSICIÓN(I), 2013.

CAUMO, A. J.; STADUTO, J. A. R. **Produção orgânica: uma alternativa na agricultura familiar.** Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe),v. 12, n. 2, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2346/2200>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

CAVALCANTE, Fabiana Nascimento Santos; SILVA, Domingos Severino. **Grafos e suas Aplicações.** TCC apresentado ao Centro Universitário Adventista de São Paulo, campus São Paulo, 2009.

COELHO, Sandra Lima (2011), “**O Comércio Justo como forma de consumo responsável**”, inHernâni Veloso e Sandra Lima Coelho (org.), *Novas dimensões do consumo na sociedade contemporânea*, Porto, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, p. 99-111.

FRANÇA, C. L. de. (Org.). **Comércio ético e solidário no Brasil.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert / ILDES, 2007. 144 p.

GAIGER, L. **A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários.** Revista Sociedade e Estado. n.21. v.2. p. 513-544, 2006.

GAIGER, L. I. **A economia solidária na contramarcha da pobreza.** Revista Sociologia Problemas e Práticas. n. 79, p. 43-63, Lisboa, 2015

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; p. 653, 2007.

LUNEDO, A. C. Bordignon, Piccini, Ruberlan Bilha A. de Souza, Alexandre Carvalho, Carlos Eduardo Santos Junior, Silvio, **A Rede de Formação como um para Alternative o Desenvolvimento Regional.** Desenvolvimento em Questão [online] 2018, 16 (Outubro-Dezembro). Acesso em: 28 de fev. 2019.

MANCE, E. A. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômicos- -filosóficos** (complexidade e libertação). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MIDORI, C. **Compras coletivas e a Construção de Novas Relações entre Consumidores e Produtores: a Experiência do Grupo Trocas Verdes, Campinas-SP.** Revista Brasileira de Agroecologia. v.4, n.2, 2009.

MIOR, L. C. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

RURAL SUSTENTÁVEL, Florianópolis, 2007. anais. Disponível em: <http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20-_Mior.pdf>. Acessoem: 12 dez. 2008.

MIRA, P. M.; IUNES, C. S.; RAMOS FILHO, L. O.; NEVES, M. C.; QUEIROGA, J. L. de. **Consumo responsável e economia solidária como estratégia de comercialização para agricultura familiar**. Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 2, dez. 2018. Edição dos Anais do 3º Seminário de Agroecologia da América do Sul

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acessoem: 09 ago. 2019.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **A agroindústria familiar na região das Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida**. In: CONGRESSO DA SOBER, 47., 2009, Porto Alegre. Anais do 47º Congresso da SOBER. Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/49.pdf>>. Acessoem: 28 fev. 2019.

NICHOLLS, A; OPAL, Charlotte, **Fair Trade: Market-Driven Ethical Consumption**, London, Sage Publications.2005

OLIVEIRA, L. P. de; NEVES, M. C.; RAMOS FILHO, L. O.; ROQUE, A. de A.; RAMOS, M. S. T. A. S.; QUEIROGA, J. L. de. **Canais de comercialização da produção de um assentamento rural em transição agroecológica**. In: **JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS**, 8., 2017, Campinas. Anais... Campinas: FEAGRI/Unicamp, 2017.

PETERSEN, P. Editorial. **Revista Agriculturas**, v.10, p.1, 2013.

PINHEIRO, D. C.; PAES DE PAULA, A. P. Autogestão e práticas organizacionais transformadoras: contribuições a partir de um caso empírico. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 33, p. 233-266, 2016.

PLOEG, J. D. **El proceso de trabajo agrícola y lamercantilización**.In: GUZMAN, E. S. (Ed.). *Ecologia, campesinato y historia*. Madrid: LasEdiciones de La Piqueta, 1992.

PLOEG, J. V. D. **Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 114-140.

THIES, V., & CONTERATO, M. **Agricultura familiar e autonomia: a construção social e política de mercados no noroeste gaúcho**. *DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate*, 7(1), 51-74, 2017.

TROCAS VERDES. **Grupos de Consumo Organizado de Barão Geraldo, Campinas- SP**, c2019. Página inicial. Disponível em: <www.trocasverdes.org/blog/>. Acesso em: 20 nov.2019.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5 ed. São Paulo: FGV Editora, 2002. 260 p

RAMOS, P. **Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural)**. V.15, N.43, São Paulo. 2001.

RETING, H; MARSDEN, T. K; BANKS, J. ***Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development***.In: Environment And Planning. Londres, 2003. p. 393-411.

RODRIGUES, D, A. **Osnovos investimentos no Brasil- Aspectos setoriais e regionais.-** Revista do BNDES, n.9, 2004.

ROSEMEYER, M. ***The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices***.Boca Raton: CRC; London: Taylor & Francis, 310 p, 2010.

SACHS, I. **Desenvolvimento Includente, Sustentável Sustentado**. Rio de Janeiro. Garamond. 2008. 152 p.

SABORIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 328 p.

SANTOS, F, P, MARTINS, L, C. **Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.38, n.2, p. 469-483, abr-jun, 2012.

SCHEJTMAN, A y BERDEGUÉ, J. A. ***Desarrollo territorial rural. Centro Latino Americano para o Desarrollo Rural***, 2004, 54 p. (Caderno Debates y Temas Rurales n. 1).

SCHNEIDER, S.;FERRARI, D. L. **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina**.Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Introdução á Economia Solidária**. 5 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012. 128 p.

SOUZA, P. F. **Economia solidária: outro caminho é possível?** Revista de Desenvolvimento Regional – Faccat –Taquara\RS, v.15, n.1, jan\jun. 2018

SOUZA, M. S. **Desafios Da Construção De Mercados De Orgânicos Frente Às Transformações Do Varejo Alimentar: Reflexões A Partir Da Sociologia Econômica.** Em. 46th Congress, July 20-23, 2008, Rio Branco, Acre, Brasil. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008.

STAR, A. **Local Food: A Social Movement?** Cultural Studies Critical Methodologies, v.10, n.6, p.479-490, 2010.

URANI, A. Construção de mercados e combate à desigualdade. In **Reformas no Brasil: balanço e agenda.** GIAMBIAGI, Fabio; REIS, José G.; URANI, André (Orgs.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p. 505-526.

VERONESE, M. V. **Subjetividade, Trabalho e Economia Solidária.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, 153-167. 2009.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável. O Desafio do Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond. 2010.

VIEIRA, F. M. **Coerência e Aderência da Economia Solidária.** Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, Departamento de Economia, São Paulo, 2005

WANDERLEY, F. **Avanços e desafios da Nova Sociologia Econômica: notas sobre os estudos sociológicos do mercado.** Sociedade e Estado, Brasília (DF), v. 17, n. 1, p. 15-38, 2002.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2008. 213 p.

WILKINSON, J. **Sociologia econômica, a teoria das convenções e o fortalecimento dos mercados.** Ensaio FEE, Porto Alegre, v.23, n.2, 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2042/2424>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos/** Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi – 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001. 320 p.

3 O Instituto Chão, A Diversificação da Produção Familiar e Aspectos Ambientais e Agroecológicos : trabalho e qualidade do meio e as relações sociais e o alimento em si.

3.1 Introdução

A agricultura familiar constitui-se em uma prática de produção que viabiliza a gestão de economia solidária, diversidade produtiva, empregabilidade, melhoria de renda, permanência no campo, soberania alimentar e produções sustentáveis. Assim, o presente capítulo tem por finalidade verificar se a participação dos agricultores no Instituto Chão trouxe diversificação produtiva, além de especificar se houve uma preocupação com os meios de produção sustentáveis das unidades de produção agrícola.

Segundo o MDA (2006), a agricultura familiar detém 4.367.902 estabelecimentos (24,3%) e emprega no campo cerca de 74,4% da mão de obra. Portanto, mesmo detendo um espaço limitado em extensão de terra, o agricultor rural emprega grande quantidade de trabalhadores para o cultivo e a colheita. Assim, a produção familiar estabelece como prioridade a soberania alimentar, assegura o trabalho no campo e com sua diversidade é responsável por grande parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (FRANÇA; DEL GROSSI; AZEVEDO MARQUES, 2009)

Deste modo, a produção familiar destaca-se pela dinamização do território rural que adquire investimentos no cultivo, além de práticas que não prejudicam o meio ambiente (SANTOS, 2014). Com o uso das técnicas agroecológicas que implicam um menor dano ao ecossistema, e métodos que utilizam uma grande variedade de cultivos em um mesmo espaço, é possível ao agricultor ampliar sua produção, e diferenciá-lo dos grandes proprietários de monocultura que vendem somente *commodities* para exportação (soja, milho, algodão, cana de açúcar e carne bovina).

Portanto, segundo Viegas (2010), Gaiger (2016) e Dweck (2019) a produção de alimentos dá-se pelo processamento e diversificação que leva a maiores rendimentos, investimento social e geração de empregos, tendo em vista que a diversificação produtiva familiar permite melhores condições de plantio e venda para os agricultores familiares.

Ademais, uma produção diversificada gera possibilidades de variedades no cultivo, que adquirem maior resistência a pragas, uso de sementes crioulas,

heterogeneidade na venda de hortaliças, hortifruti e frutas. Sendo assim, os agricultores familiares estabelecem nas suas relações comerciais amplas alternativas de produção, além de permitirem o cultivo de grande parte dos alimentos que estão presentes na mesa dos consumidores. Desta forma, a agricultura familiar procura-se diferenciar da revolução verde que permeou o cenário da agricultura até a década de 1990, que especificamente, trabalhou com grandes extensões de terra, máquinas e monocultura. Portanto, uma produção diversificada definiu-se pela utilização de práticas de uso e reaproveito de áreas pequenas para uma grande variedade de culturas alimentares. Segue-se que essa diversidade originou sistemas inovadores de comercialização que beneficiou tanto os produtores rurais quanto os consumidores (SPOSITO, 2017).

Assim, o presente capítulo desta dissertação busca analisar se o aumento da diversidade produtiva com cultivos variados para os agricultores familiares pode facilitar suas condições no mercado atreladas a um comércio justo, além de possibilitar sua permanência nas relações mercantis.

Diante deste contexto, os agricultores que praticam a diversidade da produção familiar são motivados pela crescente procura pelos mercados de orgânicos que se encontram em rápida expansão, além de surgir como alternativa para os produtores rurais que tinham dificuldade de encontrar abertura nos mercados (BREITENBACH, 2018). Assim, o aumento do consumo gerado por uma maior demanda faz com que os agricultores tenham que reorganizar seu sistema produtivo para atender as exigências atuais (BRANDAO, 2016).

Dessa maneira, os agricultores se organizam na produção e atendimento a esses mercados orgânicos. Por meio de associações, que buscam saber o que o agricultor tem para comercializar e ofertar para as grandes feiras em São Paulo criam-se redes de cooperação solidária que auxiliam o sistema produtivo do agricultor para que se adaptem as necessidades do mercado, além de permitir uma variedade produtiva e locação de seus produtos para locais de grande acessibilidade e escoamento produtivo.

Sendo assim, o presente estudo procura investigar a diversificação da agricultura familiar após a comercialização com o Instituto Chão. Além disso, investiga como funciona, por meio dos agricultores, a preocupação com os

meios de produção sustentáveis (agroecológica e\ ou orgânicos) das unidades de produção agrícola onde os produtores comercializam com o Instituto; bem como verificar a qualidade do ambiente, qualidade do trabalho, das relações sociais e do alimento em si.

3.2 A importância da diversidade produtiva para os Agricultores e os sistemas sustentáveis de plantio.

A partir da década de 1990 com os programas de incentivo a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o pequeno produtor rural passa a ampliar sua produção para essas novas demandas, bem como se verifica a ampliação de sua participação em feiras livres e cestas que conectaram o produtor rural com o consumidor. Assim, busca-se uma viabilidade econômica através do fortalecimento dessas redes de comercialização. E, conseqüentemente, a diversidade produtiva propôs ser uma alternativa valiosa para os agricultores familiares, que anteriormente detinham somente prejuízos por cultivar somente um único cultivo, além de proporcionar uma compreensão de plantio e cultivo de muitas espécies.

Contudo, o agricultor familiar constata dificuldades para uma produção diversificada, além da falta de infraestrutura e falta de capital para investimento na propriedade que o auxilie na expansão da diversidade produtiva. Como descreve Darolt (2013), o desenvolvimento sustentável no campo está relacionado com a biodiversidade, melhoria ambiental e condições de saúde e infraestrutura mais adequadas ao trabalhador rural. Assim sendo, Brandão (2015) comenta que a diversidade produtiva quando é bem estruturada, tem financiamento e planejamento podendo reorganizar a cadeia produtiva, e possibilitar uma adesão maior dos produtores familiares para atender as exigências atuais.

Desta forma, como apresenta Darolt (2013) e Brandão (2015), pode-se considerar que a diversidade produtiva está relacionada com uma junção de diversos atores sociais e econômicos. Sendo assim, os agricultores familiares procuram relações comerciais que estabeleçam trocas mais justas e que priorizem uma produção mais heterogênea, além do apoio técnico e comercial

para essas demandas produtivas que possam escoar com maior qualidade e benefício para o produtor e o consumidor. Dessa maneira, as feiras livres, associações e cooperativas constituem uma alternativa para os agricultores familiares, pois além da comercialização mais justa, reitera o apoio técnico e incentivo a uma produção de diversos cultivos e, estimula a demanda de pequenas produções, proporcionando mercado para estes agricultores.

Com isso, as relações de agricultores e associações destacam-se pelas contribuições no desenvolvimento socioeconômico e na variedade produtiva. As práticas de cooperação entre agricultores familiares e associações levam ao auto-sustento, pois uma parte da produção permanece com o agricultor e o excedente é negociado em feiras, sendo o apoio nessa relação comercial a base para a diversidade produtiva como fonte para melhorar os indicadores sociais e econômicos. Assim, o agricultor familiar e as cooperativas geram um valor agregado ao produto que é comercializado, criando um aumento significativo das demandas pelos produtos. (CAZELLA, 2010; TESCHE, 2013; LIMA, 2017; SHULTZ; 2017)

Ademais, o agricultor familiar reconhece nas novas práticas de cultivo um maior conhecimento da qualidade do ambiente e do alimento em si, redução dos custos e fortalecimento da economia rural (PLOEG; 2000). Como cita Kageyana (2008) e Pierri (2011) o meio urbano através de bens e serviços trazem ao agricultor familiar maior promoção de diversidade de atividades agrícolas. Assim sendo, a agricultura familiar passa a ser reconhecida como um modelo de produção sustentável (Grisa, 2019), estimulando um sistema de trabalho que almeje o desenvolvimento local e qualidade de vida do produtor rural, pois nessa relação de cultivo em que há o respeito ao meio ambiente e às relações sociais, há um fortalecimento da rede de solidariedade entre esses agentes sociais (POULAIN, 2018).

3.3 Procedimentos Metodológicos

Com o intuito de compreender a relação entre agricultores familiares e a Associação do Instinto Chão, este estudo foi caracterizado como requisito descritivo e exploratório, na perspectiva de especificar determinado fenômeno. Assim, o presente trabalho é um estudo de caso, que segundo Yin (2010) tem

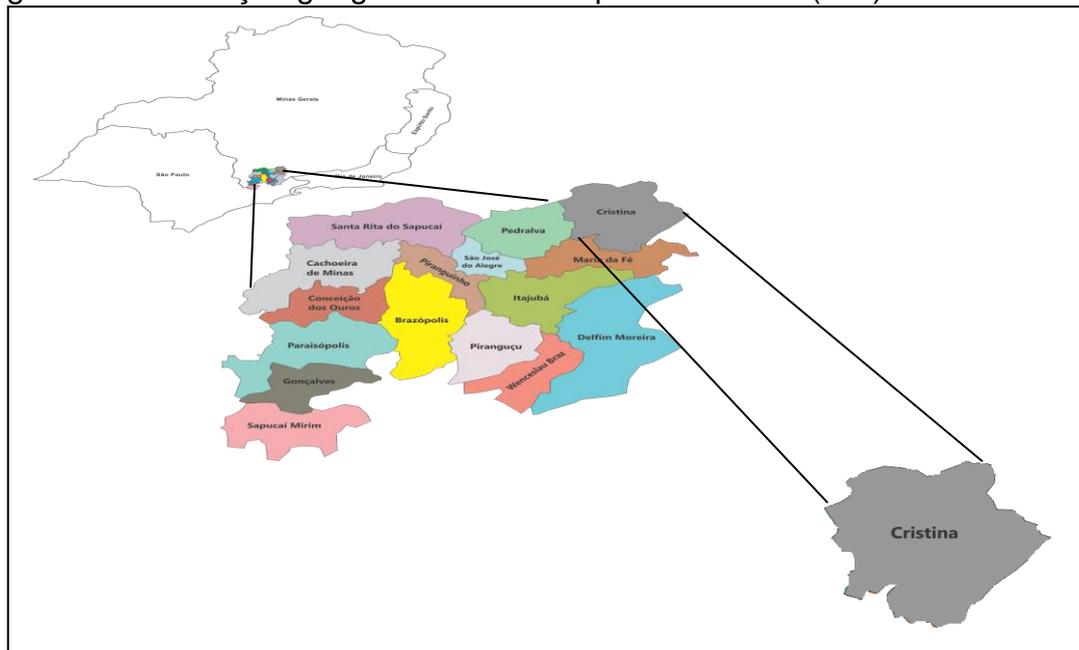
sido recomendado por diversos autores para elucidação das proposições ou hipóteses que estão sendo examinadas.

Em relação à abordagem essa pesquisa é detalhada tanto de forma quantitativa quanto qualitativa, e entrevistas semiestruturadas utilizando os formulários: Parte 3. Diversificação da Produção Familiar e Parte 6. Aspectos Ambientais e Agroecológicos, que de acordo com Gil (2007, p. 117) retrata informações sobre o que as pessoas sabem, crêem, desejam e esperam, além das explicações e razões dos fatos decorrentes. Categoriza-se uma pesquisa de campo, com amostra não probabilística pelo acesso aos informantes chaves que indicam outros agricultores. Desse modo, a amostra dos agricultores foi realizada na Cidade de Cristina MG e Iperó SP que são as duas regiões que vendem para o Instituto Chão. Portanto, a pesquisa destaca-se pelos agricultores familiares que comercializam com a Associação do Instituto Chão.

A amostragem da pesquisa deriva dos agricultores familiares que são cooperados da Terra Viva e Associação Apanfeque comercializam diretamente com o Instituto Chão, totalizando 40 associados, destes apenas 30 participam da venda para a Associação. A amostra foi finalizada com 20 agricultores pelo método de saturação e repetição dos atores envolvidos. A pesquisa foi realizada nos meses de novembro de 2019 a dezembro de 2019.

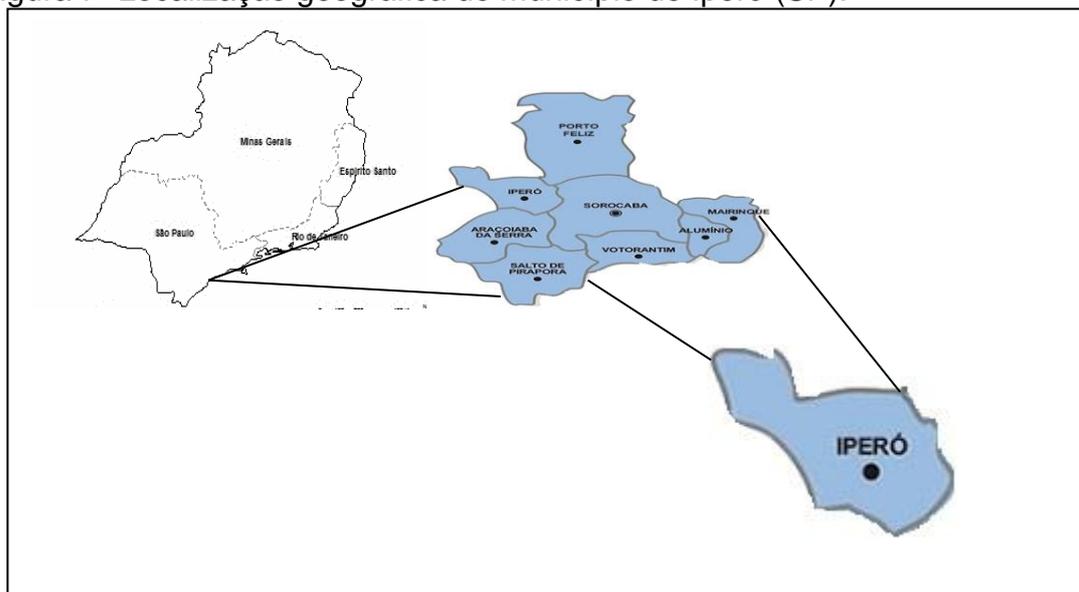
Ademais, foram realizadas visitas no Instituto Chão, Associação Terra Viva e Apanfe, e nas propriedades dos agricultores familiares, possibilitando recolhimento dos dados, entrevistas e fotografias das dinâmicas do trabalho rural.

Figura 6- Localização geográfica do município de Cristina (MG).



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Figura 7- Localização geográfica do município de Iperó (SP).



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

A análise e tratamento dos dados da pesquisa pautaram-se pelo levantamento de campo dos dados primários de formulários semiestruturados que foram aplicados aos agricultores familiares e cooperados que comercializam diretamente com o Instituto. Os formulários pretendem captar o funcionamento, quem são os atores, suas estratégias de comercialização e cooperativismo.

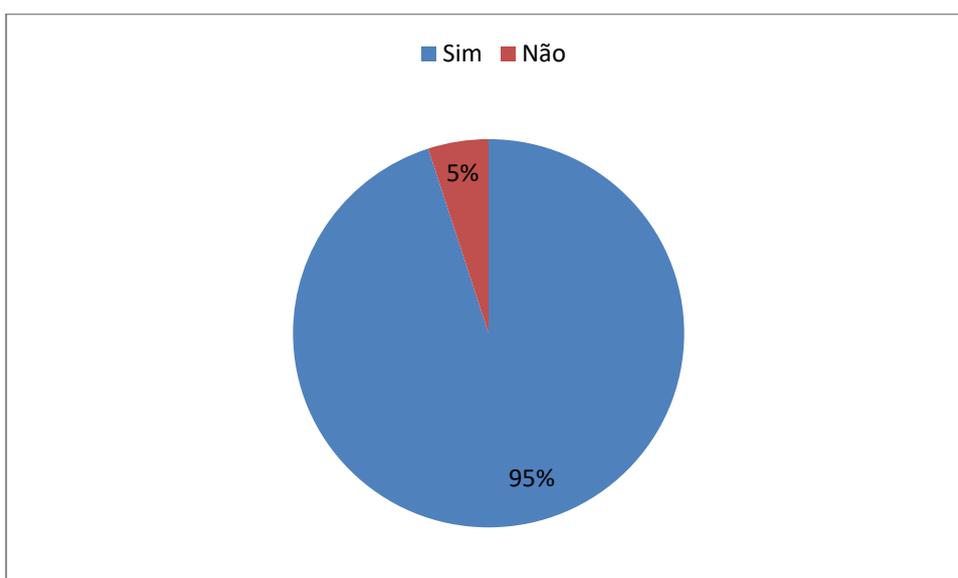
3.4 Resultados e Discussão

Este item de resultados e discussão apresenta as seguintes variáveis no quesito Diversificação da Produção Familiar e Aspectos Ambientais e Agroecológicos dos agricultores familiares que comercializam com o Instituto Chão como: diversificação e produção; estabelecimentos de comercialização, trabalho e adaptações nas técnicas produtivas, relações sociais e o alimento em si; coleta de plantas nativas e preservação ambiental; produção orgânica, controle de plantas invasoras e controle de pragas, adubação e selo orgânico; conhecimentos agroecológicos.

3.4.1 Diversificação da Produção dos agricultores familiares em relação ao Instituto Chão

A Figura 8 mostra que houve aumento da venda para o Instituto Chão com diversificação da produção. De acordo com a pesquisa de campo, 95% dos entrevistados responderam que sim em relação à diversificação pela venda ao Instituto e 5% que não houve diversificação na produção com a comercialização com o Instituto.

Figura 8- Diversificação da Produção pela comercialização entre agricultores e Instituto Chão.



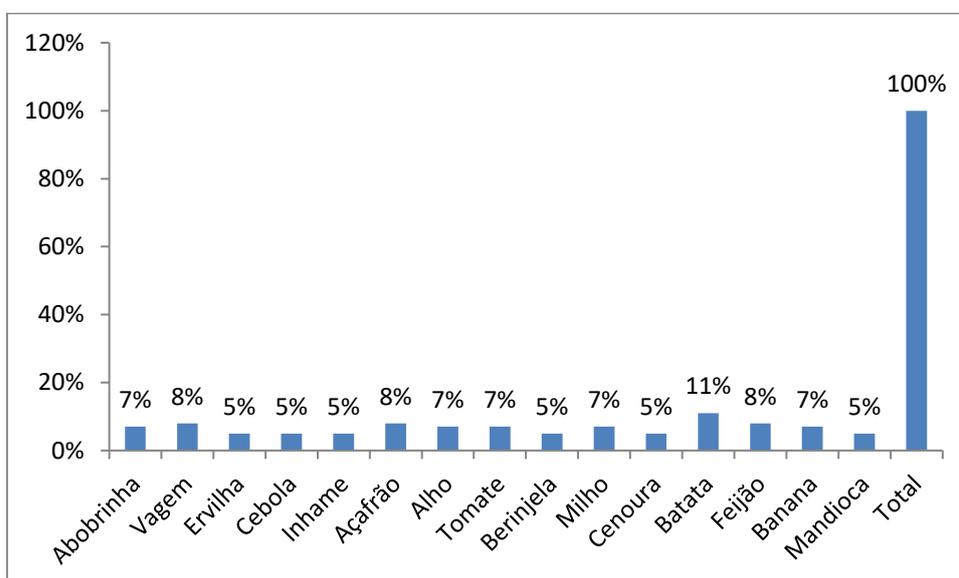
Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

3.4.2. Atividades que trouxeram maior lucratividade aos agricultores de Iperó (SP) e Cristina (MG)

Quando perguntado aos agricultores sobre a diversificação produtiva, eles relatam que já existia uma diversidade, mas com a entrada do Instituto alguns alimentos passaram a ser mais produzidos e assim, a diversificação possibilitou maior renda aos agricultores.

A Figura 9 ilustra fontes de renda que geraram maior volume de venda aos agricultores pesquisados. Pela Figura 9, nota-se a batata com 11% das vendas, seguida do açafrão, vagem e feijão com 8% das vendas.

Figura 9- Atividades com maior fonte de renda dos agricultores familiares dos municípios de Iperó (SP) e Cristina (MG).



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

3.4.3. A Variedade de produtos que passaram a ser produzidos com a Comercialização dos Agricultores de Iperó (SP) e Cristina (MG)

Na Tabela 1, observa-se grande variedade dos produtos que passaram a ser produzidos com a comercialização com o Instituto Chão, demonstrando que além dos novos cultivos e demandas nessa relação entre agricultores e associação, trouxe também, maior fonte de renda aos produtores conforme apontado pela Figura 9.

Tabela1- Produtos que passaram a ser produzidos pelos agricultores após a comercialização com o Instituto Chão.

Produtos	Antes do Instituto Chão	Depois do Instituto Chão
	Abobrinha Rabanete	Batata Almeirão
	Ervilha Cenoura	Açafrão Couve
	Cebola Beterraba	Vagem Alho Poro
	Inhame Pêssego	Abobrinha Alecrim
	Alho	Feijão Hortelã
	Tomate	Banana Malva do Reino
	Berinjela	Abacate Abobrinha
	Pimentão	Limão Ervilha
	Quiabo	Laranja Pepino
	Nabo	Cebolinha Berinjela

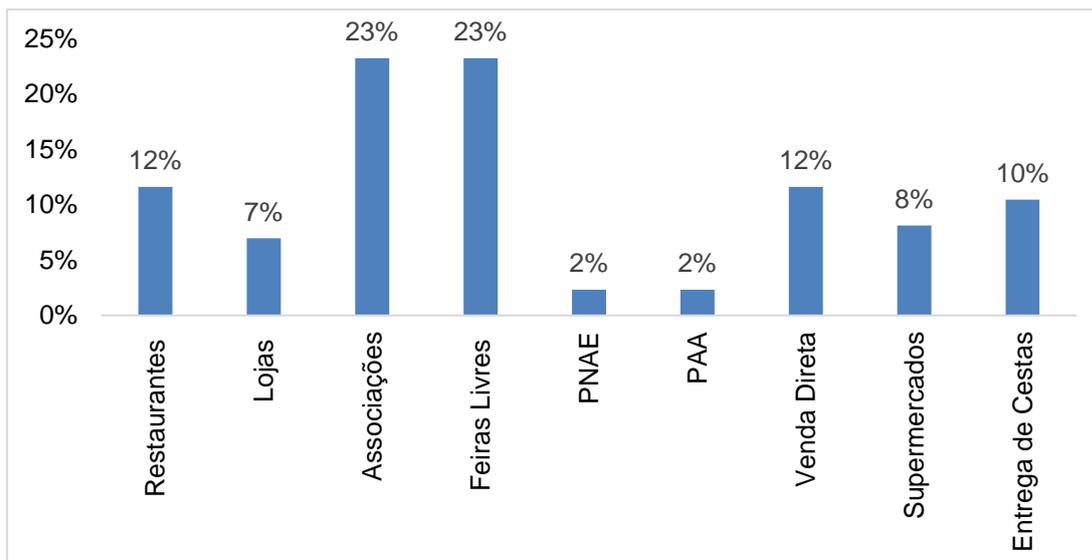
Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Na pesquisa, verificou-se que a participação dos agricultores neste Instituto acrescentou uma diversificação produtiva, além de proporcionar novas demandas. Esse processo levou o Instituto a propor aos agricultores novos cultivos de acordo com as possibilidades e infraestrutura desses locais. Assim, através desse acordo alguns produtos passaram a ser cultivados e comercializados, como: batata, açafrão, feijão, hortaliças e fruticultura.

3.4.4. Formas de Comercialização que os Agricultores de Iperó (SP) e Cristina (MG) realizaram além do Instituto Chão.

Em relação aos meios que esses produtos são comercializados, constataram-se pela Figura 10 que 46% são Associações\Coopetativas, 12% são comercializados em vendas diretas, 12% são restaurantes, 10% são entregas de cestas, 8% são supermercados, 7% lojas e 4% são comercializados por meio do PNAE e PAA.

Figura 10- A comercialização dos agricultores de Iperó (SP) e Cristina (MG).



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Esses dados da Figura 10 evidenciam a importância das feiras livres e associações para os agricultores familiares. Com a queda das políticas públicas para o pequeno produtor, as associações se tornaram instrumentos valiosos para a regularidade das vendas e garantia segura da renda no campo. Como descreve Cabral (2015) a garantia da venda dos agricultores familiares realiza-se pela participação da comercialização com as Cooperativas/ Associações, fortalecimento de alimentos e desenvolvimento local.

“Vários agricultores que mandam para o Instituto Chão garantem pelo menos a comercialização desses agricultores. Nesse período, e não tem nenhum outro que estaria fazendo de maneira suficiente com o valor agregado para melhorias para o agricultor, mas ele paga mais de modo geral (Agricultor 2, Cristina, 2019)”

3.4.5. As mudanças e adaptações nas técnicas produtivas que foram realizadas pelos agricultores de Iperó (SP) e Cristina (MG).

A Tabela 2 apresenta as mudanças e adaptações que os agricultores realizaram pelo incentivo à diversificação produtiva.

Tabela 2- Respostas às abordagens se houve diversificação da produção e quais adaptações foram necessárias.

Depoimentos dos agricultores

Sim, o plantio de (pepino) na parte de saquear, amarrar (tirar do chão), assim contribuindo para a coloração diferente quando está próximo do solo, estaquear. (Agricultor, 1)

Passamos a modificar a terra (orgânica). (Agricultor, 2)

Conceitos culturais (viável), mudanças na mentalidade. (Agricultor, 3)

Estufa troca de variedade de plantas, abertura de varejos. E garantir as pequenas quantidades de produção, uma relação mais confiável e segura para a venda. O aumento do número de trabalhadores, melhores condições de trabalho. (Agricultor, 4)

Mudanças na topografia, áreas com acidentes geográficos. (Agricultor, 5).

Sim, a melhoria da irrigação, adubação orgânica e análise do solo. (Agricultor, 6)

Ajudam na infraestrutura, irrigação e utilização de novos equipamentos. (Agricultor, 7)

Produção orgânica, técnicas de agrofloresta, busca de novos conhecimentos. (Agricultor, 8)

Adaptações para produção em pequena escala, e melhorias nas condições de trabalho. (Agricultor, 9)

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Na Tabela 2 percebe-se que a diversificação produtiva depois da comercialização com o Instituto levou muitos agricultores a investirem em melhores condições de cultivo, produção e trabalho.

Sobre as potencialidades e dificuldades do agricultor familiar, Soares (2015) relata em seu estudo que os agricultores quando tem uma regularidade de venda e uma estrutura mínima de trabalho conseguem ser mais produtivos e adaptáveis às exigências do mercado. No caso da presente pesquisa, pelos relatos são observadas as dificuldades e potencialidades presenciadas com a comercialização para o Instituto Chão:

“A gente planeja entregar para o Instituto Chão, dentro da nossa prática de agricultura, às vezes, o Instituto tem demandas de alimentos que não temos estrutura suficiente para produzir, por exemplo, alface o ano todo. A gente não tem condições (não temos a estufa) produzir tomate (não tem estufa, não tem irrigação), problemas com água suficiente, para inovar no campo de produção, na qualidade que o Instituto quer e deseja, precisa ter essa infraestrutura, que os assentados não têm. O que conseguimos produzir é pouca renda, por causa disso, sem essa infraestrutura” (Agricultora, Iperó, 2019).

Se a gente tivesse uma infraestrutura adequada nós poderíamos ter um volume de produção que satisfizesse o Instituto Chão por conta do que eles teriam de demanda de compra. Por outro lado, devemos

valorizar e assegurar se não tivesse o Instituto Chão, todo esse número de familiares estaria em desalento do ponto de vista agroecológico e, certamente desestimularia a produção orgânica, e voltariam para a produção convencional, para o mercado comum, essa qualidade de ter o Instituto Chão permeando e construindo com os agricultores é imensa (Agricultor 3, Cristina, 2019).

Desse modo, na agricultura familiar se observam agricultores que já detêm uma estrutura mínima de trabalho, como estufas, maquinários e irrigamento e, portanto, tiveram melhores condições de inovarem e investirem na sua produção com a melhoria da renda; e outra parte desses trabalhadores sem essas condições de estrutura e, portanto, não conseguem ampliar e aumentar sua variedade produtiva.

3.4.6. Comercialização Solidária e o Desenvolvimento Social e Econômico.

A Tabela 3 relata a questão respondida pelos agricultores sobre a construção de uma comercialização solidária e baseada na confiança, verificando se a mesma trouxe um maior desenvolvimento para os agricultores.

Tabela 3-Resposta às abordagens sobre a comercialização solidária e sua importância para o desenvolvimento social e econômico.

Depoimentos dos agricultores

Sim, através da confiança, as relações são preestabelecidas. (Agricultor, 8)

Sim, auxilia na qualidade dos alimentos, relações de trabalho mais igualitárias e um pagamento mais justo. (Agricultor, 9)

Sim, ajuda os agricultores e as associações. (Agricultor, 10)

Sim, contribui ao acesso do consumidor, além de um preço mais justo. (Agricultor, 11)

Sim, auxilia a chegada do produto ao consumidor, mais barato e maior produtividade. (Agricultor, 12)

Sim, a experiência coletiva e solidária, forma-se um grupo de venda (carteira de clientes) dentro de uma organização solidária, que planeja a divisão da produção por partes, para que todos sejam contemplados. (Agricultor, 13)

Sim, a comercialização solidária e baseada na confiança trouxe uma mudança nas relações de trabalho e na própria produção (que era vendida como convencional) e agora com a Associação teve melhoria na renda. (Agricultor, 14)

Sim, possibilitou a discussão (a comunidade, ampliar o pobre no orgânico), além de uma

alternativa ao mercado convencional do orgânico. (Agricultor, 15)

Sim, a economia solidária traz um valor agregado ao produto, como se fosse uma venda direta ao consumidor. (Agricultor, 16)

Sim, certamente dessa relação os agricultores familiares acessaram o mercado do orgânico. (Agricultor, 17)

Sim, na confiança desenvolve técnicas e benefícios, união entre agricultores. (Agricultor, 18)

Sim, a economia solidária gera respeito entre os envolvidos para ocorrer às negociações. (Agricultor, 19)

Sim, o agricultor planeja a comercialização, melhorando as relações sociais e as questões relacionadas ao atendimento à demanda. (Agricultor, 20)

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

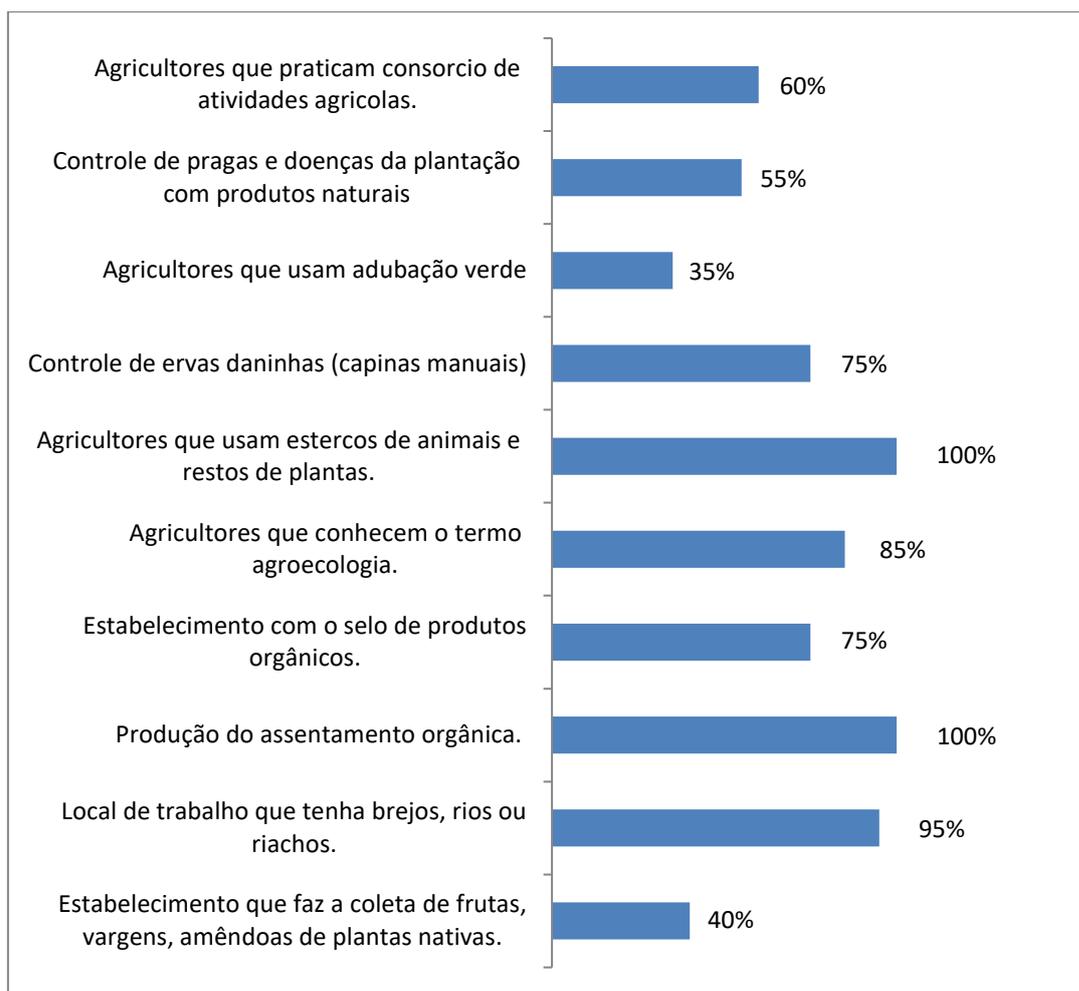
Em relação às relações sociais e o alimento em si, a Tabela 3 permite observar que a comercialização solidária trouxe ao agricultor familiar uma nova alternativa de comércio e conhecimento sobre o alimento que produz. O produtor rural quando garante uma relação comercial mais justa e solidária, baseada na credibilidade e confiança passa a ter no seu trabalho uma relação de parceria, desenvolvimento do comércio justo e valorização de toda a logística da construção social dos mercados (Santos 2016).

O alimento apresenta como um dispositivo de cooperação e integração aos que produzem, vendem e compram. Através das técnicas da agroecologia que não agredem o meio ambiente e permitem relações de trabalho baseadas no comércio justo e economia solidária, é possível garantir a soberania alimentar e nutricional (Bergamasco, 2015).

3.4.7. Aspectos Ambientais e Agroecológicos

Os estabelecimentos providos com brejos, rios e riachos são 95% conforme a Figura 11. Com as visitas e questionários na pesquisa de campo, a percepção é que são bem conservados. A pesquisa demonstrou que a maior parte dos agricultores se preocupa com o equilíbrio e a preservação dessas áreas.

Segundo a Figura 11, 60% dos agricultores familiares pesquisados praticam consórcio de atividades agrícolas, e 85% conhecem o termo agroecologia, além de utilizar as suas práticas no cultivo e colheita.

Figura 11 - Aspectos Ambientais e Agroecológicos.

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Na Figura 11 também é possível verificar que 55% dos agricultores controlam as pragas e doenças da plantação com produtos naturais; 35% usam adubação verde; e 75% utilizam as capinas naturais para o controle das ervas daninhas. Desse modo, os agricultores no controle de plantas invasoras utilizam a roçadeira, capina, enxada, cobertura morta, plantas repelentes, calda. No controle de pragas e doenças são utilizadas receitas caseiras, caldo, pimenta, solo equilibrado, plano de manejo, produtos permitidos. Na adubação, 100% dos produtores usam estercos de animais e restos de plantas. Além disso, constatou-se que 100% dos agricultores pesquisados têm produção orgânica.

Portanto, os agricultores verificaram que através de um cultivo agroecológico passaram a ter uma preocupação maior com um modelo

sustentável de produção. Assim, verificaram-se a busca por métodos que utilizem adubação verde, produtos naturais, esterco de animais e restos de plantas.

Também foi observado nas unidades produtivas um empenho na entrega de produtos que tenha os requisitos da produção orgânica, além da utilização de métodos para preservar a qualidade do meio, como: conservação da vegetação nativa, a utilização do sistema agroflorestal, adubação e pastagem ecológica.

3.4.8. A Agroecologia e a Agricultura Familiar

Na Tabela 4 são apresentados os depoimentos dos agricultores sobre a agroecologia e a sua importância para os agricultores familiares.

Tabela 4-Resposta às abordagens sobre a Agroecologia e sua importância para os agricultores.

Depoimentos dos agricultores

A agroecologia é necessária, pois traz benefícios ao ambiente e ao ser humano. (Agricultor, 1)

Possível harmonia com a natureza. (Agricultor, 2)

Relação do agricultor com as questões ambientais, sociais e culturais. (Agricultor, 3)

Bom, traz melhorias, evita agrotóxicos, leva um produto de primeira qualidade para os consumidores. (Agricultor, 4)

Agroecologia é um conjunto de teoria e postulados que propõe que a produção reporte ao meio ambiente, que as possibilidades de que a produção seja sustentável. (Agricultor, 5)

A permanência de um solo mais fértil, saudável e equilibrado. (Agricultor, 6)

Uma visão de conjunto, olhar a produção agrícola e pecuária com respeito a natureza e a própria viabilidade econômica. (Agricultor, 7)

Política Pública (não tem incentivo) acesso a equipamentos e a políticas para um cultivo adequado e uma comercialização que facilite os agricultores familiares. (Agricultor, 8)

A agroecologia trouxe uma parceria dos produtores que estão sozinhos e com dificuldades de vendas, através da articulação com as redes solidárias. (Agricultor, 9)

Importante, bom para as plantas e árvores. (Agricultor, 10)

Deixar a biodiversidade biológica, ciclos que não pode usar, quanto menos mexer na natureza ela repousa. (Agricultor, 11)

Agroecologia, uma boa opção, produzir alimentos sem agrotóxicos e venenos, conseguindo trabalho com as vendas para as escolas. (Agricultor, 12)

Cultivar um método auto-sustentável, sem agredir o meio ambiente, não comprar insumo e utilizar o que a própria natureza oferece para a gente. (Agricultor, 13)

Uma ciência e prática utilizada pelos povos, estratégia de fortalecimento do campesinato,

proporcionar alimento bom para os consumidores. (Agricultor, 14)

Inovação troca de experiências, e a leitura que a agroecologia faz no micro clima, saída do futuro, pelos métodos, maneira de conviver uns com os outros e a preservação sem danos. (Agricultor, 15)

Agroecologia parte do desenvolvimento e interação, juntamente com as melhorias das relações de trabalho. (Agricultor, 16)

A única saída para a sustentabilidade para o planeta. (Agricultor, 17)

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

3.4.9. Sistema Agrofloretal - SAF e a Diversidade Produtiva

Na Figura 12 é possível visualizar o SAF e a diversidade produtiva.

Figura 12- Imagens do SAF no plantio do agricultor.



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Na Figura 12, o SAF se mostra como um sistema produtivo adequado na combinação de diversas culturas agrícolas com árvores florestais e frutíferas na mesma área, e buscando um equilíbrio entre o solo, água e energia. O seu uso e manejo seguem as diretrizes da não utilização de agrotóxicos, a ciclagem de nutrientes e a produção de matéria orgânica no sistema de melhoria do solo e exploração de hortaliças que podem ser vendidas no curto prazo.

As Figuras 13 a 17 ilustram alguns dos cultivos que um agricultor de Iperó SP produz exclusivamente para a entrega ao Instituto Chão. Nesse cultivo, os agricultores demonstram um esforço para aprimorar suas técnicas, aperfeiçoar

seus conhecimentos e obter um maior entendimento da variedade do que eles produzem e comercializam.

Conhecer o período, quais são as plantas que combinam entre si, plantas que combinam com a raiz, e a gente vai usar a folha, ciclo rápido, uma planta que é mais adubadeira pode ser colocada em determinado espaço (adubação de verão e inverno). O ambiente deve estar de acordo com a estação, a cobertura, micro biota do solo, usar menos água, proteção da luz do sol, o solo, conforto térmico e a amplitude térmica (matéria orgânica) as árvores vão ganhando tamanho e vigor, mudança da temperatura, relação de umidade e vento no espaço (Agricultor 5, Iperó, 2019).

Figura 13 - Produção de Cebolinha orgânica.



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Figura 14 - Produção de Melancia na agricultura familiar.



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Figura 15 - Produção de Almeirão da Agricultura Familiar.



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Figura 16 - Produção de Couve da Agricultura Familiar.



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Figura 17 - Produção de Alho Poró na Agricultura Familiar.



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

3.4.10. Considerações

Os agricultores familiares mencionados na pesquisa apresentam uma significativa variedade produtiva, melhoria na qualidade do meio e nos aspectos ambientais e agroecológicos.

Pela pesquisa de campo, observou-se que o Instituto Chão na sua comercialização com os agricultores familiares trouxe novas demandas no

plantio, além de acrescentar produtos que detêm um maior valor agregado no mercado, assim possibilitando um maior rendimento e diversidade produtiva. Entretanto, nessa análise percebeu-se que muitos agricultores descrevem que somente os que detêm uma estrutura mínima para cultivar esses produtos passam a receber maiores benefícios.

Os resultados da pesquisa permitiram verificar que a participação dos agricultores em comercialização com o Instituto Chão proporcionou uma maior diversificação da produção familiar. Observou-se a importância das cooperativas, associações e feiras livres para os agricultores familiares. Com a redução das políticas públicas para a agricultura familiar, as associações se tornaram um importante instrumento para o aumento da renda desses agricultores e do acesso ao alimento.

Essa comercialização estimulou entre os agricultores a implantação e aumento dos cultivos, assim criando 11 novos cultivos que passaram a ser produzidos e vendidos na agricultura familiar. Através da pesquisa, percebeu-se ainda que o produtor rural quando garante uma relação comercial mais justa e solidária baseada na credibilidade e confiança, obtém no seu trabalho uma relação de cooperação, melhoria na qualidade do meio, nas suas próprias relações sociais e no próprio entendimento da importância do alimento na sua vida e para o comprador final do produto.

Sobre os aspectos ambientais e agroecológicos, concluiu-se que os agricultores passaram a cultivar e produzir alimentos que tenham modelos e técnicas que tenham as exigências e características da agricultura orgânica, como o uso de produtos naturais, adubação verde, capinas manuais, esterco de animais e restos de plantas.

O presente capítulo pode estimular futuros artigos sobre a relação comercial entre agricultores e associações e formas de permanecer com garantias e segurança no mercado orgânico. Além disso, como esta relação pode proporcionar impacto na renda dos agricultores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCO, S. M. P. P, Souza-Esquerdo, V. F. de, , Oliveira, J. T. A. de, &Oliveira, Érika de S. (1). **Segurança alimentar e nutricional e qualidade de vida em assentamentos rurais.** *Segurança Alimentar E Nutricional*, 20(1), 13-23. Disponível em:<<https://doi.org/10.20396/san.v20i1.8634619>>. Acesso em: 13 set. 2019.

BRANDÃO. J. B. **A gestão da cadeia de suprimentos das redes regionais de varejo de frutas, legumes e verduras no Rio Grande do Sul: um estudo multicaso.** *Extensão Rural*, Santa Maria, v.23, n.3, p. 51-68, 2016

BREITENBACH, R. **Participação econômica das atividades de subsistência na agricultura familiar.** *Redes* (Santa Cruz do Sul. Online), Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 1, p. 53-68, jan. 2018. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/6780>>. Acesso em: 03 set. 2019.

CABRAL, F. F. **Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos no Estado de Mato Grosso.** *Revista de Estudos Sociais*, [S.l.], v. 17, n. 34, p. 78-92, july 2015. ISSN 2358-7024. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2590>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CAZELLA, A. A; BÚRIGO, F. L; CAPELLESSO, A. J. Redes de cooperação: das artes de pesca à inovação financeira. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, p. 41-57, nov. 2010. ISSN 1807-0221. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/14395>>. Acesso em: 18 nov. 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/1807-0221.2010v7nespp41>.

DAROLT, M. R. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês.** *Construção Social dos Mercados*, v.10, n.2, p.8, 2013.

DWECK E. **Quando a economia é vista como ciência exata, saídas para crises são restritas a dados numéricos.** Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7589-quando-a-economia-e-vista->

como-ciencia-exata-saidas-para-crisis-sao-restritas-a-dados-numericos>.

Acesso em: 06\12\2019

FRANÇA, C.G, DEL GROSSI, M.E, AZEVEDO MARQUES, V. P.M. **O censo agropecuário e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA ed. 2009. 96p.

GAIGER, L. I. G. **A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade**. – São Leopoldo: Ed. Unisino, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRISA, C; NIEDERLE, P. **Transferência, Convergência e Tradução de Políticas Públicas: A Experiência da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul**. *Dados*, Rio de Janeiro , v. 62, n. 2, e20160099, 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582019000200200&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Nov. 2019. Epub July 18, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/001152582019175>.

KAGEYANA. A.A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre. Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

PIERRI. M.C.Q.M, VALENTE. A. L. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar**. In. Congresso da Sober 48, 2011. Campo Grande: NEAD, 2011, p.8-20.

POULAIN. R. F, SOUZA. D.N. **Economia solidária: outro caminho possível?** Colóquio- Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat- Taquara\RS, v.15, n.1, jan\jun. 2018.

SANTOS, Jaqueline Guimarães; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Sustentabilidade e participação social cooperativa de agricultores familiares no agreste da Paraíba / Sustainability and social participation cooperative family farmers in the arid zone of Paraíba**. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 47-63, maio 2016. ISSN 2318-3233. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/278>>. Acesso em: 31 out. 2019.

- SHULTZ, G; DE SOUZA, M; JANDREY, W. Fontanive. **Motivações e acesso aos canais de comercialização pelos agricultores familiares que atuam com produção orgânica na Região da Serra Gaúcha.** *Redes* (Santa Cruz do Sul. Online), **Santa Cruz do Sul**, v. 22, n. 3, p. 273-291, set. 2017. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/7627>>. Acesso em: 03 set. 2019. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v22i3.7627>.
- SOARES, Panmela et al. **Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro.** *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 20, n. 6, p. 1891-1900, June 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000601891&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015206.16972014>.
- SPOSITO, E. C; DE ABREU, L. S. **Diversidade da produção familiar e da comercialização de produtos orgânicos de Vitória (ES).** *Redes* (Santa Cruz do Sul. Online), **Santa Cruz do Sul**, v. 22, n. 3, p. 292-315, set. 2017. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/6487>>. Acesso em: 03 set. 2019. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v22i3.6487>.
- TESCHE, R. W; MACHADO, J. A. D. **A IMPORTÂNCIA DA RECIPROCIDADE NO DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR.** *Estudos do CEPE*, **Santa Cruz do Sul**, p. 7-37, jan. 2013. ISSN 1982-6729. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/1563>>. Acesso em: 18 nov. 2019. doi:<https://doi.org/10.17058/cepe.v0i0.1563>.
- VAN DER PLOEG. J. **Rural development: from practices and policies towards theory.** *Sociologia Ruralis*, v.40, n14, outubro. 2000. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-952300156\lepah>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- IEGAS, I. F. P. **Comércio justo e segurança alimentar.** *Segurança Alimentar e Nutricional* v. 17, n. 1, p. 133-143, 2010
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Trad. de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2010. 320 p.

4. O perfil socioeconômico e a melhoria de renda dos agricultores participantes do Instituto Chão.

4.1 Introdução

O presente capítulo “O perfil socioeconômico e a melhoria de renda dos agricultores familiares participantes do Instituto Chão” aborda os aspectos econômicos e sociais dos agricultores familiares que comercializam com o Instituto Chão. Para isso, o presente capítulo teve como objetivo realizar uma análise sobre o perfil socioeconômico dos agricultores participantes do Projeto do Instituto Chão e também verificar se a participação dos agricultores familiares, após a comercialização com o Instituto, permitiu contribuir para o processo de desenvolvimento rural, para a inclusão da mão de obra familiar e para a melhoria de renda.

A discussão sobre o perfil socioeconômico dos agricultores e melhoria de renda entre associações é encontrada em trabalhos como de Niederle (2011), Meneghetti (2017), Unicafes (2017) e Beckett (2019) que dissertam que a melhoria econômica do produtor rural se encontra por meio de um cultivo diversificado, que o auxilia a ter uma renda em diferentes épocas, ações cooperativas, e a relevância da produtividade nas pequenas propriedades no quesito da soberania alimentar para estas famílias.

Dessa maneira, a melhoria de renda dos agricultores constitui-se em uma produção heterogênea, diversificada e adaptativa as estações do ano. Em uma monocultura é estabelecido somente um único cultivo, em larga extensão de terra e com maquinários, além de insumos com agrotóxicos. Através de produções menores, com plantios que usam métodos da agroecologia e com princípios da soberania alimentar, os agricultores familiares constatam a partir das práticas de múltiplos cultivos uma melhoria significativa de suas rendas. Portanto, a pesquisa concorda com Niederle (2011) e Beckett (2019) sobre a importância de um cultivo diversificado, entretanto, busca analisar se a própria variedade produtiva pode ser uma estratégia de subsistência e melhoria de renda para estes agricultores que preferencialmente comercializam com associações.

Ademais, autores como Silva (2018) e Canepelle (2018) citam que a agricultura familiar tem peso significativo para a riqueza do país, representatividade e não perdeu relevância com o passar dos anos. Nessa

mesma perspectiva, Nodari (2015), Farina (2017) e Almeida (2018) ressaltam que a melhoria de renda no campo leva a redução da pobreza, melhora a nutrição, as condições de vida e facilita o desenvolvimento sustentável de forma equânime, justa, social e ambiental.

Com isso, Nodari (2015), Farina (2017) e Almeida (2018) discutem a importância da agricultura familiar como fator de desenvolvimento econômico, social e de autonomia desses trabalhadores. Assim, como a melhoria de renda no campo reverte como benefício para essa população, no quesito da própria alimentação, há mais recursos para se investir no campo e condições sociais mais solidárias e justas. Destaca-se que a agricultura familiar emprega grande quantidade de trabalhadores no campo segundo o IBGE (2017), proporciona diversidade produtiva e renda que resulta em melhores condições de vida. Neste sentido, Silva (2018) e Canepelle (2018) convergem em suas pesquisas, sobre a importância da melhoria econômica dos agricultores através de uma produção que priorize avanços na área social, econômica e ambiental.

Deste modo, o presente capítulo sobre perfil socioeconômico justifica-se como um instrumento para averiguar as características específicas dos agricultores, que por meio dessa análise é possível incluírem a composição familiar, unidade produtiva, acesso às políticas públicas e às feiras livres. A composição familiar retrata a renda mensal familiar, a mão de obra e número de membros que trabalham no estabelecimento, além de permitir identificar qual classe social pertence o agricultor. Outra característica importante de análise do perfil socioeconômico é a unidade produtiva, que avalia as principais culturas, o destino da produção e as formas de comercialização. E segue-se o acesso às políticas públicas, que podem ser sistematizadas como: Bolsa Família e programas de comercialização (PAA, PNAE, etc.)

Sendo assim, Darolt (2013) relata que a valorização do produtor rural em contraponto com o dos mercados convencionais contribui para a reprodução socioeconômica dos agricultores familiares. Brandão (2016) argumenta que o aumento da produção das mais variadas culturas na agricultura familiar reorganiza a cadeia produtiva, e proporciona formas de comercialização mais ampla. Com isso, o agricultor busca relações comerciais que tragam maiores benefícios para sua produção. Portanto, o acesso aos programas de políticas públicas como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) permite aos agricultores familiares melhorias e oportunidades nos seus empreendimentos e ganhos. Como retrata Fossa (2018), a implementação de ações públicas e crédito rural se torna uma ferramenta importante em relação ao aumento da produção, melhoria da renda e ao desenvolvimento rural. Assim, uma comercialização solidária e diálogo com vários atores envolvidos permite a transformação das relações entre quem produz quem comercializa, e quem vende o produto rural.

O diálogo estabelecido a partir dos anos 1990, entre diferentes expressões de crítica ao modelo de agricultura e desenvolvimento rural hegemônico no Brasil e uma concepção abrangente de segurança alimentar e nutricional, que não se restringia, unicamente, ao acesso ao alimento, possibilitou que questões relacionadas à necessidade de transformação da matriz produtiva da agricultura familiar fossem incorporadas ao processo de formulação do PAA (GRISA, 2011, p.34)

Dessa maneira, o acesso a políticas públicas de acordo com os autores analisados retratam a importância dessas práticas na melhoria de renda dos agricultores e, como esses programas incentivam uma ampla variedade de produtos para a comercialização, além de novas propostas de trabalho a serem incorporadas pelo PAA. Assim, o capítulo abordará os programas de comercialização, a importância das feiras livres e associações, a melhoria de renda, unidades produtivas e redes de cooperação entre agricultores e cooperados.

4.2 Os programas de comercialização, as feiras livres e associações de agricultores familiares.

Os programas de comercialização atual para o agricultor familiar trazem aumento da produtividade, o crescimento da renda e proporcionam o desenvolvimento rural. Como citam Guanziroli (2007), Gazolla (2013) e Solano (2017), a criação de programas de comercialização dá-se por uma reivindicação histórica de políticas públicas para os agricultores familiares, que anteriormente não tinham nenhum instrumento de ajuda para financiamento e auxílio de aumento de renda.

Tendo em vista essa particularidade de comercialização, Valadares (2012) comenta que o acesso aos programas de comercialização via políticas públicas passa a ser uma necessidade constante para o agricultor familiar. E,

portanto, esses repasses de investimentos na produção agrícola e assistência técnica contribuem para o fortalecimento da produtividade e comércio dos agricultores (Almeida, 2018).

Dessa maneira, o agricultor familiar percebe uma necessidade constante em conectar-se com estes programas de comercialização (ASSIS, 2006). Entretanto, muitas vezes por não ter condições, dinheiro suficiente para abrir crediário ou financiar os empréstimos e nem tecnologia suficiente para ampliar sua produção e investimento na propriedade, o agricultor não consegue acesso a esses programas.

Sambiuchi (2014) e Grisa (2015) apontam que os agricultores familiares são prejudicados pelos atrasos e as constantes discontinuidades no acesso as políticas públicas e aos recursos destinados aos participantes do PRONAF, PAA e PNAE, os obrigando a procurar novos mercados para escoar e vender a sua produção. Ambos os autores retratam a dificuldade que muitos agricultores familiares encontram para acessar os créditos dos programas de comercialização, e, além de tudo, os requisitos que muitas vezes são alterados no decorrer das compras, levando assim perdas para esses agricultores que tem uma produção pequena e não podem assumir os prejuízos integralmente. Com a diminuição das políticas públicas em relação aos agricultores familiares, como retratam os trabalhos de Schneider (2010), Freitas (2012), Grisa (2014) e Melo (2018), os pequenos produtores buscam novas formas de comercialização e condições de permanência no campo.

Dentro dessa perspectiva, os agricultores encontram nas feiras livres e associações uma alternativa de venda para os seus produtos. Os serviços prestados por essas formas de comercialização geram um maior desenvolvimento do produto orgânico, incentivo do manejo de pequenas produções, geração de renda e economia solidária. A outra preocupação dessa forma de comercialização destaca-se pelo entendimento da necessidade do agricultor, a sua logística, assistência técnica, autonomia, relações do mercado local e a segurança de receber o pagamento.

Com isso, as feiras livres e associações constituem uma lógica de comercialização que respeita o ritmo de desenvolvimento da agricultura familiar e prioriza o agricultor familiar que não tem na sua propriedade tecnologia e assistência técnica das grandes monoculturas, portanto, trazendo equilíbrio

entre a gestão do empreendimento, e viabilidade econômica e fortalecimento da rede de produtores e consumidores. Trabalhos recentes na literatura afirmam que relações organizacionais que buscam uma relação mais equânime entre produtores e atravessadores possibilitam aumento da produção e maior rendimento, além de um movimento que traga melhor qualidade de vida para os pequenos produtores, assim como justiça social e econômica (Coelho, 2015; Canepelle, 2018; Silva, 2019)

Sendo assim, os programas de comercialização como o PRONAF, o PAA e o PNAE têm importância significativa para os agricultores familiares, apesar das dificuldades de acesso e adesão, e as feiras livres e associações adentram como uma alternativa para a produtividade e renda dos agricultores que cultivam manejos voltados à biodiversidade, desenvolvimento local e fortalecimento da rede de produtores e consumidores.

4.3 Procedimentos Metodológicos

Da mesma forma que o capítulo 3, com o intuito de compreender a relação entre agricultores familiares e a Associação do Instinto Chão, este capítulo 4 foi caracterizado como descritivo e exploratório, na perspectiva de especificar determinado fenômeno. Assim, o presente capítulo também é um estudo de caso, que segundo Yin (2010) tem sido recomendado por diversos autores para elucidação das proposições ou hipóteses que estão sendo examinadas.

Em relação à abordagem, essa pesquisa é detalhada tanto de forma quantitativa quanto qualitativa, e entrevistas semiestruturadas, utilizando os formulários: Parte 2. Perfil Socioeconômico dos Agricultores Familiares e Parte 5. Renda Familiar que de acordo com Gil (2007, p. 117) retrata informações sobre o que as pessoas sabem, creem, desejam e esperam, além das explicações e razões dos fatos decorrentes. Categoriza-se uma pesquisa de campo, com amostra não probabilística pelo acesso aos informantes chaves que indicam outros agricultores. Desse modo, a amostra dos agricultores foi selecionada na Cidade de Cristina (MG) e Iperó (SP) que são as duas regiões que vendem para o Instituto Chão (ver Figuras 6 e 7 da localização destas cidades) e são agricultores familiares que comercializam com o Instituto.

A amostragem da pesquisa deriva dos agricultores familiares que são cooperados da Terra Viva e Apanfe que comercializam diretamente com o Instituto Chão, que totalizam 40 associados, destes apenas 30 participam da venda para a Associação. E a amostra foi finalizada com 20 agricultores pelo método de saturação e repetição dos atores envolvidos. O período da pesquisa foram os meses de novembro de 2019 a dezembro de 2019.

Ademais, foram realizadas visitas ao Instituto Chão, Associação Terra Viva e Apanfe, e nas propriedades dos agricultores familiares, possibilitando recolhimento dos dados, entrevistas e fotografias das dinâmicas do trabalho rural.

A análise e tratamento dos dados da pesquisa pautaram-se pelo levantamento de campo dos dados primários de formulários semiestruturados que foram aplicados aos agricultores familiares e cooperados que comercializam diretamente com o Instituto. Os formulários têm a finalidade de captar o funcionamento, quem são os atores, suas estratégias de comercialização e cooperativismo. De acordo com a Introdução Geral, todos os formulários passaram por análise do Comitê de Ética na Pesquisa e foram aprovados.

4.4 Resultados e Discussão

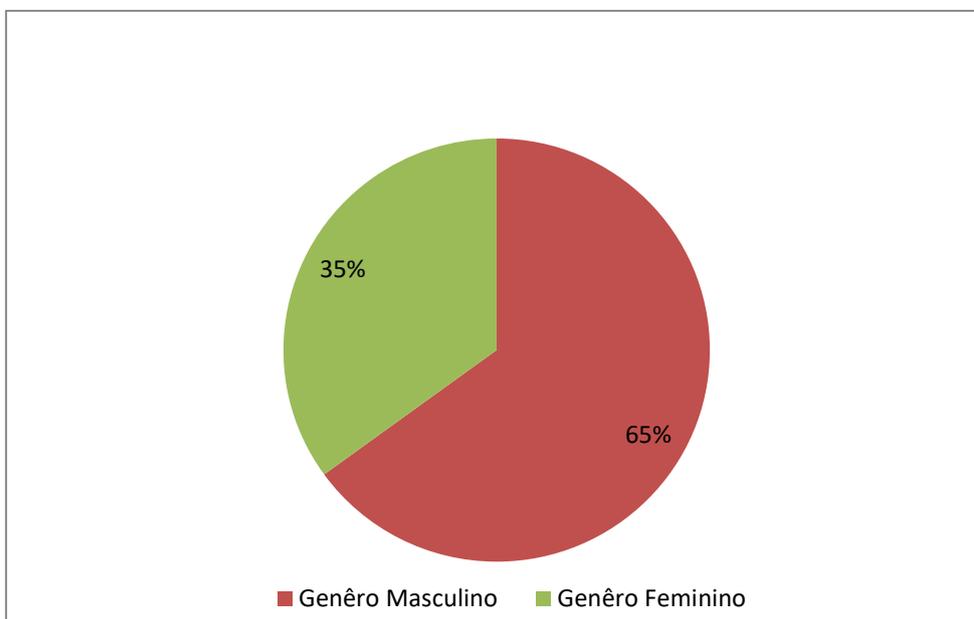
Este item de resultados e discussão apresenta as seguintes variáveis no perfil socioeconômico e melhoria de renda dos agricultores familiares que comercializam com o Instituto Chão: gênero e idade; cor e estado civil; escolaridade e ocupação principal; renda mensal familiar, mão de obra e número de membros no estabelecimento; principais culturas, destino da produção e formas de comercialização; acesso às políticas públicas; linhas de crédito e renda familiar.

4.4.1 Gênero e idade dos agricultores familiares que comercializam com o Instituto Chão

A Figura 18 traz a participação em porcentagem do gênero masculino e feminino durante o período da pesquisa (entre os meses de novembro e dezembro de 2019). A maioria significativa dos agricultores familiares (65%)

está concentrada no gênero masculino. O gênero feminino representa 35% dos entrevistados, dos que comercializam diretamente com o Instituto Chão.

Figura 18 Gênero dos agricultores familiares dos municípios de Iperó SP e Cristina MG entre os meses de novembro de 2019 a dezembro de 2019 em %.

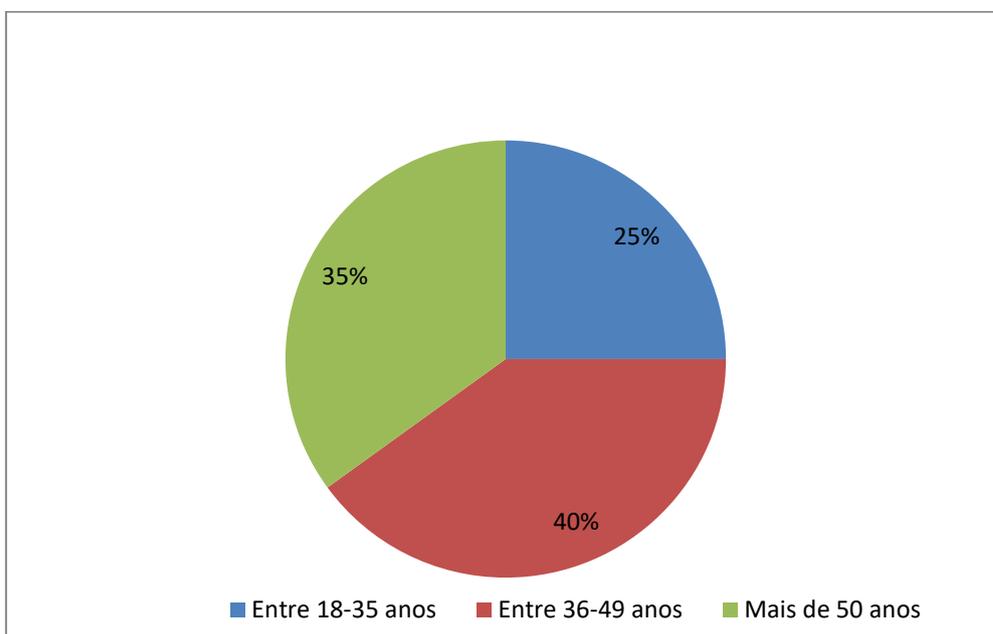


Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Esse percentual que abrange uma maior quantidade de gênero masculino retrata uma particularidade desses agricultores familiares que comercializam com as associações. Esse grupo de agricultores já está consolidado no varejo e detém uma estrutura mínima para a sua permanência no campo. Apesar do maior número de homens no campo, as mulheres são de extrema importância, sendo responsáveis por atividades operacionais, além da responsabilidade dos proventos do lar e da família.

Com relação à idade dos agricultores familiares de Iperó (SP) e Cristina (MG), a Figura 19 mostra que os pesquisados 25% dos pesquisados têm idade entre 18 e 35; 25% entre 36 e 49; e 40% dos agricultores estão 50 anos ou mais.

Figura 19 Representação por faixa de idade entre os agricultores familiares dos municípios de Iperó SP e Cristina MG entre os meses de novembro de 2019 a dezembro de 2019.



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Os dados retratam uma baixa concentração da população mais jovem entre 18 e 35 anos relativo à diminuição das políticas públicas na agricultura familiar. Dessa forma, a população entre 36 e 49 anos, e a com mais de 50 anos, tem maior participação devido à experiência e tempo de comercialização com Associações e Feiras Livres.

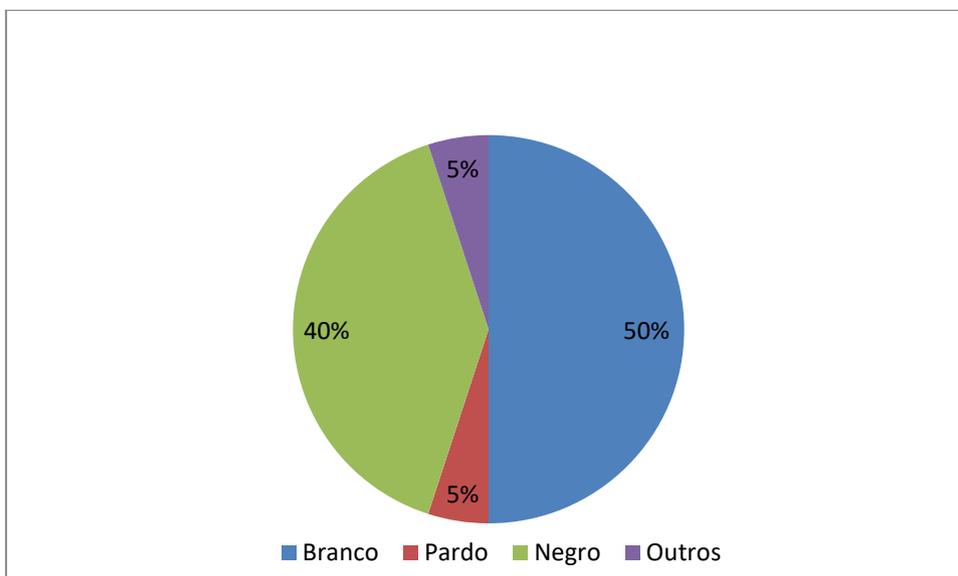
“Os mais jovens, por não terem acesso às políticas públicas, buscam em outro lugar uma renda mínima que o campo jamais oferece. A sociedade como processo pedagógico, tem que reconhecer que a perda de uma safra precisava que tivesse uma instituição que forme o Estado e Sociedade que garantisse que a perda de uma safra não ficasse nas costas do agricultor, todo prejuízo fica na responsabilidade do agricultor e nisso o campo vai esvaziando” (Agricultora 9(Iperó) , 2019).

4.4.2. Característica do agricultor quanto à cor/etnia.

As categorias de cor e raça do IBGE são: branca, parda, preta, amarela e indígena (CAMARGO, 2010, p.245). Nas entrevistas procurou-se desenvolver perguntas que relacionassem com a cor que os agricultores mais se identificassem, como: branco (a), pardo (a), negro (a) e outros.

Conforme a Figura 20, os pesquisados atribuíram a sua cor. Dos 20 entrevistados do estudo, 50% se declararam brancos, 40% negros, 5% pardo e 5% outros.

Figura 20 - Característica do agricultor familiar quanto à cor/etnias dos municípios de Iperó SP e Cristina MG entre os meses de novembro de 2019 a dezembro de 2019.



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

4.4.3. Local de Moradia e Experiência como Agricultor Familiar

Na pesquisa, verificou-se que 90% dos entrevistados residem na zona rural e 10% na zona urbana, porém, fazem todo seu trabalho no plantio agropecuário na zona rural. Além disso, 70% estão inseridos em assentamentos e lotes, e 30% em sítios.

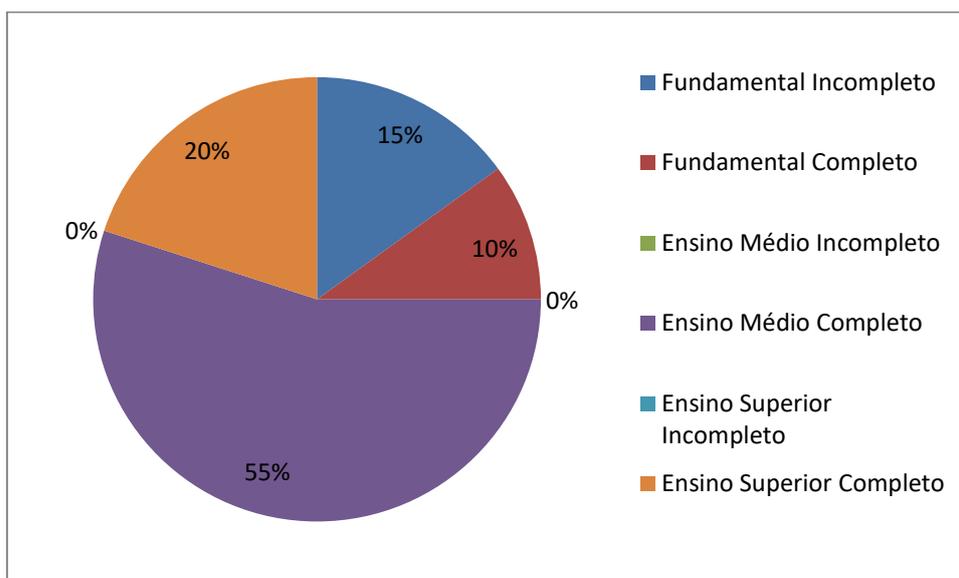
No relato das entrevistas todos os agricultores explanaram que sempre tiveram experiências na agricultura familiar. Em relação ao gênero, 100% dos homens entrevistados disseram que sempre trabalharam exclusivamente no campo, e todas as mulheres relataram que sempre dividiram suas tarefas entre o campo, ajudar nos procedimentos administrativos e cuidados com a casa e o lar.

4.4.4. Escolaridade dos agricultores familiares de Iperó (SP) e Cristina (MG)

O nível de escolaridade dos agricultores familiares dos municípios de Iperó (SP) e Cristina (MG) são relativamente alto em relação a outros

municípios, como apontam Medina (2014) e Bezerra (2017). Na Figura 21, 55% dos entrevistados têm o ensino médio completo. Observa-se que 20% têm ensino superior completo, 15% dos entrevistados tem o ensino fundamental incompleto e 10% tem o fundamental completo.

Figura 21 Escolaridade dos agricultores familiares dos municípios de Iperó (SP) e Cristina (MG).

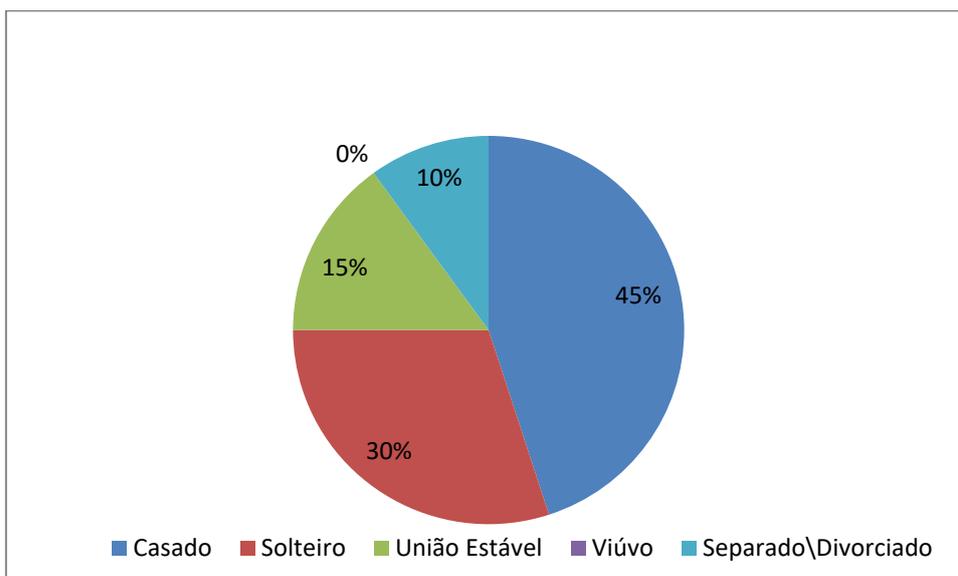


Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

4.4.5. Estado Civil dos Agricultores familiares de Iperó (SP) e Cristina (MG)

Na questão do estado civil dos agricultores, a Figura 22 mostra que 45% dos entrevistados são casados, 30% são solteiros, 15% têm união estável e 10% são separado\divorciado.

Figura 22 - Estado civil dos agricultores familiares dos municípios de Iperó (SP) e Cristina(MG).

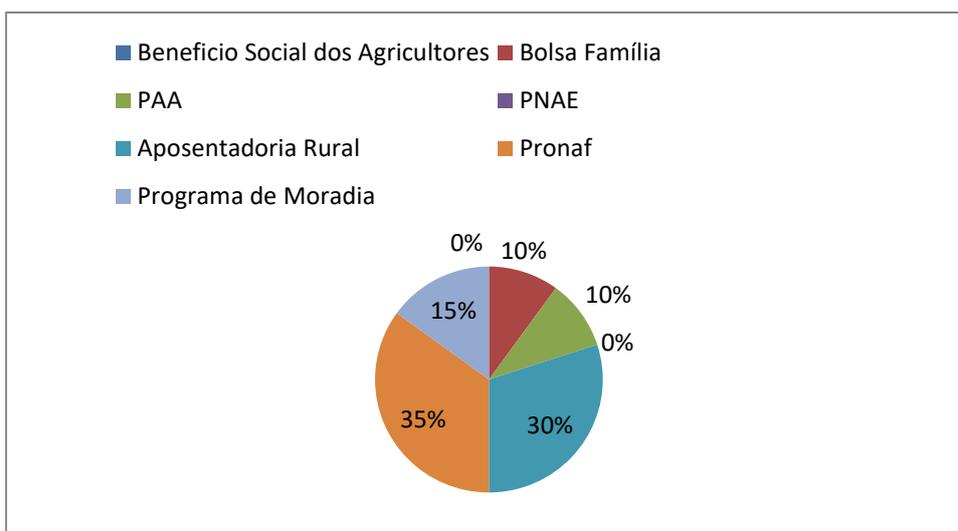


Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

4.4.6. Benefício social dos Agricultores Familiares de Iperó (SP) e Cristina (MG)

Os programas sociais são de extrema importância para as camadas mais vulneráveis da sociedade. Quando abordamos o campo, os auxílios do Estado contribuem com as melhorias socioeconômicas do agricultor. Entretanto, a Figura 23 mostra que apenas 35% dos entrevistados obtiveram acesso ao PRONAF, 30% têm aposentadoria rural, 10% têm acesso à Bolsa Família, 15% têm acesso aos programas de moradia e 10% participam do PAA.

Figura 23 Benefício Social dos agricultores familiares dos municípios de Iperó (SP) e Cristina (MG).



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Dessa forma, os agricultores familiares pesquisados buscam na comercialização com Associações e Feiras Livres a sua sobrevivência devido às dificuldades de acesso aos programas sociais e por terem mais segurança e facilidade nas vendas com esses canais de comercialização.

Os programas governamentais que garantissem a produção dos pequenos produtores, reconhecendo o custo de produção, que dê melhoria de vida para a família e produtor rural e agricultora, como seres e cidadão, o homem, a mulher e os jovens que estão no campo, e preciso pensar numa política, ou seja, reorganizar os financiamentos, pensando na família, como um ser, dona da terra, mas como todos os seres que trabalham cidadão livre e também ter sua renda garantida (Agricultora 12, 2019)

Vários agricultores que mandam para o Instituto Chão garante pelo menos a comercialização desses agricultores nesse período, e não tem nenhum outro que estaria fazendo não suficiente o valor agregado para melhorias para o agricultor, mas de ele paga mais do modo geral. Os Programas PAA e PNAE, que tinham um volume maior de produção, quando acaba esses programas só ficamos com as associações e feiras livres (Agricultor 10, 2019)

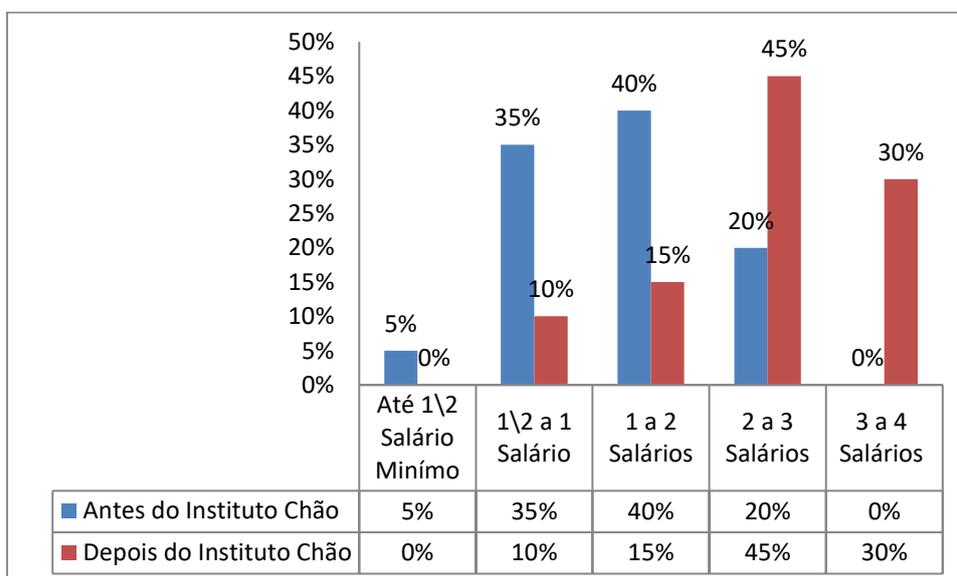
4.4.7. Renda Familiar dos agricultores familiares de Iperó (SP) e Cristina (MG)

Segundo o Censo do IBGE (2010), 35,6% da população de Cristina tem rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. E na população de Iperó, 39,7% tem rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. No Censo do IBGE (2017), 14,0% da população ocupada de Cristina tem rendimento de 1,6 salários mínimos, e 16,3% da população ocupada de Iperó tem rendimento de 2,3 salários mínimos. Assim, segundo os dados do

IBGE (2017), pequena parte da população tem rendimento acima de um salário mínimo.

A Figura 24 apresenta os rendimentos das famílias estudadas na pesquisa. Percebe-se que antes da comercialização com o Instituto Chão, 40% dos agricultores detinham renda de 1 a 2 salários mínimos, 35% de 1\2 a 1 salário mínimo, 20% de 2 a 3 salários mínimos e 5% de 1\2 salário mínimo. Depois do Instituto Chão, 45% dos agricultores têm rendimento de 2 a 3 salários mínimos, 30% de 3 a 4 salários mínimos, 15% de 1 a 2 salários mínimos e 10% de 1\2 a 1 salário mínimo.

Figura 24 - Renda familiar dos agricultores familiares dos municípios de Iperó SP e Cristina MG antes e depois da Comercialização com o Instituto Chão.



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Os dados apresentados antes da comercialização com o Instituto Chão mostram que os agricultores familiares detinham na maior parte de sua renda 40% em torno de 1 salário a 2 salários e 35% de 1\2 salário mínimo. Com a entrada dos agricultores na associação, houve aumento significativo da renda sendo que 45% dos agricultores pesquisados se enquadram na faixa de renda de 2 a 3 salários e 30% de 3 a 4 salários.

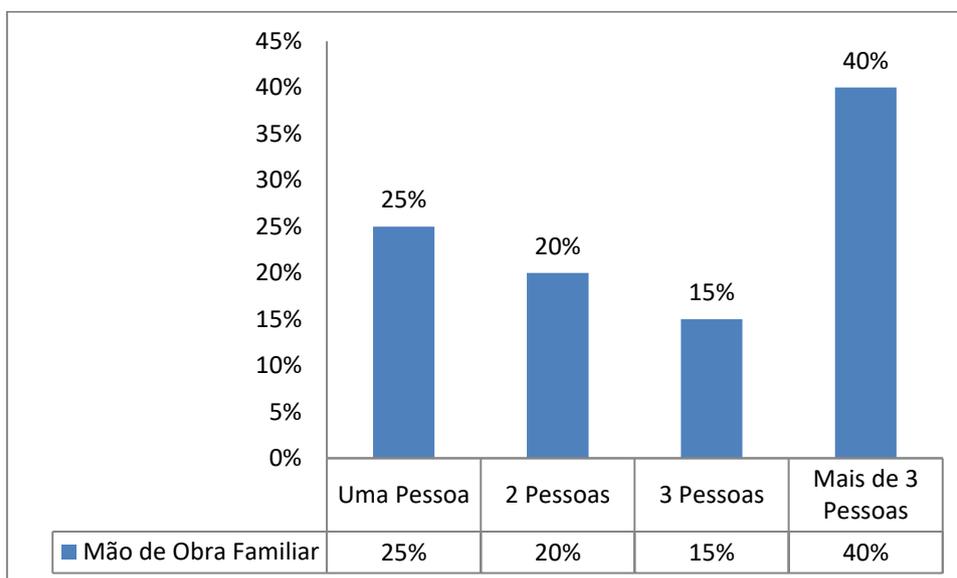
Desse modo, os agricultores familiares de Cristina (MG) e Iperó (SP) constatarem que a comercialização com o Instituto Chão trouxe uma maior renda, segurança e regularidade das vendas. Os estudos de Costa (2015),

Estevam (2015), Meneghetti (2017) dissertam que as dificuldades dos agricultores em acessar as compras governamentais os levaram a buscar alternativas nas cooperativas, entretanto muitos desses trabalhadores não tendo a estrutura mínima (adequação sanitária, gestão e logística) não conseguem ampliar e inovar a sua produção. Assim, as associações\cooperativas surgem nesse cenário como um instrumento de apoio e auxílio para a permanência desses agricultores no mercado orgânico e convencional.

4.4.8. Mão de obra Familiar

A Figura 25 ilustra que 40% da mão de obra familiar é composta por mais de 3 pessoas da mesma família, 25% por uma pessoa da mesma família, 20% duas pessoas e 15% tem 3 pessoas da mesma família.

Figura 25 Mão de obra familiar dos agricultores dos municípios de Iperó (SP) e Cristina (MG).



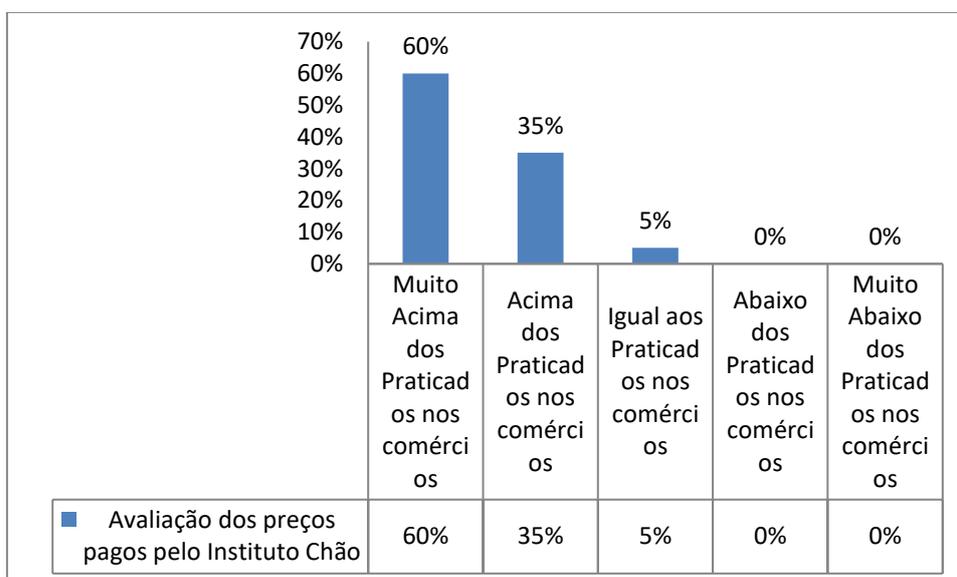
Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Nesse quesito, os dados de campo demonstram a importância do trabalho de agricultores familiares no campo. Desde o cultivo, a parte administrativa e a própria logística dos produtos para a venda em Associações e Feiras Livres.

4.4.9. A avaliação dos preços pagos pelo Instituto Chão aos Agricultores Familiares

Na avaliação dos preços pagos aos agricultores, a Figura 26 demonstra que 60% dos entrevistados responderam que o valor pago está muito acima dos praticados no comércio, 35% está acima dos praticados no comércio e 5% igual aos praticados no comércio.

Figura 26 Avaliação dos preços pagos pelo Instituto Chão aos agricultores familiares dos municípios de Iperó (SP) e Cristina (MG).



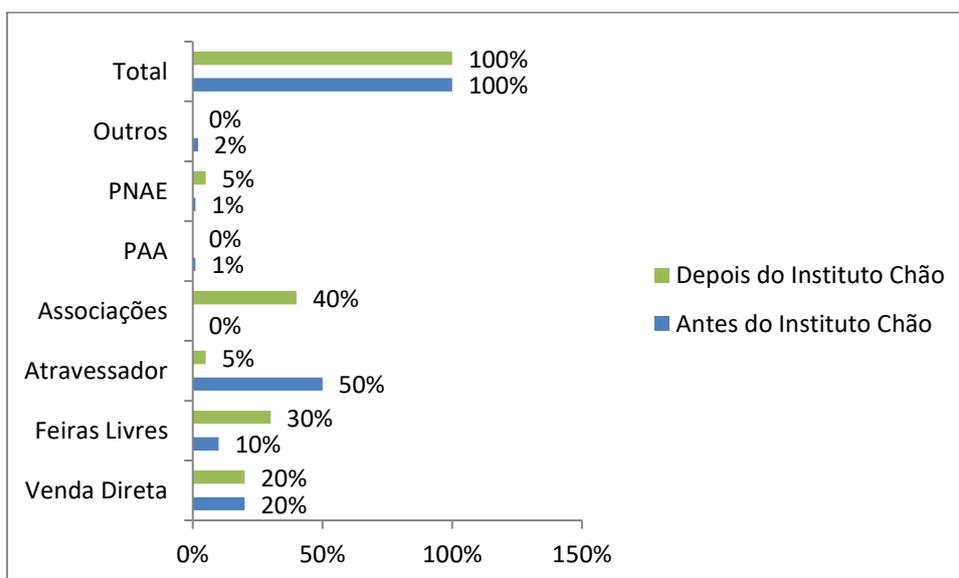
Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

De acordo com a pesquisa, os agricultores relataram que o valor pago pelo Instituto está acima do mercado convencional, além de possibilitar maior segurança na aquisição desses produtos. Nessa comercialização, o Instituto em diálogo com os agricultores estabelece uma data na semana e a comercialização segue conforme os agricultores podem vender para a Associação, assim tendo a confiança e a credibilidade de receber pontualmente a sua produção.

4.4.10. Funcionamento das formas de comercialização entre os agricultores familiares de Iperó (SP) e Cristina (MG)

Nessa análise sobre as formas de comercialização entre agricultores e o Instituto Chão, a Figura 27 mostra que antes da inserção do Instituto, 50% dos agricultores comercializavam com atravessadores, 20% com venda direta, 2% outro, 1% com o PAA e 1% com o PNAE. Com a entrada do Instituto Chão na comercialização com os agricultores, 40% dos agricultores realizaram a venda para associações, 30% para as feiras livres, 20% para as vendas diretas, 5% por meio de atravessador e 5% dos agricultores utilizaram o PNAE para a comercialização.

Figura 27 Formas de comercialização dos agricultores familiares dos municípios de Iperó SP e Cristina MG nos meses de novembro de 2019 a dezembro de 2019 em %.



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Na questão da comercialização, observa-se que antes do Instituto Chão os agricultores familiares dependiam de atravessadores que muitas vezes pagavam um preço muito abaixo do mercado, além de trazerem insegurança na aquisição diária desses produtos. Além disso, a sua demanda de produção se destinava a venda direta em supermercados, lojas orgânicas, e um pequeno percentual no PAA e PNAE que já sofria cortes e reajustes no período. Depois da entrada do Instituto Chão, os agricultores passaram exclusivamente a vender para as Associações que fazem parte da comercialização com o

Instituto, como o Instituto Terra e o Apanfe. Assim, foi percebido um percentual alto nas feiras livres e uma regularidade na venda direta.

4.4.11. O Investimento gerado pela comercialização entre os agricultores e o Instituto Chão.

Pela Tabela 5 é possível verificar que 100% dos entrevistados usaram a renda em despesas da família, 75% em infraestrutura produtiva (construções), 60% em infraestrutura da moradia, 55% em cursos de formação, 45% aquisição de pequenas máquinas e equipamentos, 35% em investimento agrícola, 20% aquisição de veículos, 15% em aquisição de bens duráveis e 10% aquisição de animais.

Tabela 5 - Quantidade de agricultores familiares por tipo de investimento com a renda provinda do Instituto Chão em %.

Renda obtida com Instituto Chão investida na propriedade	Quant. Agricultor Total	Agricultor/tipo de investimento	%
Infraestrutura da moradia/conforto	20	12	60
Infraestrutura produtiva (construções);	20	15	75
Aquisição de Máquinas e equipamentos	20	9	45
Aquisição de veículo	20	4	20
Aquisição de animais	20	2	10
Em curso de formação	20	11	55
Investimento agrícola	20	7	35
Despesas da família	20	20	100
Aquisição bens domésticos (duráveis)	20	3	15

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2019)

Pela Tabela 5 é possível verificar as reais necessidades dos agricultores familiares que utilizam seus recursos para a despesa da família, usando o que cultivam para a própria subsistência. Outro importante investimento para o agricultor familiar é aperfeiçoar sua horta, seu manejo, sua irrigação e estufa para poder ampliar a sua demanda de produtos a serem vendidas, além das melhorias na propriedade e cursos específicos de agroecologia.

4.4.12. A melhoria da renda através da comercialização com o Instituto Chão.

A Tabela 6 relata as respostas dos agricultores familiares referentes às questões sobre melhoria de renda nas atividades do campo por meio da comercialização com o Instituto Chão.

Tabela 6 - Resposta às abordagens sobre as mudanças na renda familiar por meio da comercialização com o Instituto Chão.

Depoimentos dos agricultores

Sim, preço melhor na compra e mais interessante. (Agricultor, 1)

Sim, na qualidade do alimento e nas próprias relações de trabalho. (Agricultor, 2)

Sim, mais relações entre associações, consumidores e produtos. (Agricultor, 3)

Sim, valor na mercadoria e no trabalho, valoriza o agricultor. (Agricultor, 4)

Sim, melhorou (chega ao consumidor o preço mais baixo, aumento da demanda). (Agricultor, 5)

Sim, ficou mais fácil se estabelecer no mercado e quantificar o preço da produção. (Agricultor, 6)

Sim, especificamos o preço do que o consumidor pode pagar, além de contribuir para a melhoria do homem do campo. (Agricultor, 7)

Sim, novas formas de ajuda e fortalecimento dos agricultores, que agora tem a confiança que seus produtos serão vendidos e pagos. (Agricultor, 8)

Sim, pagam um valor justo e assim podemos investir no bem estar da família. (Agricultor, 9)

Sim, sem a variação do mercado, temos a certeza do recebimento justo do que produzimos. (Agricultor, 10)

Sim, o desenvolvimento das atividades no campo. (Agricultor, 11)

Sim, contribuiu para os preços que estão um pouco acima do mercado, não tem oscilação e um maior planejamento para a comercialização. (Agricultor, 12)

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Desse modo, observa-se nos relatos da Tabela 6 que os agricultores familiares que participam da comercialização com o Instituto Chão tiveram uma melhoria na renda familiar através de práticas da economia solidária. Assim, o preço estipulado beneficia tanto o produtor rural quanto o consumidor. Além disso, beneficia a própria qualidade do alimento que passa pela relação do trabalho e cuidados agroecológicos, bem como permite formar uma rede de apoiadores que passam a produzir tendo a garantia de suas vendas e recursos para a subsistência e investimento na propriedade.

4.4.13 Considerações

O presente trabalho apresentou uma análise do perfil socioeconômico dos agricultores familiares de Iperó (SP) e Cristina (MG) que comercializam com o Instituto Chão em São Paulo e também procurou verificar se por meio da

comercialização com o Instituto, houve maior inclusão e melhoria de renda destes agricultores. A presente pesquisa é importante, pois se constatou uma melhoria de renda, presença significativa da mão de obra familiar, preço pago pelo Instituto aos agricultores acima do mercado, investimento nas despesas da família e na infraestrutura produtiva.

Entre os resultados da pesquisa, foi possível identificar que os agricultores pesquisados são 65% do gênero masculino e 35% do gênero feminino. A maior concentração de idade dos agricultores de Iperó (SP) e Cristina (MG) está na faixa entre 36 e 49 anos, representando 40% do total. Em relação à cor/etnia, os agricultores se declaram brancos (50%), negros (40%), pardos (5%) e outros (5%). Além disso, a maior parte dos agricultores da pesquisa (90%) reside zona rural e 100% dos agricultores trabalham exclusivamente no campo.

O nível de escolaridade está distribuído da seguinte forma: 55% dos entrevistados detêm o ensino médio, 20% têm o ensino superior completo, 15% o fundamental incompleto e 10% o fundamental completo. No quesito estado civil dos agricultores pesquisados, os resultados são: 45% dos entrevistados são casados, 30% solteiro, 15% união estável e 10% separado/divorciado.

Do total de agricultores pesquisados sobre benefício social, foi possível concluir que 35% dos entrevistados têm acesso ao PRONAF e 30% são beneficiados com aposentadoria rural. Entretanto, apenas 10% foram beneficiados com o PAA.

Quando analisado a renda familiar antes e depois da comercialização com o Instituto Chão, os Agricultores familiares de Iperó (SP) e Cristina (MG) tiveram melhoria de renda, de acordo com os dados apresentados: 40% dos entrevistados tinham a renda de 1 a 2 salários e 35% dos entrevistados tinham a renda entre 1/2 a 1 salário antes de comercializar com o Instituto. Após a comercialização, verificou-se aumento de renda, sendo que 45% dos entrevistados se enquadram na faixa de renda de 2 a 3 salários e 30% de 3 a 4 salários mínimos.

A mão de obra na agricultura familiar é de extrema importância para esses produtores. Na presente pesquisa foi possível observar que 40% dos entrevistados têm mais de três pessoas da mesma família trabalhando no campo, 25% uma pessoa, 20% mais de duas pessoas e 15% tem 3 pessoas.

Na avaliação dos preços pagos pelo Instituto Chão aos agricultores, os resultados caracterizam que 60% dos entrevistados descrevem que o preço está muito acima dos praticados nos comércios, 35% acima dos praticados nos comércios e 5% igual aos praticados nos comércios. Sobretudo quando analisado o funcionamento das formas de comercialização, a pesquisa descreve que antes do Instituto Chão, a venda era direcionada por meio de atravessadores (43%) e 24% venda direta. Já por meio da comercialização com o Instituto, observa-se uma reversão dos canais de comercialização utilizada, sendo que 39% utilizam a comercialização por meio de associações\cooperativas e 33% feiras livres.

Quando se relaciona os investimentos gerados pela comercialização entre os agricultores e o Instituto Chão, os dados levantados apontam que para 100% dos entrevistados, tais investimentos são para as despesas da família, 75% apontam que são direcionados para infraestrutura produtiva, 60% para a infraestrutura de moradia e 55% utilizam os investimentos em curso de formação.

Portanto, conclui-se que a comercialização entre o Instituto Chão e os Agricultores familiares pesquisados tem resultados positivos para o desenvolvimento rural, inclusão da mão de obra familiar, preço de compra que possibilita valorização do produto rural e melhoria de renda. No entanto, não substitui os programas sociais que são importantes para os pequenos produtores que não tem uma infraestrutura básica para atender determinadas demandas da agricultura orgânica. Dessa forma, estudos mais aprofundados sobre a importância das políticas públicas para o agricultor familiar, conciliando os recursos estatais com as inovações das associações\cooperativas na produção orgânica, são fundamentais para garantir a sustentabilidade econômica dos agricultores familiares, os quais têm papel significativo no processo de desenvolvimento econômico do país.

Para estudos futuros, também são sugeridas análises mais detalhadas sobre as associações sem fins lucrativos que vendem produtos dos agricultores familiares em espaços urbanos com as cooperativas que representam os agricultores. Além disso, é necessário estimular estudos sobre a importância de novos atores na agricultura familiar e o incentivo de novas organizações que

promovem uma rede de comercialização com o viés de confiança, círculos virtuosos e economia em valores.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. E. M. de; BRAGA, Ricardo P. (Coord.).

Beckett, Andy. ***New Left Economics: how a network of thinkers is transforming capitalism***. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/news/2019/jun/25/the-new-left-economics-how-a-network-of-thinkers-is-transforming-capitalism>>. Acesso em: 06\12\2019

ASSIS, R. L. de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. Econ. Apl., Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 75-89, Mar. 2006.

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100005&lng=en&nrm=iso>. accesson 09 Feb. 2020.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502006000100005>.

BEZERRA, G. J; SCHLINDWEIN, M. M. **Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil.**

Interações (Campo Grande), Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 3-15, Mar. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000100003&lng=en&nrm=iso>.

Accesson 09 Feb. 2020. [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042x-2016-v.18-n.1\(01\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042x-2016-v.18-n.1(01)).

Accesson 09 Feb. 2020. [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042x-2016-v.18-n.1\(01\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042x-2016-v.18-n.1(01)).

BRANDÃO, J.B; ARBAGE, A.P. **A gestão da cadeia de suprimentos das redes regionais de varejo de frutas, legumes e verduras no Rio Grande do Sul: um estudo multicaso**. Extensão Rural, Santa Maria, v.23, n.3, p. 51-68. 2016.

CANEPELLE, E. et al. **ANÁLISE EVOLUTIVA SÓCIO PRODUTIVA DE ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CRISSIUMAL-RS**. *Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável*, Viçosa, MG, v. 8, n. 2, ago. 2018. ISSN 2236-9724. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/rbas/article/view/3029>>. Acesso em: 10 out. 2019. doi:<https://doi.org/10.21206/rbas.v8i2.492>.

CANEPELLE, E. et al. **ANÁLISE EVOLUTIVA SÓCIO PRODUTIVA DE ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CRISSIUMAL-RS**. *Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável*, Viçosa, MG, v. 8, n. 2, ago. 2018. ISSN 2236-9724. Disponível em:

<<https://periodicos.ufv.br/rbas/article/view/3029>>. Acesso em: 26 nov. 2019.
doi:<https://doi.org/10.21206/rbas.v8i2.492>.

COELHO, S. L. **Justice in business and the moral choices of consumption: the case of Fair Trade consumers.** Sociologia, Porto, n. tematico5, p. 15-40, Dec. 2015. Available from
<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192015000200003&lng=en&nrm=iso>. Access on 18 Dec. 2019.

Cooperativas à luz do Código Civil. São Paulo: QuartierLatin, 2018.

FARINA, J. H. de. **Autogestão, economia solidária e organizações coletivistas de produção conjunta: em direção a uma precisão conceitual.** Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 629-650, julho de 2017. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512017000300629&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 set. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/1679-395157778>.

ff=true&e=11012135/12340861>. Acesso em: 06 mai. 2019

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. **Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf de crédito e investimento no Rio Grande do Sul.** Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 51, n. 1, p. 45-68, março de 2013. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 09 fev. 2020.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000100003>.

GUANZIROLI, C. E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural.** Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 45, n. 2, p. 301-328, junho de 2007. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 fev. 2020.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032007000200004>.

GRISA, C.; NIEDERLE, P. **Transferência, Convergência e Tradução de Políticas Públicas: A Experiência da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul.** Dados, Rio de Janeiro, v.62, n. 2, e20160099, 2011.

Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-

52582019000200200&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 nov. 2019. Epub July 18, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/001152582019175>.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. Brasília, 2017. Disponível em: Acesso em: 28 jan. 2019.

MEDINA, G; NOVAES, E. **Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida.** Interações (Campo Grande), Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 385-397, dezembro de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122014000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122014000200016>.

MENEGHATTI, M. R; FARIÑA, L. O. de; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. **RELAÇÃO ENTRE A COOPERATIVA E COOPERADO NA AGRICULTURA FAMILIAR: A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE ECONOMICA DOS PRODUTORES DE LEITE.** Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233), [S.l.], v. 7, n. 1, p. 108-126, abr. 2017. ISSN 2318-3233. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1176>>.

Acesso em: 14 out. 2019.

MENEGHATTI, M. R; FARIÑA, L. O. de; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. **RELAÇÃO ENTRE A COOPERATIVA E COOPERADO NA AGRICULTURA FAMILIAR: A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE ECONOMICA DOS PRODUTORES DE LEITE.** Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233), [S.l.], v. 7, n. 1, p. 108-126, abr. 2017. ISSN 2318-3233. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1176>>.

Acesso em: 26 nov. 2019.

MOREIRA, F. G; SCHLINDWEIN, M. M. **Relações de poder na sucessão da gestão na agricultura familiar: uma análise no Assentamento Santa Olga em Nova Andradina/MS.** Fronteiras, [S.l.], v. 15, n. 27, p. 105-118, dez. 2013. ISSN 2175-0742. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/4525>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

NIEDERLE, P. A; GRISA, C. **Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento**

local da agricultura familiar. Cuadernos de Desarrollo Rural, v. 5, p. 41-70, 2011

NODARI, R. O; GUERRA, M. P. **A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores.** *Estud. Av.*, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 183-207, abril de 2015. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100183&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de outubro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015000100010>.

SAMBUICHI, R.H.R.; GALINDO, E.P.; OLIVEIRA, M.A.C.; MOURA, A.M.M. **Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** In: SAMBUICHI, R.H.R.; SILVA, A.P.M.; OLIVEIRA, M.A.C.; SAVIAN, M. (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas.** Brasília: Ipea, 2014. p. 75- 104.

SILVA, E. H. Figueiredo M. da; BERNARDES, E. M. **Estrutura lógica como metodologia para avaliação de políticas públicas: uma análise do Pronaf.** *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 721-743, June 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-6122014000300009&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em 05 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121439>.

SILVA, J. L. G; DE PAULA, M. M. **Articulação dos atores institucionais no desenvolvimento da agricultura familiar no Sudoeste Goiano.** *Redes* (Santa Cruz do Sul. Online), **Santa Cruz do Sul**, v. 23, n. 1, p. 92-110, jan. 2018. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8465>>. Acesso em: 03 set. 2019. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v23i1.8465>.

Solano, S. L. T. **Os agricultores familiares e suas estratégias de gestão: o PRONAF B no território Açu-Mossoró (RN)** / Sarah Laurentina Tomaz Solano. - 2017. 86 f.

UNIÃO NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVISTAS SOLIDÁRIAS (UNICOPAS). **Cooperativismo em pauta. Unicafes Nacional**, 2017. Disponível em

<https://issuu.com/unicafesnacional/docs/unicopas_cooppauta/4?

VALADARES, A. A.; et al. **A questão agrária e a pobreza rural no Brasil**. In: MIRANDA, C.B. (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: IICA, 2012, p. 259-286.

5. CONCLUSÃO GERAL

O presente trabalho descreveu e discutiu a relação de comercialização entre uma associação sem fins lucrativos, o Instituto Chão, e os agricultores familiares de duas Cidades Iperó (SP) e Cristina (MG) por meio da Associação Apanfé e Terra.

As políticas públicas no Brasil como o PRONAF, PAA e PNAE apresentam uma diminuição de acesso aos agricultores familiares, assim os conduzindo a busca por novas alternativas de comercialização, como as feiras livres e as associações\cooperativas.

Assim, diante deste contexto, os agricultores familiares consideram a venda direta ou através das associações\cooperativas uma alternativa viável e rentável diante do declínio das políticas públicas para a agricultura familiar.

Desse modo, muitos agricultores relatam as dificuldades diante de um cenário político de pouco investimento para os pequenos produtores. Sobre o PRONAF, alguns agricultores descreveram as limitações nos seus orçamentos para conseguir acessar esses recursos, além de cumprir o pagamento dos juros arrecadados pelos empréstimos. Sobre o PAA e o PNAE, a maioria dos agricultores considera como projeto de mercados institucional muito interessante para auxiliar a agricultura familiar, e que a sua diminuição trouxe grande prejuízo para as suas vendas. Com esse incentivo institucional, os agricultores familiares detinham maiores recursos para montar uma estrutura básica de irrigação, estufa e outras condições para adentrar ao mercado orgânico.

O capítulo 3, “O Instituto Chão, A Diversificação da Produção Familiar e Aspectos Ambientais e Agroecológicos: trabalho e qualidade do meio, e as relações sociais e o alimento em si”, destaca que por meio da comercialização entre o Instituto Chão e os agricultores familiares houve um aumento da diversificação produtiva, movimentando cultivos que trouxeram maior rentabilidade como a batata com 11% das vendas, seguida do açafrão, vagem e feijão com 8% das vendas. Além disso, 11 novos cultivos foram produzidos como a Batata, Açafrão, Vagem, Abobrinha, Feijão, Banana, Abacate, Limão, Laranja, Cebolinha, Almeirão, Couve, Alho Poro, Alecrim, Hortelã e Malva do Reino. A pesquisa identificou que a maior parte dos agricultores se preocupa com o equilíbrio e preservação dessas áreas.

O capítulo 4, por sua vez, aponta para uma melhoria de renda após a comercialização dos agricultores com a Associação, sendo verificado o percentual de 45% dos entrevistados enquadrados na faixa de 2 a 3 salários e 30% de 3 a 4 salários mínimos. Tais dados estimulam a permanência destes agricultores no campo.

Sobre as informações da mão de obra familiar, verificou-se que 40% têm mais de três familiares que trabalham no campo. A avaliação dos preços pagos pelo Instituto Chão aos agricultores foi avaliada por 60% dos agricultores considerada muito acima dos preços praticados nos comércios, sendo um importante resultado para o auxílio na renda.

Assim sendo, os canais de comercialização como associações\cooperativas e feiras livres estão se tornando um mecanismo de venda muito relevante para o cenário atual, de declínio de políticas públicas para a agricultura familiar, além de proporcionar um contato mais direto com o atravessador final e, permite planejar uma venda em direção às diretrizes da economia solidária e do comércio justo. Essas relações comerciais expõem negociações mais horizontais e uma participação mais ativa na qualidade do meio e das próprias condições de trabalho.

Os resultados da pesquisa contribuem para analisar o protagonismo social entre uma associação e os agricultores que através de interações comerciais que objetivam uma economia solidária e autonomia do agricultor transformam os processos produtivos e promovem uma diversificação. Além disso, novas formas de organização auxiliam o desenvolvimento rural e permitem o acesso aos espaços urbanos que vendem produtos da agricultura familiar.

Outro aspecto interessante do trabalho foi descrever as mudanças na qualidade do meio, das relações do trabalho e do próprio alimento em si. Nos relatos apresentadas pelos entrevistados, percebe-se que a diversificação produtiva direciona uma maior preocupação com as técnicas de cultivo e produção, além da busca de melhores condições de trabalho. O bem-estar da própria família que participa ativamente do cultivo, da colheita e do alimento passa a ter papel importante na soberania alimentar e na entrega para os consumidores com os requisitos da agroecologia.

Os canais de comercialização como associações\cooperativas e feiras livres estão se tornando um mecanismo de venda muito relevante para o cenário atual. O protagonismo social entre uma associação e agricultores que através de interações comerciais objetivam uma economia solidária e autonomia do agricultor transforma os processos produtivos e promovem uma diversificação.

Este trabalho possibilita refletir sobre a importância em estudos mais aprofundados sobre associações e cooperativas que comercializam com agricultores familiares, além de medidas de extensão rural que proporcionem ao agricultor maior conhecimento nas suas práticas de cultivo, adaptações na qualidade do meio e melhorias nas condições de trabalho.

Uma sugestão de trabalho futuro é ampliar e explorar a análise sobre a organização dos agricultores familiares em cooperativas que vendem para associações, e se por meio desses canais de comercialização, é possível verificar o funcionamento de novas lógicas de vendas que relacionem quesitos como a confiança, cultura do apreço, transformações e interações inovadoras em diferentes redes territoriais bem como verificar se esta lógica está conectada aos princípios da economia solidária, diversidade no cultivo e autonomia dos agricultores.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro. Texto para Discussão do IPEA, nº702, 2000.
- ALMEIDA, L.T. **Sistema integrado de produção agrícola- Fazendinha Agroecológica Km 47**. Encontro Nacional sobre produção Orgânica de Hortaliças, Vitória 19998, Anais Vitória: Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária, 1998.
- Altieri M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3a ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS; 2001.
- ANDRADE, M.M. **Introdução à Metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALVES, M, O. Instituto **Chão: Modelo de Negócio Sustentável e Percepção do Consumidor**. 16º Congresso Nacional de Iniciação Científica. ConicSemesp, 2016.
- ASSIS, R, L. **Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas**.2002, 150p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) Universidade Estadual de Campinas.
- AYALA, P, A. **Dano ambiental do individual ao coletivo extrapatrimonial**.São Paulo: Editora RT, 2011.
- BADUE, A. F. B.; GOME S, F. F. F. **Parceria entre consumidores e produtores na organização de feiras**. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.
- BARBIERI, J.C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21**.Petrópolis: Vozes, 1997.
- BECKER, C., ANJOS, F.S. dos e CALDAS, N.V. **Políticas Públicas estruturantes e segurança alimentar: o caso do PAA**. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2009. Porto Alegre SOBER, 2009.
- BERDEGUÉ, J. A., FUENTEALBA, R. **Latin America: The state of smallholders in agriculture**. Paper presented at the IFAD Conference on New Directions for Smallholder Agriculture. Roma-Itália. 24-25 de janeiro, 2011.

- BAGNASCO, A. **A teoria do desenvolvimento e o caso italiano**. In ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001. 374 p.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BERGAMASCO, S. M.P. P, BORSATTO, R.S., e ESQUERDO, V.F.S. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo**. Revista Interdisciplinaria de EstudiosAgrarios, Buenos Aires- Argentina, n.38, p. 25-50, 2013.
- BORGES, J.R.P. **A Situação de Vulnerabilidade Sócio-Ambiental em Assentamentos da Reforma Agrária**. – Representações e Práticas Cotidianas. São Carlos: RIMA\Fapesp. 2008.
- CAPORAL, F. R. **Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. In: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de (Org.). Princípios e perspectivas da Agroecologia. Paraná: IFPR, 2011. p. 123-63.
- CAUMO, A. J.; STADUTO, J. A. R. **Produção orgânica: uma alternativa na agricultura familiar**. Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe),v. 12, n. 2, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2346/2200>>. Acesso em: 12/02/2019.
- COELHO, S. L. (2011), “**O Comércio Justo como forma de consumo responsável**”, in Hernâni Veloso e Sandra Lima Coelho (org.), *Novas dimensões do consumo na sociedade contemporânea*, Porto, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, pp. 99-111.
- CORREA, L. O. R. **Economia popular, solidária e autogestão: o papel da educação de adultos neste novo cenário**. Porto Alegre: p.19. Disponível em: http://www.ufgrs.br/faced/pesquisa/niepeeja/pefjat/economia_solidaria_popular. p. Acesso em dezembro. 2018
- FARIA V. **Cinquenta anos de urbanização no Brasil- Tendências e Perspectivas**. Novos Estudos nº 29, 1991. 98-119.

- FAVARETO, A. ***Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil.*** Revista brasileira de ciências sociais, v. 21, n. 62
- FERNANDES, B.M. ***A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita.*** In: SADER, E. 10 anos de governos pós-liberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo (SP): Boitempo; Rio de Janeiro (RJ): Flacso Brasil, 2013
- FLICK, U. ***Uma introdução à pesquisa qualitativa.*** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FRANÇA F, G. ***A perspectiva da economia solidária.*** In: FISCHER, T. (org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teórico e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002
- FRANÇA, C. L de. (Org.). Comércio ético e solidário no Brasil.
- FRANÇA, C. L de. (Org.). ***Comércio ético e solidário no Brasil.*** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert / ILDES, 2003. 144 p.
- FREITAS, A. F. de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. ***Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas.*** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000600008&lng=en&nrm=iso>. accesson 10Feb. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000600008>.
- GAIGER, L. I. ***A economia solidária na contramarcha da pobreza.*** Revista Sociologia Problemas e Práticas. N. 79, PP. 43-63, Lisboa, 2015
- GAIGER, L.I. ***A economia solidária diante do modo de produção capitalista.*** Caderno CRH, Salvador, n.39, p. 181-211, jul.\dez.2008
- GAMBOA, S, S. ***Projetos de Pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas.*** Chapecó: Argos, 2013.
- GENDRON, C. ***Um novo movimento social e econômico no coração de outro: o comércio justo.*** Montreal, UQAM, 2004.
- GIL, A. C. ***Metodologia e técnicas de pesquisa social.*** São Paulo: Atlas. 1999.

GOODMAN, D. ***Economia e sociedade rurais a partir de 1945***. In: BACHA, Edmar & KLEIN, Herbert S., **A transição incompleta. Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 113-173.

GRAZIANO DA SILVA, J. ***Tecnologia e agricultura familiar***. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 1999

GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 10 Feb. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>.

GUANZIROLI, C.E. ***PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural***. Revista de economia e sociologia rural, v. 45

HOBBSAWNE. ***Era dos extremos: o breve século XX*** São Paulo: Cia das Letras, 1996.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

LAKATOS, E.V. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, E.V. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, M. P de. **A economia solidária e o trabalho associativo. Teorias e realidades**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 24, n 69, São Paulo, 2009

LUNEDO, A. C. **A Rede de Formação como um modelo Alternativo para o Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento em Questão** [online] 2018, 16 (Outubro-Dezembro): [Acesso em: 28 de fevereiro de 2019]

MADALENO, I. M. **A Cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002. 193 p.

MASCARENHAS, G. C. C. **O movimento do comércio justo e solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado**. 2007. 387 f. Tese (Doutorado) –

Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/CPDA), Rio de Janeiro, 2007.

MATTEI, L. **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília (DF): MDA, 2006.

MELO, T. G. SCOPINHO, R. A. **Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis**. **Soc. estado.**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 61-84, Apr. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-9922018000100061&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Feb. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-699220183301003>.

MIOR, L. C. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, Florianópolis, 2007. anais. Disponível em: <http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20-_Mior.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2008.

Moreno, J. L. S. **Princípios filosóficos da gestão ambiental**. In: Ballesteros, J.; A, J. P. (eds.), *Sociedad y medio ambiente*. Madrid: Editorial Trota, 1997

MÜLLER, A.L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Porto Alegre (RS), 2007.

NAKANO, M. A: **a autogestão como marca**. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R (Orgs). *A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e o desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Texto para Discussão do IPEA n°EFTA - EUROPEAN FAIR TRADE ASSOCIATION: Disponível em<<http://www.eftafairtrade.org/>>.

NICHOLLS, Alex; OPAL, Charlotte, *Fair Trade: Market-Driven Ethical Consumption*, London, Sage Publications. Acesso em novembro de 2005

- NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **A agroindústria familiar na região das Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida.** In: CONGRESSO DA SOBER, 47., 2009, Porto Alegre. Anais do 47º Congresso da SOBER. Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/49.pdf>>. Acesso em: 28 fevereiro de 2019
- NORDER, L.A.C. **Desenvolvimento rural e segurança alimentar no Brasil,** In; Oswaldo Calzara, Rodne de Oliveira Lima (Org.) Brasil rural contemporâneo: estratégias para Londrina: Eduel (Universidade Estadual de Londrina) 2004
- OLALDE, A, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável.** Disponível em <<http://www.ceplac.gov.br\radar\Artigos\artigo3.htm>> Acesso em 25 junho de 2012.
- OOESTERVEER, P; GUIVANT, J S.; SPAARGAREN, G. **Alimentos verdes em supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica.** In: GUIVANT, J. S.; SAARGAREN, G.; RIAL, C. (orgs.). Novas Práticas alimentares no mercado global. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.
- PAYES, M, A. **Sistemas de produção predominantes na região de Trati-Paraná: Um estudo de tipologia e diferenciação de produtos rurais.** Londrina: Fundação Instituto Agrônômicos do Paraná (IAPAR), 1993.
- PECQUEUR, B. **A guinada territorial da economia global.** Eisforia, Florianópolis, v. 4, p. 81-103, dez. 2006.
- PIERRI, M. C. Q. M; VALENTE, A. L. E. F. **A Feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. Desenvolvimento Rural, Territorial e regional.** 2009. UNB, BRASÍLIA - DF - BRASIL. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf>. Acesso em 21 nov. 2016.
- PINHEIRO, D. C.; PAES DE PAULA, A. P. **Autogestão e práticas organizacionais transformadoras: contribuições a partir de um caso empírico. Desenvolvimento em Questão,** v. 14, n. 33, p. 233-266, 2016.
- PLOEG, Jan Van Der. **Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional.** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 114-140.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. "**Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil 1996**". Brasília - DF, PNUD, Rio de Janeiro, IPEA 1997.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5 ed. São Paulo: FGV Editora, 2002. 260 p.

QUIVY, CAMPENHOUDT. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**, Dunod, Paris, 1995.

RODRIGUES, D, A. **Os novos investimentos no Brasil- Aspectos setoriais e regionais**. - Revista do BNDES, nº9, 1998.

ROMAN, C. et al. **Agricultura local, circuitos curto: os territórios da Aquitânia se envolvem: um guia para a ação 2011**. Bordeaux: Réseau Rural em Aquitaine, 2011. Disponível em: <http://aquitaine-pqa.fr/IMG/pdf/PQA_Guide_circuits_courts_2011_BD-1-2.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2012.

SABORIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável Sustentado**. Rio de Janeiro. Garamond. 2008.

SANGALLI, A. Rita; SCHLINDWEIN, M. M. **A contribuição da Agricultura Familiar para o desenvolvimento rural de Mato Grosso do Sul-Brazil**. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 3, p. 82-99, set./dez. 2013.

SARACENO, E. **Recent Trends in Rural Development**. Journal of Rural Studies. Santiago. Mimeo, 2003.

SCHEJTMAN, A. y BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural. Centro Latino Americano para o Desarrollo Rural**, 2004, 54 p. (Caderno Debates y Temas Rurales n. 1).

SCHNEIDER S., CAZELLA, A. A. e MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 2004, 252p., p. 21-49. (Série Estudos Rurais)

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2016, p. 88-125.

SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Rev. Econ. Polit. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, setembro de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 10 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** 5 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012

SINGER, P. **Economia Solidária: Um modo de Produção e Distribuição.** São Paulo, Contexto, 200, p.13

SMIT, J. **Agricultura Urbana y Biodiversidad.** Revista Agricultura Urbana, Quito, n. 1, p. 11-12, 2001

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** IN Sociologias nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45. V. 10, nº 4. P. 321-330, 1995.

URANI, A. **Construção de mercados e combate à desigualdade. In Reformas no Brasil: balanço e agenda.** GIAMBIAGI, Fabio; REIS, José G.; URANI, A (Orgs.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. P. 505-526.

VERSOLATO, R. **Entrevista concedida pelo gestor do Instituto Chão,** São Paulo, 2018.

VIEIRA, F. M. **Coerência e Aderência da Economia Solidária.** Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, Departamento de Economia, São Paulo, 2005

VILLA R, L. C.; SCHNEIDER, S. **O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa alimentação escolar.** Estudo & Debate, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, 2011. Disponível em: <<http://www.univates.br/>

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2008. 213 p.

WILKINSON, J. **Sociologia econômica, a teoria das convenções e o fortalecimento dos mercados.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v.23, n.2, 2002. Disponível em:

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2042/2424>.

Acessoem: 10 dez. 2018.

YIN, R. **Case Study Research: Design and Methods** (2ªEd) Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE I – FORMULÁRIO PARA OS ASSOCIADOS DO INSTITUTO CHÃO.

ROTEIRO

**PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL.
ESTUDO DE CASO SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ESPAÇOS URBANOS.**

Formulário para os Gestores

Nome do (a) Pesquisador (a): Eduardo Figueiredo

Nome do (a) orientador (a): Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello.

Nome do (a) co-orientador (a): Prof. Dr. Luiz AntonioCabelloNorder

Local de Trabalho _____

Cargo: _____

Data: ___/___/___

Parte 1. Funcionamento do Instituto Chão

1. Quem são os principais fornecedores? Quais são as regras/exigências para se tornar fornecedor do Instituto Chão? Como funciona?
2. Quais os tipos de produtos que comercializa e a sua qualidade?
3. O Instituto tem algum modelo de fiscalização, selo de qualidade ou acompanhamento da produção de seus fornecedores?
4. Como são as políticas dos preços: preço cobrado, prazos de pagamentos exigidos pelos fornecedores, o tempo e a forma de entrega?
5. Existe um lote mínimo de venda exigido para a venda, grade de produtos? E as sobras dos produtos, são descartadas, doados ou retornam para os fornecedores?
6. Como ocorre a logística de entrega dos produtos e quem é responsável?

Roteiro para os Gestores

Nome do (a) Pesquisador (a): Eduardo Figueiredo

Nome do (a) orientador (a): Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello.

Nome do (a) co-orientador (a): Prof. Dr. Luiz AntonioCabelloNorder

Local de Trabalho _____

Cargo: _____

Data: ___/___/___

Parte 4. Como funcionam as práticas de beneficiamento, distribuição e comercialização.

1. Mesmo com a perda de alguma das características físicas dos produtos (fora de padrão de mercado), o Instituto compra e comercializa?
2. Em sua opinião com as vendas para o Instituto Chão houve uma maior qualidade aos agricultores, acesso a um mercado com um maior valor agregado, redução de custos e melhoria na renda?
Sim () Não ()
3. Com uma relação mais próxima de parceria com os agricultores e cooperados o ambiente de trabalho fica mais agradável e produtivo?
Sim () Não ()
4. Quais as principais preocupações do Instituto Chão com seus fornecedores?

	Sim	Não
Práticas de Beneficiamento		
Produtos sadios e de qualidade		
Trabalhadores com melhores condições de trabalho		
Sustentabilidade e acesso à novos mercados		
Propriedade Limpa, banheiros e depósitos		

funcionais.		
Controle da produção, conhecimento das contas		
Melhores preços graças ao valor agregado		
Maior produtividade		
Transporte adequado		

5. Os locais de distribuição são fatores de diferenciação e valorização do produto. O Sr (a) acredita que o Instituto com suas práticas de valorização do agricultor permitem um maior valor agregado e qualidade a esses produtos? Por quê?
6. Com uma comercialização mais justa e com valor agregado ao produtor, o Instituto contribui com a diversidade do que é produzido?
Sim () Não ()
17. Em sua opinião, as práticas de beneficiamento, distribuição e comercialização do Instituto com seus fornecedores, pode levar uma maior autonomia econômica para agricultores e cooperados? Por quê?
18. Quais as práticas de produção e comercialização que os fornecedores do Instituto passaram a ter depois de comercializarem com este estabelecimento?

APÊNDICE II- FORMULÁRIO PARA OS AGRICULTORES**Roteiro para os Agricultores e Cooperados****Nome do (a) Pesquisador (a):** Eduardo Figueiredo**Nome do (a) orientador (a):** Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello.**Nome do (a) co-orientador (a):** Prof. Dr. Luiz AntonioCabelloNorder**Local de Trabalho** _____**Cargo:** _____**Data:** ___/___/___**Parte2- Perfil Socioeconômico dos Agricultores e Cooperados**

Dados Pessoais					
Nome					
Endereço					
Cidade				Contato ()	
Sexo	Masculino () Feminino ()				
Cor\Etnia	Branco ()	Pardo ()	Negro ()		Outros:
Estado Civil	Casado ()	Solteiro ()	União Estável ()	Viúvo ()	Separado\Divorciado ()

Escolaridade	Ocupação Principal
() Fundamental incompleto	() Agricultor Tradicional
() Fundamental Completo	() Agricultor Familiar
() Ensino Médio Incompleto	() Cooperado

<input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo	<input type="checkbox"/> Autônomo
<input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto	<input type="checkbox"/> Extrativista
<input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo	Outros:

Composição Familiar		
Renda Mensal Familiar	Mão de Obra Familiar	Número de membros no estabelecimento
Até 1 salário Mínimo ()	Uma Pessoa ()	Uma Pessoa até () 5 Pessoas ()
1 a 2 salários mínimos ()	2 Pessoas ()	2 Pessoas até () 6 Pessoas ()
2 a 3 salários mínimos ()	3 Pessoas ()	3 Pessoas até () 7 Pessoas ()
Acima de 3 salários mínimos ()	Mais de 3 Pessoas ()	4 Pessoas até () Mais de 7 Pessoas ()

Unidade Produtiva		
Principais culturas	Destino da produção	Formas de Comercialização
Hortaliças ()	Subsistência ()	Venda Direta ()
Fruticultura ()	Comunidade ()	Atravessador ()
Olericultura ()	Município ()	Feiras Livres ()
Outras:	Outros Municípios ()	Associação ou

		Cooperativas ()
	Outros Estados ()	Outros ()

Acesso às Políticas Públicas	
Bolsa Família	Programas de Comercialização
() Sim Não ()	PAA () PNAE () Outras () Nenhuma ()
Valor	Programa de Moradia (PNHR)
Até R\$ 100,00 ()	Sim () Não ()
De R\$ 101,00 a R\$ 150,00 ()	Material de Construção ()
De R\$ 151,00 a R\$ 200,00 ()	Construção Casa ()
Acima de R\$ 200,00 ()	

Linha de Crédito		Seguridade
	Valor\ Objeto Financiado	
PRONAF B ()	R\$	Aposentadoria Rural ()
PRONAF Mais Alimento ()	R\$	Auxílio Maternidade ()
PRONAF Floresta ()	R\$	Auxílio Doença ()
PROANF Mulher ()	R\$	Benefício assistencial ao idoso e á pessoas com deficiência ()
Outros:	R\$	Pensão ()

1. Qual é a sua escolaridade e sua ocupação no momento atual?
2. Sua renda é exclusiva da venda de produtos ou tem outras ocupações para complementar o orçamento familiar?
3. Descreva as linhas de crédito ou seguridade e como estas alteram\transformam as condições de moradia, trabalho e perspectivas de futuro?

Parte 3- Diversificação da Produção Familiar

1. Com a venda para o Instituto Chão houve uma diversificação da Produção?

() Sim () Não

2. Se houve a mudança na diversificação da produção da propriedade, quais os produtos que passaram a ser produzidos?

Produtos	Antes do Instituto Chão	Depois do Instituto Chão
Produção de Frutas, Hortaliças, Grãos e Outros.		

3. Além do Instituto Chão qual outro estabelecimento esses produtos são comercializados?

PAA () Supermercados () PNAE () Associações\Cooperativas ()
Feiras Livres () Outros: _____

4. Se houve diversificação da produção, foi necessário realizar mudanças\adaptações nas técnicas produtivas? Se sim, quais foram?

Produtos	Como era antes do Instituto Chão	Como é depois do Instituto Chão
Produção de Frutas, hortaliças, grãos e outros.		

--	--	--

Roteiro para os Agricultores e Cooperados

Nome do (a) Pesquisador (a): Eduardo Figueiredo

Nome do (a) orientador (a): Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello.

Nome do (a) co-orientador (a): Prof. Dr. Luiz AntonioCabelloNorder

Local de Trabalho _____

Cargo: _____

Data: ___/___/___

Parte 5. Renda Familiar

1. Qual sua avaliação sobre os preços recebidos no Instituto Chão: ()

- A) Muito Acima dos praticados nos comércios;
- B) Acima dos praticados nos comércios;
- C) Igual aos praticados nos comércios;
- D) Abaixo dos praticados nos comércios;
- E) Muito abaixo dos praticados nos comércios;

1. Os preços recebidos no Instituto Chão refletem em relações mais justas de comercialização, portanto contribuem para um maior fortalecimento dessas redes de agricultores\cooperados com o Instituto?

Por quê?

2. A renda média familiar mensal antes () e depois () da inserção do Instituto Chão?

- A) Até 1\2 salário mínimo (499,00)
- B) 1\2 a 1 salário (de 499,00 até 998,00)
- C) 1 a 2 salários (de 998,00 até 1,996,00)

D) 2 a 3 salários (1,996,00 até 2,994,00)

E) 3 a 4 salários (2,994,00 até 3,992,00)

F) 4 a 5 salários (3,992,00 até 4,990,00)

G) Mais de 5 salários (acima de 4,991,00)

3. A renda média familiar mudou com a venda para o Instituto Chão?
Como essa mudança alterou o dia a dia no bem estar da família e nas atividades do trabalho?
4. Antes do Instituto Chão quais eram os principais canais de comercialização de venda dos produtos?

Descrição	Antes do Instituto Chão	Depois do Instituto Chão
Venda Direta		
Feiras Livres		
Atravessador		
Associações e Cooperativas		
PAA		
PNAE		
Outro.		

5. Se houve melhoria de renda familiar, foi possível melhorar as condições de moradia?

A) Sim () B) Não ()

6. Alguma parte da renda obtida do Instituto Chão foi investida na propriedade ou na cooperativa?

A) Sim () B) Não ()

7. Se houve melhoria de renda, como foi aplicada?

() Infraestrutura da moradia;

- () Infraestrutura produtiva (construções);
- () Aquisições de máquinas e equipamentos;
- () Aquisição de veículos;
- () Em cursos e formação;
- () Despesas da família;
- () Aquisição bens domésticos (duráveis)
- () Outro: _____

Parte 6. Aspectos Ambientais e Agroecológicos

1. O senhor faz a coleta de frutas, vargens, amêndoas de plantas nativas para comercializar com o Instituto Chão?
2. Na comunidade ou local de trabalho existem brejos, rios ou riachos?
Sim () Não ()
3. Se sua resposta for sim, o que o Sr. (a) faz para preservar estes ambientes?
4. Toda a produção do assentamento ou cooperativa são orgânica ou uma parte convencional (uso de venenos e adubos industrializados) e outra orgânica?
Quais?
5. Como é feito o controle de plantas invasoras nas áreas produtivas da propriedade?
6. Como é feito o controle de pragas e doenças que atacam a plantação?
7. Na adubação do solo prefere comprar adubos industrializados nos comércios de produtos agrícolas ou usa esterco de animais do sitio e restos de plantas?
8. A sua propriedade ou estabelecimento tem o selo de produtos orgânicos?
Sim () Não ()
Surgiram dificuldades para conseguir essa certificação? Quais?
9. O Sr (a) já foi informado sobre a Agroecologia?
Sim () Não ()
10. Se Sim, o que o Sr (a) compreendeu?

**APÊNDICE III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-
AGRICULTORES (Resolução 466/12)**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução 466/12)

AGRICULTORES E COOPERADOS

Título da Pesquisa: INSTITUTO CHÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ESPAÇOS URBANOS

Nome do (a) Pesquisador (a): Eduardo Figueiredo

Nome do (a) Orientador (a): Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello

Nome do (a) Co-orientador (a): Prof. Dr. Luiz AntonioCabelloNorder

- 1. Natureza da pesquisa:** Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como finalidade: Realizar um estudo de caso entre o Instituto Chão e agricultores familiares e cooperados. Este estudo tem como objetivo geral apresentar e analisar o desenvolvimento rural com base em estratégias de espaços urbanos, utilizando um estudo de caso e seus processos de comercialização e beneficiamento em assentamentos rurais e cooperativos no Instituto Chão na Vila Madalena em São Paulo.
- 2. Participantes da pesquisa:** Participarão desta pesquisa produtores rurais e cooperados que fornecem alimentos para o Instituto Chão na Vila Madalena em São Paulo. Para tanto, você está incluído, se aceitar fazer parte deste estudo como agricultor ou cooperado participante.
- 3. Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo você permitirá que eu, Eduardo Figueiredo, pesquisador, grave e anote tudo o que você falar durante a aplicação do formulário. O/A senhor (a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o/a senhor (a). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através dos telefones do pesquisador do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil.
- 4. Sobre aplicação do formulário:** será no dia e horário que puder me atende, serão feitas perguntas sobre o perfil socioeconômico, diversificação da

produção familiar, renda familiar e aspectos ambientais e agroecológicos que atenda ao objetivo geral da pesquisa.

5. Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. Contudo, você poderá se sentir cansado, com sono ou outros desconfortos. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

6. Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente pesquisador e sua orientadora terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.

7. Benefícios: ao participar desta pesquisa, o/a senhor (a) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, espera-se que este estudo resulte em informações importantes nas práticas de beneficiamento, distribuição e comercialização. Além disso, todo o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa poderá ser organizado e apresentado na forma de artigos, apresentação em reuniões científicas, entre outros trabalhos científicos e atividades como palestras, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior, bem como proporcionar informações que poderão ser utilizadas para construção de novos conhecimentos sobre desenvolvimento econômico sustentável local dos agricultores. Desta forma o estudo contribui para despertar uma discussão crítica a respeito das possibilidades da agricultura familiar se desenvolver em espaços urbanos. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Observação: Não assine este termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Pesquisador: Eduardo Figueiredo

Orientador: Prof.^a Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello

Co-orientador: Prof. Dr. Luiz AntonioCabelloNorder

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa:

Telefone do Comitê: (18) 3636-3234

Telefone do Pesquisador: (19) 9 991450776

Telefone da orientadora.

E-mail do Comitê de Ética da Universidade: cephumanos@ufscar.br

E-mail da Pesquisadora: line09gregorio@gmail.com

**APÊNDICE IV - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-
GESTOR (Resolução 466/12).**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução 466/12)

GESTOR

Título da Pesquisa: INSTITUTO CHÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ESPAÇOS URBANOS

Nome do (a) Pesquisador (a): Eduardo Figueiredo

Nome do (a) Orientador (a): Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello

Nome do (a) Co-orientador (a): Prof. Dr. Luiz AntonioCabelloNorder

8. Natureza da pesquisa: Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como finalidade: Realizar um estudo de caso entre o Instituto Chão e agricultores familiares e cooperados. Este estudo tem como objetivo geral apresentar e analisar o desenvolvimento rural com base em estratégias de espaços urbanos, utilizando um estudo de caso e seus processos de comercialização e beneficiamento em assentamentos rurais e cooperativos no Instituto Chão na Vila Madalena em São Paulo.

9. Participantes da pesquisa: Participarão desta pesquisa produtores rurais e cooperados que fornecem alimentos para o Instituto Chão na Vila Madalena em São Paulo. Para tanto, você está incluído, se aceitar fazer parte deste estudo como gestor do Instituto Chão.

10. Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo você permitirá que eu, Eduardo Figueiredo, pesquisador, grave e anote tudo o que você falar durante a aplicação do formulário. O/A senhor (a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o/a senhor (a). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através dos telefones do pesquisador do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil.

11. Sobre aplicação do formulário: será no dia e horário que puder me atende, serão feitas perguntas sobre o perfil socioeconômico, diversificação

da produção familiar, renda familiar e aspectos ambientais e agroecológicos que atenda ao objetivo geral da pesquisa.

12. Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. Contudo, você poderá se sentir cansado, com sono ou outros desconfortos. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

13. Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente pesquisador e sua orientadora terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.

14. Benefícios: ao participar desta pesquisa, o/a senhor (a) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, espera-se que este estudo resulte em informações importantes nas práticas de beneficiamento, distribuição e comercialização. Além disso, todo o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa poderá ser organizado e apresentado na forma de artigos, apresentação em reuniões científicas, entre outros trabalhos científicos e atividades como palestras, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior, bem como proporcionar informações que poderão ser utilizadas para construção de novos conhecimentos sobre desenvolvimento econômico sustentável local dos agricultores. Desta forma o estudo contribui para despertar uma discussão crítica a respeito das possibilidades da agricultura familiar se desenvolver em espaços urbanos. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Observação: Não assine este termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Pesquisador: Eduardo Figueiredo

Orientador: Prof.^a Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello

Co-orientador: Prof. Dr. Luiz AntonioCabelloNorder

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa:

Telefone do Comitê: (18) 3636-3234

Telefone da Pesquisadora: (19) 9 91450776

Telefone da orientadora.

E-mail do Comitê de Ética da Universidade: cephumanos@ufscar.br

E-mail da Pesquisadora: line09gregorio@gmail.com

APÊNDICE V-CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, cargo
_____, tenho ciência e autorizo a realização
da pesquisa intitulada Instituto Chão: Um Estudo de Caso sobre o
Desenvolvimento Rural através da Agricultura Familiar em Espaços
Urbanos sob responsabilidade do pesquisador Eduardo Figueiredo
no Instituto Chão Para isto, serão disponibilizados ao pesquisador o
espaço físico para o preenchimento dos formulários e os
documentos para análise.

São Paulo, Data:

(nome completo do responsável e cargo
ocupado no local onde a pesquisa será
realizada)

Atenção: Este documento deverá ser impresso em folha de
papel timbrado do local onde a pesquisa será realizada e/ou
conter o carimbo institucional do responsável.